

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

ELAINE BORGES DA SILVA TARDIN

**Guerreiras da paz? a incorporação da mulher no Exército brasileiro e sua
atuação na MINUSTAH (2004-2014).**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

ELAINE BORGES DA SILVA TARDIN

**Guerreiras da paz? a incorporação da mulher no Exército brasileiro e sua
atuação na MINUSTAH (2004-2014).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em Sociologia Política.

Orientadora: Professora Doutora Lana Lage da Gama Lima

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do CCH / UENF

056/2016

T183 Tardin, Elaine Borges da Silva.

Guerreiras da paz? a incorporação da mulher no Exército brasileiro e sua atuação na MINUSTAH (2004-2014) / Elaine Borges da Silva Tardin. – Campos dos Goytacazes, RJ, 2016.
190 fl. : il.

Orientadora: Lana Lage da Gama Lima.
Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2016.

Bibliografia: f. 171 – 183.

1. Mulheres nas Forças Armadas (Exército). 2. Representação Social. 3. Gênero. 4. MINUSTAH I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD – 305.4336

ELAINE BORGES DA SILVA TARDIN

Guerreiras da paz? a incorporação da mulher no Exército brasileiro e sua atuação na MINUSTAH (2004-2014).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em Sociologia Política.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Lana Lage da Gama Lima (Orientadora - Presidente) - UENF

Professor Doutor Luiz Cláudio Duarte – UFF

Professora Doutora Maria Beatriz Nader – UFES

Professor Doutor Hugo Alberto Borsani Cardozo – UENF

Professora Doutora Marcela Aguiar Barbosa – IFES

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ, 2016

Este trabalho é dedicado aos meus sobrinhos Erceli Neto e Sara. Pelas voltas que o mundo dá, Neto se foi no decorrer da escrita da tese ao mesmo tempo em que Sara nasceu. Fica registrado meu profundo amor por aqueles que não nasceram de mim, mas que estão eternamente em meu coração.

Agradecimentos

Este trabalho passou por percalços extremamente difíceis, e eu jamais teria conseguido terminá-lo sem a ajuda imprescindível de algumas pessoas, as quais destaco:

Meus pais, Erceli e Ely, pelo constante apoio, presença, viagens, torcida e ombro amigo;

Minha irmã, por sua fibra e seu cuidado de mãe para comigo. Ellen perdeu um filho durante a escrita da tese enquanto estava grávida, e tem me ensinado dia após dia o significado da palavra resiliência. A você, irmã, te dedico todo meu amor. Agradeço também meu cunhado Kathone por seus conselhos e cuidado.

Minha sempre presente orientadora Lana Lage, que me acompanha desde o início do mestrado, sendo meu grande exemplo e esteio acadêmico. Essa jornada teria sido muito mais difícil sem sua presença em minha vida.

Aos funcionários, professores e alunos do Centro Universitário São José de Itaperuna, em especial o Pró-Reitor Acadêmico Hudson Costa e os formandos do curso de História de 2016. O apoio de todos para que minha pesquisa continuasse, a torcida pelo sucesso e o entendimento das ausências em congressos foi crucial para que eu me sentisse acolhida e segura para continuar.

Aos amigos, sempre presentes, servindo-me de sustento emocional que tanto precisei. Dalina e Wallans, meus irmãos na alma, amo vocês profundamente. Meu tio Elilton, demais tios e tias, minhas primas amadas, meus amigos Michely, Polliana, Luis Otávio, Rafael Espinoza, Levenson, Adrian, Rafael (The Joker) Lima, Wallace, Carlos Roberto, Carlos Dinucci e Carlos Moraes, meu singelo agradecimento.

Agradeço especialmente ao meu melhor amigo Anízio Pirozzi, por todos esses anos de cumplicidade, amizade, auxílio acadêmico e emocional. Meu amigo, minha jornada seria muito mais difícil se você não estivesse ao meu lado.

Agradeço ao amigo Léo Peracche, antigo colega de Ensino Fundamental do Colégio Batista e agora Oficial do Exército Brasileiro. Suas indicações e colocações pertinentes certamente me auxiliaram na escrita deste trabalho.

Agradeço Frederico Costa, o professor que me apresentou aos estudos sobre as Forças Armadas brasileiras ainda na graduação e até o final da escrita desta tese me auxiliou com suas importantes colocações e indicações de leitura.

Agradeço igualmente a Major Nadja Mendonça, que me recebeu na EsFCEEx, disponibilizando-me seu tempo e atenção para a aplicação dos questionários. A Major ainda foi além, me auxiliando posteriormente com dúvidas institucionais que tinha e somente uma oficial seria capaz de me responder. Muito obrigada!

Aos professores Hugo Borsani, Maria Beatriz Nader, Luiz Claudio Duarte e Marcela Barbosa, membros da banca de defesa da tese. Agradeço suas colocações, indicações, críticas e sugestões. Certamente me ampliaram o olhar sobre este trabalho.

Às militares que entrevistei, direta ou indiretamente. Suas contribuições foram essenciais ao meu trabalho, e os agradeço por me darem a oportunidade de ouvi-las. Agradeço também o coronel Ubiratan Ângelo por sua disponibilidade e olhar sobre tema, através da entrevista realizada, crucial para esta pesquisa.

Aos colegas e professores do programa de pós-graduação em Sociologia Política da UENF, pelo crescimento acadêmico obtido. Em especial agradeço os professores doutores Sérgio de Azevedo e Yolanda Lima e aos queridos amigos Angellyne Rangel, Marcus Silva e Renan Lubanco.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa durante o doutorado, que foi indispensável para a confecção desta tese.

“Quem bebeu água da fonte não vai
se perder
Trago no sonho e no sangue motivos
para lutar
Ladeiras do divino e becos da fome
Quem cruzou aquela ponte não vai
se esquecer
O que eu sou, eu sou em par
Não cheguei sozinho”.

(Castanho – Lenine)

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a inserção feminina nas Forças Armadas brasileiras, especificamente no Exército e sua atuação na missão de paz no Haiti, a MINUSTAH. A presença das mulheres nas Forças Armadas vem se refletindo sensivelmente nas missões de paz lideradas pela ONU, e apesar do destaque que a instituição dá às mulheres militares em zonas de conflito, inclusive encorajando os países membros a incorporarem mulheres em suas instituições armadas, o que prevalece são as representações tradicionais de gênero nas funções desempenhadas pelas militares, pois assumem funções assistenciais, como médicas, dentistas, psicólogas, tradutoras, entre outras. São mulheres no contexto da guerra, porém, na visão da ONU, devem procurar alcançar a paz e a estabilidade locais. Ou seja, apesar da entrada de mulheres em uma profissão historicamente masculina, continuam fazendo tarefas consideradas mais adequadas ao seu gênero. Nosso intuito será analisar a entrada dessas mulheres brasileiras na MINUSTAH e como as representações tradicionais de gênero acabam por influenciar as funções que elas desempenham na zona de conflito. Utilizamos fontes diversas, como as mulheres do Exército brasileiro, inclusive aquelas que foram para a MINUSTAH, aplicando questionários e realizando entrevistas semi-estruturadas, na perspectiva da metodologia qualitativa ao analisar os dados. O meio militar, encarado como lócus masculino, ainda apresenta entraves para a incorporação feminina, mas não se pode negar que houve um progresso inicial, uma vez que este meio não está alheio às mudanças sociais que se tornaram mais visíveis a partir da segunda metade do século XX, momento em que o movimento feminista lutou por diversas mudanças no meio social. O campo de estudos sobre gênero também se ampliou, revelando novos rumos de investigação a serem abordados e a renovação de temáticas e metodologias.

Palavras-chave: gênero, representação social, Forças Armadas, MINUSTAH

Abstract

This study aims to analyze the female insertion in the Brazilian Armed Forces, specifically in the Army and its role in the peacekeeping mission in Haiti, MINUSTAH. The presence of women in the military has been reflected significantly in peace missions led by the UN, despite the emphasis that the institution gives military women in conflict areas, including encouraging member countries to incorporate women into their armed institutions, which prevails are the traditional representations of gender in the functions performed by the military as take care functions such as doctors, dentists, psychologists, translators, among others. Are women in the war, however, the UN vision, should strive to achieve peace and local stability. That is, despite the entry of women in a historically male profession, continue doing tasks considered more appropriate to their gender. Our aim will be to analyze the entry of these Brazilian women in MINUSTAH and as traditional gender representations end up influencing the roles they play in the conflict zone. We used various sources, like the women of the Brazilian Army, including those who went to MINUSTAH, using questionnaires and conducting semi-structured interviews, from the perspective of qualitative methodology to analyze the data. The military means, seen as masculine locus, still presents obstacles to women's incorporation, but you can not deny that there was an initial progress, since this medium is not oblivious to the social changes that have become more visible since the second half of XX century, when the feminist movement fought for several changes in the social environment. The field studies on gender also widened, revealing new research directions to be addressed and the renewal of themes and methodologies.

Keywords: gender, social representation, military, MINUSTAH.

Lista de siglas e abreviaturas

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras
CCOPAB – Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CCOMSEx – Comunicação Social do Exército
DAW – Divisão para o Avanço das Mulheres
DKPO – Departamento de Manutenção de Operações de Paz
EMCFA – Estado Maior Conjunto das Forças Armadas
ESG – Escola Superior de Guerra
ESPCEX – Escola Preparatória de Cadetes do Exército
ESFCEX - Escola de Formação Complementar do Exército
EUA – Estados Unidos da América
FAB – Força Aérea Brasileira
FDI – Força de Defesa de Israel
FEB – Força Expedicionária Brasileira
INSTRAW - Escritório de Assessoria Especial em Questões de Gênero e o Instituto Internacional de Treinamento e Pesquisa para a Promoção da Mulher
MD – Ministério da Defesa
MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para estabilização no Haiti
MSF – Médicos sem fronteira
NGA – Normas Gerais de Ação
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONG – Organização não-governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
QCO – Quadro complementar de oficiais
UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

Lista de figuras

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – As sufragistas em charge..... | 42 |
| Figura 2 – Cenas do filme “Até o limite da honra” | 70 |
| Figura 3 – As guerreiras, iluminura do século XV..... | 75 |
| Figura 4: Rosário, “La dinamitera”..... | 78 |
| Figura 5: “We can do it” | 83 |
| Figura 6: Rosie, a rebitadora | 84 |
| Figura 7: Maria Quitéria de Jesus Medeiros | 92 |
| Figura 8: Corpo de enfermeiras brasileiras às vésperas da guerra..... | 96 |
| Figura 9: Iconografia do Exército brasileiro sobre a entrada de mulheres..... | 119 |
| Figura 10: Mulher em missão de paz | 138 |
| Figura 11: Militar do Nepal em ação na MINUSTAH..... | 139 |
| Figura 12: Militar brasileira em ação na MINUSTAH | 139 |
| Figura 13: Militares brasileiras em ação na MINUSTAH..... | 147 |
| Figura 14: Militares brasileiras em ação na MINUSTAH..... | 147 |
| Figura 15: Presença feminina na MINUSTAH..... | 151 |
| Figura 16: Pesquisa IPEA sobre a importância das Forças Armadas..... | 159 |

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| Introdução | 14 |
| 1. A construção social dos gêneros: representação e poder | |
| 1.1 Uma articulação necessária: gênero e representação social..... | 22 |
| 1.2 Representações tradicionais de gênero na sociedade brasileira..... | 22 |
| 1.3 A luta pela emancipação feminina e o movimento feminista no Brasil | 36 |
| 1.4 Mulheres militares: desafios de uma profissão masculina..... | 51 |
| 1.5 O ethos militar e a masculinidade | 59 |
| 2. Mulheres na guerra e nas Forças Armadas, entre o passado e o presente | |
| 2.1 A mulher guerreira: História e mitologia | 71 |
| 2.2 Mulheres reais na guerra, do passado ao presente..... | 73 |
| 2.2.1 Mulheres na guerra: de acompanhantes dos exércitos a protagonistas | 74 |
| 2.2.2 Milicianas na Guerra Civil Espanhola: um exemplo de heroínas esquecidas..... | 76 |
| 2.2.3 Mulheres nas duas Guerras Mundiais | 80 |
| 2.2.4 Mulheres militares em combate na atualidade: Estados Unidos e Israel..... | 85 |
| 2.3 Mulheres militares no Brasil | 90 |
| 2.3.1 A presença da mulher no Exército brasileiro..... | 101 |
| 3. A presença militar brasileira feminina na MINUSTAH | |
| 3.1 A ONU e as missões de paz..... | 121 |
| 3.2 A ONU e a “perspectiva de gênero”: a inserção da mulher nas missões de paz..... | 129 |
| 3.3 Militares brasileiras do século XXI e sua atuação na MINUSTAH..... | 140 |
| 3.4 Práticas e representações de gênero das brasileiras militares que atuaram na MINUSTAH..... | 152 |
| Considerações finais | 168 |
| Referências bibliográficas..... | 171 |
| Apêndice: questionário utilizado com as mulheres militares da ESFCEEx..... | 184 |

Guerreiras da paz?: a incorporação da mulher no Exército brasileiro e sua atuação na MINUSTAH (2004-2014).

Introdução

Quando me propus a abordar uma questão de gênero em meu doutorado jamais pude imaginar quão árdua seria essa tarefa. Após várias leituras de textos e livros, minha orientadora, observando quão perdida eu ainda estava, afirmou: a perspectiva de gênero é algo que você incorpora, não simplesmente reproduz. Sim, faltava em mim a incorporação de uma forma de olhar a realidade, estranhando aquilo que me parecia tão “natural”. Além disso, a escolha do tema me trouxe outro desafio pela frente: estudar, a partir da perspectiva de gênero, as Forças Armadas, uma instituição historicamente de protagonismo masculino, questionando a inserção das mulheres nesse universo.

Os códigos e valores militares foram construídos a partir de uma lógica masculina, tida como referencial. Há uma divisão de papéis bem clara na carreira militar: aos homens, o dever de proteger; às mulheres, o dever de auxiliá-los. A pretensa superioridade masculina foi forjada historicamente através de um sistema discursivo que organizava hierarquicamente diferentes sociedades, e não foi diferente na instituição militar. Não nos espanta que no Exército brasileiro, foco principal da pesquisa, as mulheres ainda não possam cursar a Academia Militar e serem oficiais do corpo de combate.

O perfil auxiliar feminino nas Forças Armadas, no Brasil e em outros países, foi determinado pela crença de que a mulher teria certas qualidades naturais, definidas biologicamente. A mulher seria um ser incapaz de fazer o mal a alguém, uma vez que estaria em seu “instinto maternal” o dever de cuidar de outrem. Segundo essa interpretação, uma militar seria essencial para conversar com outras mulheres vítimas de violência de gênero porque seria mais sensível à situação, pelo fato de ser mulher. Quando estava discutindo essa questão durante a apresentação de um trabalho no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, no ano de 2012, uma major do Exército fardada levantou-se e pediu a palavra. Ela afirmou que o discurso da Organização das Nações Unidas (ONU) expressava perfeitamente a realidade em que viveu, uma vez que já havia ido para a Missão de Paz para estabilização do Haiti (MINUSTAH) duas vezes. Continuou

dizendo que em uma zona de violência, se há um homem ou uma mulher fardada, sempre pedirão ajuda à mulher, porque sua presença ali não é ameaçadora. A major terminou sua fala com uma frase que me impactou: “a maior arma da mulher é o batom”. Ela, que estava muito bem maquiada e com os cabelos presos em coque (conforme padrão militar), retirou um batom de seu bolso, levantando-o como um troféu. Para minha surpresa (nessa época eu ainda me surpreendia com atitudes desse tipo), as militares presentes também retiraram batons de seus bolsos e os levantaram, em sinal de aprovação. E foram aplaudidas.

Partindo da observação de uma clara divisão de papéis estabelecidos para homens e mulheres militares ainda no contexto atual, o objetivo principal do presente trabalho é analisar como as representações tradicionais de gênero influem sobre o papel atribuído, pelo Estado brasileiro, às mulheres que são incorporadas nas Forças Armadas, particularmente nas Missões de Paz, e mais especificamente ainda no Exército em sua participação na MINUSTAH.

A escolha temporal da pesquisa delimita-se a partir do início do mandato da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), em 2004, até 2014, quando ocorreram alguns marcos importantes para a pesquisa: foi o último ano em que informações oficiais foram divulgadas pelo Ministério da Defesa no Brasil e a Comissão de Gênero foi implementada, um órgão dedicado a estudar e propor ações em relação aos direitos da mulher e da igualdade de gênero no Brasil.

A escolha da MINUSTAH como delimitação espacial da pesquisa justifica-se por alguns fatores. A primeira delas é o inegável protagonismo da América Latina e Central, seja através de contribuição numérica, por meio das tropas enviadas, seja pela liderança da missão. Como exemplos de lideranças, temos no mandato atual (2016) Trindade e Tobago com o cargo de representante especial do secretário geral da ONU e o Brasil, que possui desde o início da missão em 2004 o comando militar.

O segundo fator crucial para a escolha da MINUSTAH como estudo de caso deste trabalho se deve ao fato de que o Brasil obteve papel de destaque desde o início da missão, tanto externa quanto internamente. Para Susanne Gratius, o Haiti tornou-se:

a proa da nau brasileira que se dirige a um novo papel de pacificação na região (...) O compromisso do Brasil com a MINUSTAH permite vincular o Haiti à agenda latino-americana e concebê-lo, por vez primeira, como parte da geografia e identidade cultural da região. Ademais, servirá de plataforma à intensificação de laços bilaterais

entre Brasil e Haiti, e à promoção da cultura brasileira no Caribe (2007, p. 19-20).

A decisão de envio das tropas brasileiras para a MINUSTAH foi fruto de uma típica “diplomacia presidencial” (Preto, 2006), em que a atuação do presidente se destaca nas relações exteriores do país. No caso brasileiro, foi exatamente o que aconteceu em relação à MINUSTAH: o então presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) assumiu o compromisso de liderar a missão sem consultar antes o Congresso Nacional. Certamente a aprovação posterior do Congresso foi necessária para o envio de tropas ao Haiti – na Câmara dos Deputados o envio foi aprovado em 13 de maio de 2004; no Senado, no dia 19 de maio de 2004. A aprovação, no entanto, não foi livre de críticas: a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional posicionou-se contra o envio, afirmando que, apesar da solidariedade com o país caribenho, o envio de 1200 homens não se justificaria, e que, em muitos casos, como o da segurança pública, o Brasil parece o Haiti¹. Houve também um manifesto² contra o envio das tropas, no qual se questionava principalmente se a soberania do Haiti não estava sendo desrespeitada pelas tropas de ocupação que lá se encontravam, e que a ocupação se chocava com a defesa da soberania e a resolução democrática dos conflitos internacionais, fortes princípios da política externa brasileira.

A política externa brasileira busca se pautar pelo princípio na não-agressão (Estratégia de Defesa Nacional, 2008), porém no caso da MINUSTAH, pautou-se pelo princípio da não-indiferença. Em discurso na XXXVI Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 2005, o então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou³:

É muito importante que todos nós sejamos capazes de praticar a não indiferença, isto é, um engajamento no auxílio sempre que solicitado, para a consolidação democrática dos países. Mas, ao mesmo tempo, é importante nos abstermos de interferir em processos internos. É

¹ Parecer do relator da Comissão na íntegra em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/219036.pdf> Acesso em novembro de 2015.

² O manifesto foi assinado por membros do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além de jornalistas, advogados, professores, escritores, senadores e deputados. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/04/277171.shtml> Acesso em novembro de 2015.

³ Amorim, Celso Luiz Nunes. Discurso por ocasião da XXXVI Assembleia Geral da OEA. São Domingos, República Dominicana, 5/6/2005. Texto integral disponível no site <http://www.mre.gov.br/> acesso em junho de 2015.

isso que tem guiado a política do Presidente Lula, baseada na integração, baseada na amizade, baseada na não indiferença, mas também na não intervenção.

Assim, o princípio da não indiferença envolve a opção pela ação humanitária e/ou diplomática, não sendo possível ignorar o sofrimento alheio. É, portanto, uma alternativa ao princípio da não-intervenção.

As Forças Armadas brasileiras, desde o início da MINUSTAH em 2004, divulgaram uma imagem do militar bem recebido, como se suas características naturais fossem a amabilidade e empatia com outros povos. Assim, se as tropas brasileiras já possuíam um maior destaque no terreno por conta de suas ações sociais, principalmente pelo setor de engenharia em construções de escolas e atendimento à população, o terremoto de janeiro de 2010 transformou os “capacetes azuis” brasileiros em verdadeiros heróis, exaltados pela mídia, contribuindo para a construção de uma nova imagem para o militar brasileiro. O terremoto de janeiro de 2010 foi uma das maiores catástrofes que o Haiti já vivenciou, e quanto à missão, houve um significativo retrocesso estrutural, político e econômico, envolvendo toda a comunidade internacional com o objetivo de reestruturar o país, o que não ocorreu até os dias atuais.

Em relação à participação do Exército brasileiro pós-terremoto, percebemos como a cobertura da mídia brasileira sobre o desastre, principalmente nos primeiros quinze dias, foi extensa. Segundo uma reportagem da BBC Brasil⁴, ela serviu para consolidar o papel de liderança do Brasil no Haiti. A exaltação das tropas brasileiras na MINUSTAH foi enfatizada não somente pelos órgãos oficiais, mas também pela mídia em geral. Nas principais revistas do país os perfis dos jovens militares mortos em ação foram divulgados, destacando suas trajetórias de vida, carreira militar e construindo uma imagem de heróis. A exposição desses perfis deu margem para debates e questionamentos de quem na verdade são esses voluntários e qual o papel do Exército na reconstrução daquele país⁵.

A mídia televisiva também fez uma cobertura completa em relação às vítimas militares do terremoto. A chegada dos corpos dos militares na Base Aérea de Brasília foi acompanhada ao vivo pelos principais canais nacionais, e a cerimônia fúnebre contou com a presença de autoridades políticas e de líderes da sociedade

⁴ Disponível em www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/01/100115_haitidiplomaciabrasil_fp.shtml

⁵ Para maior discussão a respeito do resgate da imagem do Exército brasileiro por meio de sua atuação na MINUSTAH, ver Tardin (2015).

civil. O Presidente da República expressou seu apoio às famílias dos militares e reafirmou o compromisso brasileiro com a reconstrução do país caribenho. Concedeu aos 18 militares mortos a Medalha do Pacificador e agradeceu por terem representado o país “com o sacrifício da própria vida”. A condecoração, de acordo com o Exército, é concedida aos militares que, em tempo de paz, tenham de alguma forma se distinguido por “atos pessoais de abnegação, coragem e bravura, com risco de vida” no exercício de suas funções ou no cumprimento de missões⁶.

De acordo com o relatório da Anistia Internacional em 2013⁷ a respeito do Haiti pós-terremoto, mesmo após três anos do terremoto havia 2,3 milhões de desabrigados, e milhares de familiares ainda estão vivendo em abrigos feitos de lona ou folha de estanho. A maioria dos desabrigados são mulheres e crianças, o que (de acordo com o relatório) aumenta a probabilidade de risco de estupro e outras formas de violência baseada no gênero. É neste contexto que a ONU entende que a presença militar feminina causa um impacto positivo: uma vez que mulheres e crianças são identificadas como as maiores vítimas em zonas de conflito, a presença oficial militar feminina traria mais segurança ao ambiente. Esse é um dos motivos pelos quais a ONU encoraja os países membros em aumentar o efetivo feminino em suas forças armadas e policiais.

Segundo Gianini (2011, p. 15), há duas diferentes interpretações acerca da violência de gênero no Haiti: aquela que afirma que este tipo de violência não deve ser encarada somente como uma questão de segurança, e que relaciona o aumento da violência ao campo de desabrigados pós-terremoto. Muitas casas foram destruídas com a tragédia, e o setor de segurança foi visivelmente prejudicado. A ONU Mulheres e outras organizações da sociedade civil, como o Médicos sem Fronteiras (MSF) se converteram em atores ativos na prevenção e resposta à violência sexual e de gênero, afirmando que é um erro culpar os acampamentos de desabrigados pelos problemas deste tipo de violência, pois a violência sexual e de gênero já era pré-existente no país. Este tipo de interpretação destaca um problema

⁶ Reportagem do portal G1, “Em cerimônia, Lula lembra 'bravura' de militares brasileiros mortos no Haiti”, de 21 de janeiro de 2010. Disponível em <http://g1.globo.com/noticias/mundo/0,,mul1457722-5602,00-em+cerimonia+lula+lembra+bravura+de+militares+brasileiros+mortos+no+haiti.html>

⁷ Disponível em <http://www.amnesty.org/en/library/asset/AMR36/001/2013/en/894f378f-19ef-4ee0-b8bd-f305fe8225b5/amr360012013en.pdf> Acesso em dezembro de 2014

cultural na sociedade haitiana, em que a mulher ainda é submissa e vulnerável, sendo urgente a necessidade de empoderamento feminino⁸.

O presente trabalho se estrutura da seguinte forma: o primeiro capítulo examina e relaciona as concepções teóricas necessárias para compreendermos a inserção feminina nas instituições militares. Inicialmente, é mister explorar e relacionar os conceitos de gênero e representação social, compreendendo que estes conceitos não devem ser pensados pela lógica exclusiva feminina, mas sim por um aspecto relacional entre os gêneros que dá sentido ao todo social. O capítulo também discute como as representações tradicionais de gênero em nossa sociedade insistem em reproduzir um modelo de família patriarcal que excluía a mulher do espaço público e a mantinha como dependente da ordem masculina; expõe como o movimento feminista no Brasil no século XX, em suas diferentes “ondas”, fez pressão para que esta ordem fosse alterada e a mulher pudesse se emancipar deste modelo opressor. Discute os desafios da profissão militar para as mulheres na contemporaneidade e examina como o *ethos* militar relaciona-se à masculinidade, prejudicando assim a inclusão feminina em igualdade de condições.

O segundo capítulo tem por propósito dar voz às mulheres que participaram direta ou indiretamente da guerra, uma vez que a historiografia tradicional praticamente não lhes reservou lugar. Assim, expõe os exemplos históricos e mitológicos principais a respeito da mulher na guerra e nas Forças Armadas, e como tais símbolos são marcados pela excepcionalidade da mulher em zonas de conflito; mapeia a inserção da mulher nas Forças Armadas brasileiras, iniciando com exemplos históricos, passando pela incorporação nas três forças a partir de 1980 e a seguir dedica-se a mostrar a presença da mulher no Exército brasileiro, inclusive dando voz às mulheres militares da Escola de Formação de Oficiais do Exército (EsFCEEx), destacando suas opiniões sobre tal incorporação. Foram aplicados 32 questionários na EsFCEEx. Esta instituição possui destaque por ter sido a primeira a formar mulheres militares, em 1992, como militares de carreira. As categorias foram: 8 sargentos temporárias, 10 alunas oficiais, 4 oficiais temporárias e 10 oficiais de carreira, e tais fontes foram cruciais para melhor compreendermos a inserção feminina no Exército brasileiro na contemporaneidade.

⁸ Empoderamento é o neologismo de “*empowerment*”, que neste sentido significa o aumento de força política de um grupo socialmente minoritário. É um conceito que inicialmente surgiu na Administração e posteriormente foi utilizado pelo movimento feminista.

O terceiro capítulo busca examinar criticamente a presença feminina brasileira na MINUSTAH, tendo como fonte principal as mulheres que participaram da missão. Analisa inicialmente o que a ONU entende por perspectiva de gênero e como estimula a inserção feminina militar nas missões de paz, estando presente a ideia da mulher ligada à paz, não à guerra. Após este momento, analisa as práticas e representações de gênero das militares brasileiras na MINUSTAH, e como tais representações ainda limitam a igualdade de condições e atuação da mulher nas instituições militares, especificamente no Exército. Além dos questionários aplicados na EsFCEX, entrevistei, por meio de correio eletrônico e pessoalmente, seis mulheres que foram para a MINUSTAH, com perguntas referentes à carreira, inserção feminina nas Forças Armadas e a participação das mesmas na missão.

Para fundamentar minhas reflexões, procurei utilizar autores que visassem analisar as Forças Armadas sob o viés sociológico, dando ênfase às transformações sociais dentro do aparato militar inserido na sociedade, uma vez que a guerra não é a única função da instituição militar. Esse viés foi enfatizado pela primeira vez no trabalho de Morris Janowitz, em sua obra “O soldado profissional” (1971), uma das primeiras a tratar da organização social militar, especificamente a americana. Janowitz analisa as doutrinas militares e suas bases sociológicas, diferenciando dois tipos da profissão militar: os *managers* (gestores, administradores) e os *heroic leaders* (líderes heroicos). Janowitz conclui que, da tensão gerada pelos dois tipos, os exércitos tornar-se-iam cada vez mais burocratizados. Alerta para o fato de que o militar não pode ser excluído dos processos sociais, já que faz parte da sociedade e não é isento politicamente. Apesar da instituição militar estar intrinsecamente ligada ao Estado, sendo, portanto, uma instituição permanente, não é imutável. As mudanças ocorridas na sociedade e as demandas sociais alteram a configuração das Forças Armadas, como é o caso da incorporação feminina. Assim, a escolha teórica deste trabalho não somente proporciona um olhar endógeno e exclusivo aos militares, mas busca entender todo o processo de incorporação feminina e a ação das mulheres militares na MINUSTAH como uma via de mão dupla, que contempla as relações entre os militares, o Estado e a sociedade brasileira.

No caso das pesquisas sobre mulheres militares brasileiras, são recentes e ainda escassos. Nos encontros da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) geralmente há grupos de trabalho que se dedicam a investigar como a inserção feminina altera a configuração da instituição militar tradicional, assim como

se debruçam sobre novos arranjos familiares a partir da mulher enquanto profissional militar, e não mais o homem. O interessante a ser observado é que os trabalhos acessíveis a respeito do assunto não partem do ponto de vista exclusivo da caserna, mas buscam relacionar a inserção feminina ao todo social. Partindo de uma abordagem sociológica, há também trabalhos que relacionam a mulher militar à pacificação e ao emprego de contingentes femininos nas missões de paz, como é o caso deste trabalho. Dentre os trabalhos que possuem tal abordagem, destaco o de Mathias (2009) e Gianinni (2011, 2014).

Considerando o gênero como uma apropriação social sobre um corpo sexuado (Scott, 1995) e, portanto, uma construção social e cultural, pode-se entender como as representações de gênero determinam os lugares sociais de homens e mulheres, atribuindo-lhes características e comportamentos que são vistos como “naturais” e, como tal, biologicamente determinados. As dificuldades e preconceitos que as mulheres ainda sofrem caso optem por se incorporarem às Forças Armadas acabam por serem justificados por representações de gênero que a veem, acima de tudo, como mãe e esposa, e que, por outro lado, consideram a vida militar como intrinsecamente masculina. A major anteriormente relatada, ao afirmar que “a maior arma da mulher é o batom”, insere todas as mulheres em uma única categoria, como se todas elas pensassem da mesma forma e não houvesse espaço para subjetividade. É necessário desvelar não o que “a mulher militar” pensa, mas compreender as nuances, os diferentes discursos e percepções de carreira que as militares do Exército brasileiro possuem.

O presente trabalho visa, portanto, investigar e problematizar quem são, como são vistas e como se percebem as “guerreiras da paz” – mulheres que optaram por ingressar em uma profissão historicamente masculina e que ainda são impedidas de exercerem as mesmas funções que os homens, pela crença de que possuem o dever de auxiliar e cuidar, e não de guerrear.

Capítulo I

A construção social dos gêneros: representação e poder

1.1 Uma articulação necessária: gênero e representação social

O século XX foi palco de importantes mudanças políticas, sociais e culturais, que acabaram por se refletir na produção no meio acadêmico. Grupos e temáticas que outrora não eram campo de investigação, pois eram excluídos do interesse de uma história oficial e universalmente masculina, foram cada vez mais ganhando espaço. Dentre esses grupos, encontram-se as mulheres, que a partir de então seriam vistas como objeto e sujeito de uma história problematizante.

Inicialmente, a história das mulheres enquanto campo de estudo esteve atrelada às reivindicações do movimento feminista. Na conjuntura da década de 1960, a produção sobre as mulheres era vista como crucial para explicar como eram oprimidas, e de acordo com Scott, “as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação” (1992, p. 64). Portanto, a primeira preocupação de uma abordagem sobre as mulheres esteve atrelada à política - após séculos de assimilação do sexo feminino ao espaço privado, era chegado o momento de uma forte demanda de informações e desconstruções necessárias para os estudos das mulheres. Outro ponto a ser ressaltado a partir da relação entre história das mulheres e movimento feminista neste primeiro momento foi a forma homogênea pela qual a identidade feminina era abordada. Em suma, considerava-se certa essência feminina, apesar das mulheres estarem em contextos diferentes e desempenharem diversos papéis. Diferenciavam-se homens e mulheres por um esquema dual fragmentado, não abrindo espaço para múltiplas identidades, o que favorecia uma mobilização política.

A entrada maciça de mulheres nas universidades, principalmente a partir da década de 1970, causou forte impacto na produção sobre a história das mulheres. A presença feminina no meio acadêmico fomentava o debate, ampliando consideravelmente as abordagens. Assim, criaram-se nas universidades européias e

norte-americanas colóquios, simpósios, grupos de reflexão, sendo desenvolvidas diversas pesquisas, que foram adquirindo cada vez mais legitimidade institucional⁹.

A vinculação entre política e história das mulheres tornou-se menos visível a partir da metade e final da década de 1970, havendo uma maior ampliação do campo de abordagens que não analisava a mulher somente como heroína\rebelde ou como vítima. De acordo com uma narrativa mais convencional, conforme nos aponta Scott (1992), os estudos das mulheres foram se distanciando da política e de uma militância mais específica, conquistando um espaço próprio, o que acabou por legitimar um novo campo de estudo no meio acadêmico, os estudos de gênero. Vale a ressalva de que a própria Scott não considera o aspecto evolutivo por ela mesmo ressaltado como algo linear e livre de críticas, mas argumenta que é preciso considerar as nuances e dinamismo presentes nos estudos de gênero e sua correlação com o movimento feminista mesmo nos dias atuais. Não há um esquema lógico que divide de um lado uma produção sobre a história das mulheres com um viés político e feminista do passado dos estudos de gênero, campo mais visível a partir da década de 1980 até os dias atuais. O feminismo, enquanto movimento político ou atrelado à história das mulheres não desapareceu, e segundo Scott, “muitos daqueles que usam o termo gênero, na verdade se denominam historiadores feministas” (1992, p. 65). Os estudos de gênero não estão assim desvinculados da política, eles apenas demonstram um aspecto mais dinâmico e expansivo do que ocorria nas décadas de 1960 e 1970.

Superando a ideia de uma história exclusiva e meramente descritiva das mulheres, os estudos de gênero permitem que o aspecto relacional entre homens e mulheres seja posto em voga, além de superar a ideia de uma identidade fixa para os sexos. Trata-se de romper com o esquema binário e abrir espaço para a entrada de multiplicidades e de novas subjetividades, compreendendo que a construção do feminino e do masculino é resultado do que cada cultura estabeleceu historicamente, dentro de uma configuração social.

No Brasil, a partir da década de 1980 a produção sobre as mulheres, tanto com um viés histórico quanto sociológico, buscou “recuperar a atuação das

⁹ É preciso ressaltar que o feminismo, enquanto movimento político, já existia desde o século XIX, mas foi somente a partir da década de 1970, quando houve crescimento mais quantitativo de mulheres nas universidades européias e norte-americanas, que ele surgiu como uma novidade no campo acadêmico, impondo-se como uma tendência teórica inovadora, crítica e política, conforme aponta Hollanda (1994).

mulheres no processo histórico como sujeitos ativos”, visíveis (Matos, 1998, p. 68). Visando superar a imagem da mulher brasileira pacífica, ociosa e confinada ao lar, os estudos possibilitaram um olhar problematizador, visando denunciar a opressão histórica que as brasileiras sofriam, configurando-se assim uma “primeira geração de pesquisadoras” (Matos, op cit, p. 68).

A partir de 1990, os estudos de gênero passaram a compreender um caleidoscópio de abordagens, olhares e questionamentos. Núcleos de estudos, revistas especializadas, dicionários, grupos de trabalho em eventos regionais, nacionais e internacionais, entre outras ações, demonstram que o aumento de produção no Brasil sobre gênero permitiu que se obtivesse um olhar mais amplo sobre as relações que se estabelecem entre homens e mulheres em uma perspectiva crítica e problematizadora, des-hierarquizando espaços e abordagens.

O conceito de gênero, formulado pelo movimento feminista norte-americano na década de 1970, rejeita o determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter social. Entendido por Joan Scott como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primeira de significar as relações de poder” (1995, p. 86), o conceito de gênero nos auxilia a compreender como as relações e práticas sociais se constroem, seja entre pessoas do mesmo sexo ou do oposto – daí o aspecto relacional ser requisito primordial para compreendermos tal conceito.

Se gênero é uma primeira forma de significar as relações de poder, observa-se que tradicionalmente foram concebidos papéis do que é ser homem e do que é ser mulher, em um sistema binário que evidenciava a supremacia masculina. O vínculo que se estabelece entre as análises que tratam das categorias gênero e poder é íntimo, pois para Scott gênero é:

(...) um primeiro campo no seio do qual ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de dar eficácia à significação do poder no Ocidente, nas tradições judaicocristãs e islâmicas. (...) O gênero é então um meio de codificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando as (os) historiadoras (es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, elas (eles) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a

política constrói o gênero, e o gênero constrói a política (1995, p. 16-17).

Gênero, portanto, não trata exclusivamente de diferenças sexuais, mas da construção social e cultural de tais diferenças, permeada a todo momento por relações de poder. É incontestável que as diferenças entre os sexos não são ignoradas ao nos utilizarmos de tal categoria. Elas existem e não há a pretensão de eliminá-las. Porém, o que tem sido observado nos estudos mais recentes que utilizam gênero enquanto categoria analítica é a superação de uma dicotomia binária de homens/mulheres e a admissão de diversas abordagens e objetos, como se pode observar pelos estudos atuais que envolvem as múltiplas faces do feminino e masculino, heteronormatividade, estudos *queer* e demais temas.

O gênero enquanto categoria analítica oferece subsídios para compreendermos que os discursos e ações que certos grupos se utilizam visam legitimar condutas e escolhas, havendo assim uma definição do que seriam as funções dos sujeitos conforme sua identidade de gênero. Neste ponto, o conceito de representação nos auxilia a mapear como se dá a relação de uma imagem presente e de um objeto ausente (Chartier, 1990, p. 21). Ainda segundo Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalização de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam [...] as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) (Chartier, 1990, p. 17).

Entendemos, a partir das considerações apresentadas, que as relações de gênero são representações do social, que são permeadas por uma rede de significados que acabam por legitimar certos grupos e subjugar outros. Os conflitos entre representações são conflitos de poder, e são tão importantes quanto os conflitos políticos e econômicos, conforme nos aponta Chartier (1990). Utilizar como ferramenta de análise o conceito de representação atrelado ao de gênero é olhar a realidade enquanto um campo de concorrências e conflitos, fazendo com que papéis outrora considerados naturais sejam rediscutidos e repensados.

É exatamente por problematizar e repensar o “natural” que os estudos de gênero contribuem para problematizar a configuração de instituições historicamente masculinas, como são as Forças Armadas. Um forte argumento utilizado para

justificar a ausência feminina nas instituições militares enquanto combatentes é a diferença baseada em fatores biológicos, como resistência física e comportamentos tidos como “tipicamente femininos”. Como afirmou Ferreira:

As justificativas para essa inferioridade basearam-se (sobretudo no século XIX) nas características biológicas e físicas do sexo feminino: a "fragilidade natural" e o potencial reprodutivo do corpo feminino seriam determinantes de sua natureza passional e passiva, de suas funções na sociedade (a saber, a maternidade e o cuidado do lar e das crianças), de sua inteligência inferior à do homem e, como consequência disso, de sua subordinação ao mesmo: a mulher seria a representante da Natureza, enquanto que o homem representaria a Ciência (1995/1996).

É a partir da crença de que há características “naturalmente masculinas e femininas”, tendo as mulheres uma “natureza passional e passiva”, que se justifica a desigualdade de oportunidades entre os gêneros. No caso da instituição militar, a incompatibilidade física das mulheres nas ações de combate é um argumento utilizado, junto à ideia de que a mulher tem uma “fragilidade natural”. O ex-Ministro da Marinha entre 1995 e 1999, Mauro César Rodrigues Pereira, afirmou em entrevista ao CPDOC/ FGV:

Há justificativas de ordem física. Bota 40 quilos de mochila nas costas de uma fuzileira e manda ela caminhar 10 quilômetros. Não chega. Não agüenta. Nos Estados Unidos, fizeram essa experiência. Num grupo enorme de mulheres, apenas uma chegou. Provavelmente, não era bem mulher... Dentro do navio há coisas pesadíssimas para serem feitas. Por exemplo, tem que fazer o escoramento com toras de madeira enormes. A mulher não ia agüentar e o homem teria que trabalhar duas vezes: por ela e por ele. Então, não dá. Não pode ser. Tem que raciocinar. Quando tinha que suspender um navio nunca perguntei a um marinheiro, a um oficial meu, se o filho estava com febre, se a mulher estava doente. Íamos embora passar 10, 30 dias fora. Eu posso fazer isso com uma mãe? Não posso. É diferente (...) E se tiver que morrer, é preferível morrer o homem do que a mulher (D'Araújo, 2003a, p. 8).

Pelo depoimento, percebe-se que as mulheres ainda são vistas como seres a serem protegidos. As construções simbólicas produzidas sobre homens e mulheres transformam os primeiros em referência, possuidores da cultura e da identidade, enquanto a mulher seria representante da natureza e da diferença. Há, portanto, uma hierarquização de valores permeada por relações de poder, inseridas historicamente no contexto social.

Na hierarquização entre homens e mulheres a supremacia é masculina, e é por meio da relação de dominação masculina que as mulheres, inconscientemente, reproduzem discursos que confirmam este fato. Para Bourdieu, ocorre a dominação quando os pensamentos e atos dos dominados são condizentes com as “estruturas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão” (2011, p. 22).

Percebemos como “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais” (Bourdieu, 2011, p. 46). Ainda segundo Bourdieu:

A violência de certas reações emocionais contra a entrada das mulheres em tal ou qual profissão é compreensível, se virmos que as próprias posições sociais são sexuadas, e sexualizantes, e que ao defender seus cargos contra a feminilização, é sua ideia mais profunda de si mesmo como homens que os homens estão pretendendo proteger, sobretudo no caso de categorias sociais como os trabalhadores manuais, ou de profissões como a das forças armadas, que devem boa parte, senão a totalidade, de seu valor, até mesmo a seus próprios olhos, à sua imagem de virilidade (2011, p. 115).

É preciso haver uma reflexão sobre a imagem da virilidade do homem, uma vez que Bourdieu afirma que ela existe pela relação “com os outros homens, para os outros homens, contra a feminilidade” (Ibid, p. 64), ou seja, a mulher representaria um entrave na caserna porque seria obrigação natural do homem protegê-la, e não tratá-la como igual. Mais uma vez a questão que se apresenta é se é possível romper com a ideia naturalizada e corroborada pela própria instituição, e sustentada pela sociedade, de que a carreira de combate militar não serve para as mulheres, e que a guerra é um terreno exclusivamente masculino, ao menos nos casos de combate.

A dominação masculina ocorre a partir da interação dos dominados com os dominantes, em uma relação de poder imperceptível. O poder masculino é tamanho porque ele é tido como legítimo, e é assegurado pelas instituições tradicionais, como a Família, Igreja, Escola e Estado. Assim, há a perpetuação das categorias construídas do ponto de vista dos dominantes, fazendo-as assim serem vistas como naturais. Uma vez que o conceito de gênero evidencia as dinâmicas das relações de poder e é também uma representação, percebe-se que os homens têm, há séculos, imposto sua dominação e fazendo com que as mulheres acreditem que são

inferiores e que jamais estarão no mesmo nível de igualdade, sob a forma de esquemas inconscientes.

A dominação masculina está indissociável do poder exercido sobre as mulheres. Um dos autores cruciais para melhor compreendermos o conceito de poder é Michel Foucault, que ultrapassando sua concepção tradicional, afirma:

O poder, isto não existe. Eu quero dizer isto: a ideia que há, um lugar qualquer, ou emanando de um ponto qualquer, algo que é um poder, (Tal ideia) parece-me descansar sobre uma análise falsificada, e que, em todo caso, não se dar conta de um número considerável de fenômenos (2001, p. 302).

Foucault, portanto, interpreta que o poder *per se* não existe enquanto algo quantificável e soberano, como aquilo que exerce influência sobre as pessoas de cima pra baixo, em uma interpretação tradicional de que a política estaria relacionada ao Estado, e que este seria absolutamente necessário para manter a paz entre os homens, incapazes de conviverem entre si. A tradição que vincula Estado e paz, logo, ausência de Estado e caos, será repensado por Foucault, e este vai conceber o poder como uma rede de relações, que está presente em toda parte: nas classes sociais, nas instituições familiares, escolares, militares, entre outras, que acabam por modelar a subjetividade do indivíduo. O poder não é exercido somente pela força física ou somente com a manifestação do poder político institucional, ele é exercido quando há a governança de alguém ou alguma instituição sobre o indivíduo. Por isso, está em toda a parte, inclusive nas relações de gênero.

Enxergar a realidade social em todas as suas nuances e relações de poder é crucial para percebermos como ainda justificativas arcaicas, porém não superadas, impossibilitam o tratamento igualitário entre homens e mulheres.

Nos estudos sobre os militares, a abordagem de gênero ainda é recente. Não se pode negar que esses estudos possuam atualmente um diverso leque de análise, e não somente vinculam a instituição à ditadura ou as intervenções dos militares na política brasileira. Como exemplo de uma nova área de estudo temos a antropologia dos militares, inaugurada por Celso Castro e Piero Leirner. A preocupação principal desta área não é constituída pelas intervenções políticas ou pelos momentos de exceção da vida militar, mas pelo seu cotidiano, visando obter uma visão interna da instituição e compreendendo melhor a identidade militar em relação ao mundo civil. Soares e Vainfas (2012) destacam que, em detrimento de uma história militar oficial,

cujo foco principal era a guerra e seus principais heróis, a nova história militar, que desabrochou a partir dos anos 1980, se debruça sobre amplos aspectos da instituição militar, como as diferentes identidades dos soldados, configuração da família militar, a opinião pública a respeito das ações militares, discussões sobre hierarquia e também questões que abordam a perspectiva de gênero. Uma importante referência brasileira sobre história militar foi organizada por Celso Castro, no livro “Nova história militar brasileira” (2004). Na obra, diferentes autores abordam a instituição militar do passado colonial ao presente sob diversas perspectivas, proporcionando assim cada vez mais uma olhar abrangente sobre tal campo de estudos.

No caso das pesquisas sobre mulheres militares brasileiras, são recentes e ainda escassos. Nos encontros da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) geralmente há grupos de trabalho que se dedicam a investigar como a inserção feminina altera a configuração da instituição militar tradicional, assim como se debruçam sobre novos arranjos familiares a partir da mulher enquanto profissional militar, e não mais o homem. O interessante a ser observado é que os trabalhos acessíveis a respeito do assunto não partem do ponto de vista exclusivo da caserna, mas buscam relacionar a inserção feminina ao todo social. Partindo de uma abordagem sociológica, há também trabalhos que relacionam a mulher militar à pacificação e ao emprego de contingentes femininos nas missões de paz, como é o caso deste trabalho. Dentre os trabalhos que possuem tal abordagem, destaco o de Mathias (2009) e Gianinni (2011, 2014).

Para além de uma visão estereotipada de mulher militar, os estudos que relacionam gênero e Forças Armadas buscam ir além, e não somente abordam a mulher na instituição: necessitam problematizar as representações tradicionais sobre as mulheres no Brasil, baseadas em um modelo ideológico que se perpetua desde a colônia.

1.2 Representações tradicionais de gênero na sociedade brasileira

Um dos pontos cruciais a respeito da sociedade colonial brasileira refere-se ao modelo ideológico familiar difundido por alguns autores clássicos da literatura brasileira, dentre eles, a de Gilberto Freyre, e confundido como uma forma geral para se tratar de família no período: a família patriarcal. Instalada,

preferencialmente, nas zonas de grandes unidades agrárias de produção açucareira, e legitimada pela Igreja desde o início do período colonial brasileiro (Nader, 2008, p. 46), a ideologia patriarcal expressava o poder masculino perante os membros da família no espaço privado, o que muitas vezes justificava atos de violência contra a mulher, por ser considerada propriedade do marido. De acordo com Lima e Souza, patriarcado refere-se a uma “forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder” (2015, p. 515). A autoridade do patriarca era, portanto, indivisível e inquestionável, exercendo domínio sobre aqueles que o cercava.

Freyre (2006), ao nos trazer a ilustração da casa-grande, nos permite observar que, ao mesmo tempo em que houve uma imposição de formas européias de colonização em território brasileiro, também dali surgiu uma configuração original de uma nova ordem econômica, social e política, tendo suas expressões em todos os setores: na produção, no trabalho, na religião, na vida sexual e na família. Na grande fazenda, o poder estava concentrado nas mãos dos senhores rurais. Para Freyre, o senhor de engenho era “o verdadeiro dono do Brasil (...) donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres” (ibid, p. 38). Sobre a importância da família na organização social no Brasil colonial, afirma:

a família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva (...) sobre ela o rei de Portugal quase reina sem governar (ibid, p. 81).

A família patriarcal expressava um sentimento de coesão e solidariedade entre seus membros e demais agregados, todos sob o poder do senhor, pois estavam de alguma forma interligados ao grande núcleo central. Não era incomum que houvesse apadrinhamento por parte do senhor de engenho dos homens livres que viviam nos arredores da fazenda, revelando assim uma ampla rede de relações sociais que evidenciava o poder particular em detrimento do Estado português.

A situação feminina no interior da casa-grande seguia o modelo europeu cristão: as filhas do senhor de engenho eram vigiadas para que não ousassem manchar a honra de sua família. Tão logo alcançassem a puberdade, estavam aptas para o casamento, escolhido com cuidado pelo pai para assegurar a preservação dos bens da família e da posição social que dispunham. De acordo com Nader

(2001), o que importava em relação ao casamento era o interesse do grupo, e cada indivíduo estava obrigado a se adaptar aos valores de seu grupo familiar e social. Não havia espaço para o romantismo. Somente a partir do século XIX é que o amor romântico passou a ser cogitado para a escolha do cônjuge.

É importante destacar desde já que este modelo não deve ser encarado como estrutura familiar dominante na sociedade brasileira colonial, uma vez que o próprio Freyre admite outros tipos de família¹⁰, ou seja, não deve ser entendido como um retrato fiel de todas as famílias da sociedade brasileira, no passado e no presente. Apesar disso, esse modelo tornou-se um referencial de família, que de acordo com Lima “se legitima como tradição, tendo, como corolário perverso, a desqualificação das mulheres que, ontem e hoje, não se submeteram às suas normas” (2006, p. 200), pressupondo a ideia de submissão de todos os membros da casa ao *pater familias*¹¹, e caracterizado por Freyre como um “sentimento de honra do homem com relação à mulher (esposa ou companheira) e às filhas moças” como um sentimento comum “entre todas ou quase todas as camadas da população” (2006, p. 130). De acordo com Vainfas (1989), independente da família que o indivíduo estivesse inserido, os valores patriarcais estavam inseridos na sociedade colonial como um todo, ficando praticamente impossível desvincular-se do que era considerado hegemônico.

Ainda assim, é preciso que não haja uma visão estereotipada da mulher no período colonial brasileiro: a filha ou esposa do senhor de engenho bordadeira, reclusa, iletrada e submissa. Ao evidenciar tais mulheres, ignoram-se as mulheres pobres, as mestiças, indígenas e escravas. Há toda uma ampla gama de mulheres que não se restringiam às fazendas e ao mundo agrário. Pelos relatos de viajantes e demais fontes, por exemplo, outras mulheres nos são apresentadas: ora buscam a liberdade apesar da vigilância paterna, ora são letradas, apesar da precária educação disponível, ora trabalham nas moendas, na casa de purgar e também na

¹⁰ Freyre considera que em outras regiões do país, a família patriarcal era mais perceptível em Minas Gerais, no século XVIII, e em outros lugares somente em locais em que o mundo rural predominava. De acordo com Nader, existiam outros modelos familiares no Brasil, a saber, a família ilegítima (homem e mulher em relação de concubinato) e a celibata (homens e mulheres que optavam por viverem sozinhos) (2001, p. 54)

¹¹ Tipo familiar presente na sociedade romana, do latim, “pai de família” pressupõe a autoridade masculina sobre os demais membros da casa: mulher, filhos, agregados e escravos. De acordo com Lima e Souza (2015, p. 512), o direito romano dava ao paterfamilias poder de vida e morte sobre todos que integrassem a sua família, e também sobre os seus escravos.

mineração, ou na atuação enquanto artesãs, cozinheiras, rendeiras, lavadeiras de roupa, lavadeiras, amas-de-leite, parteiras e costureiras. De acordo com Figueiredo:

as formas ativas que as mulheres encontraram para sobreviver no universo colonial revelam que elas estiveram muito pouco acomodadas ou imobilizadas em papéis tradicionais. Ao contrário, sua participação na sociedade contrariou o silêncio e a invisibilidade histórica (2004, p. 94).

A desigualdade entre homens e mulheres, ou maridos e esposas, era comumente justificada pelas diferenças biológicas entre os sexos, mas após contribuições de autores que questionaram essa premissa, sendo o mais conhecido F. Engels (1984), a reflexão passou a ser no sentido de que há uma origem histórica e social para as desigualdades entre os gêneros, portanto passíveis de questionamentos e mudanças. A partir da militância do movimento feminista e da discussão do conceito de gênero na segunda metade do século XX, o conceito de patriarcado como forma de organização social e familiar foi sendo cada vez mais questionado.

De acordo com Lima e Souza (2015, p. 513), a figura jurídica do *paterfamilias* e a posição de inferioridade e submissão da mulher acabaram por influenciar o direito ocidental, deixando inclusive suas marcas no Brasil, em uma clara inferioridade jurídica da mulher em relação ao homem. Exemplos dessa inferioridade podem ser vistos no período colonial, imperial e republicano no Brasil. No primeiro caso, há o Código Filipino, de 1603, que dava ao marido o direito de assassinar a esposa em caso de adultério e também o amante, exceto se este estivesse em uma categoria superior ao marido traído. No império brasileiro, D. Pedro I revalidou o referido código e considerou o adultério um crime, estabelecendo inclusive a pena de um a três anos de prisão para a mulher casada que o cometesse. Se o adúltero fosse o marido, este somente sofreria a pena caso tivesse “concubina teúda e manteúda”, ou seja, relações extraconjugais causais eram permitidas¹². Já no período republicano, no Código Penal de 1940, o adultério masculino passou a ser configurado a partir de qualquer ato de infidelidade do casal, deixando de ser crime somente em 2005 (Lima e Souza, 2015). Outros exemplos de inferioridade jurídica

¹² Uma vez que as diferenças entre homens e mulheres eram justificadas pela biologia, a infidelidade masculina era tolerada pela suposta incapacidade natural masculina em permanecer casto. A mulher, desde menina era criada para “se preservar”, pois seu trunfo enquanto mulher honrada era sua virgindade. De acordo com Rousseau (2004), a infidelidade tinha um duplo sentido: o marido que traía sua esposa estava sendo injusto e bárbaro, mas a mulher que traía acabava por atingir toda sua família.

da mulher são citados por Lima e Souza, como o código civil de 1916, que tornava a mulher “juridicamente incapaz” por necessitar da autorização do marido para praticar atos como exercer profissão ou alienar bens móveis. O marido assumia a função de “chefe de família”, enquanto que a mulher deveria ser a auxiliadora, somente “colaborando” quando solicitada.

Com as mudanças do século XX, sobretudo referentes à economia, industrialização e mercado de trabalho, os padrões familiares também se modificaram: as mulheres passaram a ocupar cada vez mais o espaço público, e com isso, novas demandas cada vez mais surgiram. Porém, mesmo com tais mudanças, inclusive em relação à legislação e muitas mulheres terem se tornado chefes de família, o modelo de família patriarcal insiste em persistir no imaginário social, relacionando a mulher à maternidade e ao cuidado da casa, do marido e dos filhos, em uma relação hierárquica e submissa. De acordo com Nader, a estrutura da família patriarcal brasileira e a mentalidade dela proveniente constituiriam a “base de apoio na qual se assentam os pontos básicos da civilização brasileira”, e isso ocorreu de forma particular, uma vez que “não existia nenhuma organização nem planos elaborados para o seu estabelecimento” (2001, p. 47). Assim, a predominância do privado em relação ao público e o poder do homem sobre todos os membros da casa, acabaram por subjugar muitas mulheres, muitas vezes estando a violência física e psicológica incluídas no suposto “direito de punição” dos maridos contra mulheres e filhos.

A representação tradicional da mulher, que a vincula ao lar e ao cuidado, também é perceptível no meio militar. Selecionamos dois exemplos que ilustram tal premissa. No primeiro caso, há na publicação oficial do Exército brasileiro, “Revista do Clube Militar”¹³, depoimentos de majores do exército, mulheres na carreira há mais de vinte anos. Nas entrevistas presentes na reportagem, as militares discorrem a respeito da incorporação feminina nas Forças Armadas brasileiras e contam suas experiências profissionais e pessoais. A análise de Bourdieu (2011) é útil para compreendermos os depoimentos, uma vez que as próprias mulheres incorporam esquemas de pensamentos que são produtos dessa relação de poder. Selecionamos algumas passagens:

¹³ Revista do Clube Militar, Ano LXXXV, Nº 444. Fevereiro, março e abril de 2012.

Se nos valêssemos dos arquétipos mitológicos de Ares e Athenas, símbolos, respectivamente, da guerra e da estratégia, compreenderíamos claramente que o homem e a mulher militar contribuem, cada um à sua maneira, para o cumprimento da missão institucional, sendo inadmissível querer tratá-los como iguais nos quesitos que lhes são peculiares como, por exemplo, a compleição física. O quesito força é óbvio que os distingue, homem e mulher, mas não há de haver espaço para nenhuma disputa e, ao contrário, há que se aproveitar a sinergia da atuação em conjunto, reunindo habilidades e enaltecendo o espírito de corpo.

A batalha feminina começa muito antes, no terreno mais longínquo da sua alma, quando ela enfrenta a si mesma e ao desafio da mulher integral (pessoa, mãe, profissional, esposa). (...) Atesto pessoalmente, que o desgaste de às vezes precisarmos nos ausentar do lar e da família, em detrimento do cumprimento de uma ou outra missão, por si só já cria internamente uma guerra, na que lutamos para não deixar feridos nem baixas, mas onde ainda encontramos oportunidade para agregar o nosso valor profissional. Nessas e noutras batalhas, cumprimentemos a militar do Exército Brasileiro pelas vitórias alcançadas até então, pelas vitórias que estão por vir ou, no mínimo, pelo seu bom combate (à sua maneira).

E dava a impressão que no início todos pisavam em ovos. Se fosse diferente, seriam personagens da Liga da Justiça. Não que necessitássemos de tratamento diferente, mas as mulheres têm suas peculiaridades. Homem não menstrua e tem mais força física que as mulheres.

Além disso, a feminilidade trouxe para o Exército um pouco mais de sensibilidade, tato, gentileza... Ora, características apenas femininas? Claro que não. Porém, características que uma mulher revela sem pudores e que, conseqüentemente, atrai dos demais uma contrapartida similar. De certo modo, as relações interpessoais ficaram melhores e mais agradáveis. E, de certo modo também, a mulher trouxe mais charme, leveza e elegância para dentro dos Quartéis...

As majores entrevistadas pela revista pertenciam à Escola de Administração do Exército (EsAEx), hoje chamada de Escola de Formação de Oficiais do Exército (EsFCEEx) em Salvador, na Bahia, primeira instituição do Exército a permitir o ingresso, por meio de concurso público, de mulheres. Foi neste local que realizei minha pesquisa de campo, a ser apresentada no segundo capítulo.

No segundo exemplo, há uma postagem na rede social *facebook* do Ministério da Defesa do Brasil a respeito da instauração da Comissão de Gênero nas Forças Armadas no ano de 2015. Vários comentários de civis e militares demonstraram como antigos padrões ainda moldam políticas a respeito da mulher, não somente a militar. Separamos alguns trechos, respeitando a grafia original:

Diego **** só quero ver o caos quando forem combatentes hahaha

Lucila **** Pq seria um caos?

Marcelo **** Vdd acho que no combate não aguentariam

Lisiele **** Algum problema com mulheres combatentes, Sr Diego? Fácil de resolver isso: pede pra sair!

Samy **** Não aguentariam o que ? Chorar pq levaram tiro como muito marmanjo? Venham para o Século XXI - onde vcs andam ? Na Idade Média ainda com Espadas de 2m ? kkkkk

Diego **** Hahaha... quem é da tropa sabe. Não vou discutir com paisano.

Dalton **** Caramba, dá um tempo, elas estão preparadas para combate sim, vamos respeitar nossas militares, pois são muito competentes em todas as áreas.

Lucila **** Uiii ele não discuti com paisanos huahauhauhau

Ricardo **** não vai ser um caos, as possíveis guerras quando vinherem serão combatidas com inteligência, por meios digitais e diplomacia pelos homens e mulheres capacitados. As guerras de combate corpo a corpo serão combatidas com os "brutos"

Diego **** Senhores a palavra é promiscuidade da tropa, sem falar que não temos estrutura para recebe-las... Conversem com mulheres de saúde que vão para exercícios no terreno e vejam o ue elas tem a dizer. Desculpa se pareci grosso anteriormente, Brasil.

Elder **** concordo com Sargento Diego **** disse fiquei 3 anos no eb vi isso de perto na vila militar e meu primo subtenente do eb fala a mesma coisa não se trata de machismo mais sim a realidade

Lucila **** Acredito que a comissão de gênero foi criada também para isso. Deveria ser comemorada e levada a sério, principalmente por quem já faz parte das forças armadas. É melhor se acostumarem.

Anna **** Pois é Diego, mas acho que a ideia é mudar a mentalidade das forças armadas do Brasil para receber as mulheres, afinal, se há vaga, há demanda. Além disso (odeio comparar, mas já comparando) outros países maiores (como os EUA) já têm mulheres faz tempo exercendo posições de combate, inclusive.

Leonardo **** Em toda história humana só uma mulher foi digna de respeito: Joana D'arc , todas as outras são feministas em tempos de paz, mas não vejo nenhuma mulher se interessando por guerra . Unhas , cabelo, maquiagem elas sabem , quando a guerra chegar ao Brasil , e ela vai chegar vão falar que cuidam das crianças, etc.

Asauri **** Colocar mulher para estar nas Forças Armadas é bacana, já estão há décadas!!! Só não inventem de transformá-las em combatentes: infantas, fuzileiros, engenheiros de combate, cavalarianos, etc... Os principais exércitos do mundo já comprovaram a ineficácia. Questão biológica, orgânica, física. Mulheres já nas FFAA, mas como: médicas, dentistas, intendentes, farmacêuticas, veterinárias, pilotos, topografas, engenheiras civis, matbelianas, musicas, etc. Nada de mulher fuzileiro, pelo amor de Deus!

Rafael **** Todo quartel tem uma cozinha, bota um monte lá ne?

Fonte: página oficial do Ministério da Defesa na rede social Facebook.

De uma forma mais generalizada os comentários daqueles que criticam a entrada feminina na instituição militar apontam para a mesma convicção: há certos

lugares específicos femininos, e certamente a instituição militar enquanto combatentes não é um deles. A relação da mulher com a preocupação com sua aparência física, o cuidado para com o outro (pelas funções auxiliares) e mesmo a cozinha demonstram como ainda não se superaram antigos paradigmas. É como se as demandas do movimento feminista desde a década de 1960 tivessem que ser acatadas pela instituição, mas com ressalvas: tudo bem se uma mulher quiser entrar nas Forças Armadas, contanto que cumpra os papéis de acordo com seu sexo. Por isso, funções auxiliares são tão enaltecidas por aqueles que defendem o impedimento a outras áreas militares – é como se dissessem que as mulheres já entraram para a instituição militar, não sendo necessário estarem em todas elas. A representação social que se faz da mulher demonstra como há um jogo de poder envolvido, no qual há a supremacia masculina. São pensamentos como esses que ainda impedem que mulheres atinjam a igualdade de condições em várias funções, e a raiz desses pensamentos se encontra no patriarcalismo herdado de nossa sociedade colonial, que ainda permanece enquanto tradição arraigada e não superada.

1.3A luta pela emancipação feminina e o movimento feminista no Brasil

Emancipar-se é tornar-se livre, é libertar-se de qualquer jugo ou tutela. É poder exercer a capacidade de ir e vir, de circular pelo espaço público, poder escolher uma profissão, exercê-la, e, acima de tudo, ser capaz de tomar decisões independentemente do aval de outrem. Muito foi conquistado pelas mulheres nos últimos séculos e décadas, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. A presente seção busca retomar a trajetória da luta pela emancipação feminina, com destaque para o surgimento do movimento feminista na Inglaterra e nos Estados Unidos. Em seguida, aborda os reflexos do movimento em suas diferentes “ondas” no Brasil e como a militância foi crucial para que direitos básicos e necessários fossem alcançados pelas mulheres no país.

O surgimento do movimento feminista

O movimento feminista não é um movimento linear e direto, mas passou por nuances, “ondas”, diversificou-se no tempo e no espaço, sendo praticamente

impossível defini-lo de forma objetiva e única. Por este motivo, é comum perceber textos que tratam de “feminismos”, pela pluralidade de abordagens que o tema traz em si. Mesmo assim, adoto aqui o conceito de feminismo como toda ação, seja ela teórica ou prática, que visa a transformação da condição social da mulher, a luta por sua emancipação política, visando acima de tudo a equiparação de direitos entre os gêneros. Não há como desvincular o movimento de seu caráter político, pois por onde passou, ousou questionar a ordem estabelecida, desnaturalizando o que se acreditava pensar como imutável.

Historicamente, convencionou-se separar a trajetória do movimento feminista em “ondas” – a primeira iria da Revolução Francesa (1789-1815) até as três primeiras décadas do século XX. A segunda se localizaria entre as décadas de 1960 e 1970; a terceira teria se iniciado na década de 1980 e permanece até o contexto atual.

A Revolução Francesa foi um marco na história da civilização ocidental, uma vez que não rompeu apenas com um tipo de governo ou modelo político, mas acabou por transformar toda uma ordem social e política que era fundamentada em uma tradição, influenciando diversos movimentos (inclusive nas colônias no continente americano) que denunciavam opressão social e política. O século XVIII, pano de fundo da Revolução, inaugurou uma série de debates que seriam difundidos no século XIX, em que se pode perceber o nascimento da luta pela emancipação feminina de uma forma mais organizada. Porém, pensar em modificar algo que era considerado natural ainda era bastante incipiente e revolucionário, e a maioria dos conhecidos revolucionários, que pregava igualdade e liberdade, não se ocupava da questão feminina. Um dos filósofos mais conhecidos da Revolução Francesa foi Jean-Jacques Rousseau. Sua obra, “Emílio ou Da Educação”, publicada em 1762, serve para ilustrar como os debates sobre a inserção da mulher no âmbito público teriam ainda muitos desafios e percalços pela frente.

Apesar de sua denúncia contra um ideal de sociedade intelectualizada e formalizada, opondo-se assim contra o absolutismo monárquico, e contra toda uma ordem social baseada na ostentação, no luxo, no artificialismo, na imoralidade dos costumes e no ceticismo parisiense (Paiva, 2011, p.23), Rousseau não avançou no sentido da igualdade de gêneros em sua obra. O livro V, que trata da companheira ideal de Emílio, inicia-se com uma visão clássica da religião judaico-cristã: a de que a mulher é uma auxiliadora do homem, que não deve ficar só. É interessante que,

enquanto Emílio (representando os homens) é a representação do individualismo romântico e da liberdade em sociedade, a mulher é retratada como uma criatura dependente, pois depende de sua família, seu marido e da sociedade, que a julga, todo momento, por sua aparência e ações.

A natureza feminina, por ser fraca, deveria servir para agradar ao homem: “pela própria lei da natureza, as mulheres, tanto por si mesmas quanto por seus filhos, estão à mercê dos julgamentos dos homens” (Rousseau, 2004, p. 527). A diferença biológica seria, portanto, um pretexto para o tratamento desigual entre homens e mulheres, inclusive no âmbito da educação. Enquanto os meninos eram respeitados em suas vontades particulares, as meninas eram “treinadas” desde a tenra infância para que aprendessem a obedecer. Além disso, Rousseau defende que mulher deve ter sempre um cuidado especial com sua aparência, com sua moral, com a forma como os outros a enxergam. Não basta ser, tem que parecer.

A companheira ideal de Emílio, portanto, deveria estar atrelada ao espaço privado, isenta da ideia de ser uma detentora de direitos em equiparação ao homem. Apregoando os ideais de liberdade e igualdade dos cidadãos, os debates que surgiram a partir da Revolução Francesa abriram espaço para o questionamento da suposta desigualdade natural entre homens e mulheres, fazendo inclusive com que alguns revolucionários (apesar de raros) escrevessem a favor da emancipação feminina, como foi o caso de Nicolas de Condorcet e Pierre Guyomar. Porém, eles eram exceção, pois a cidadania feminina não era considerada uma bandeira de luta pela maioria dos revolucionários. Havia, inclusive, uma diferenciação entre cidadãos ativos e passivos (até 1792): os primeiros, dotados dos direitos plenos de cidadania, se caracterizavam pelo pagamento de impostos e pelas propriedades que possuíam, e por isso tinham direito ao voto. Já os cidadãos passivos não poderiam votar, mas teriam direito à proteção de sua pessoa. Eram as mulheres, os desempregados, as crianças, os loucos e aqueles considerados incapazes por qualquer outro motivo.

Mesmo não podendo exercer plenamente sua cidadania, muitas mulheres não se calaram, em diferentes espaços, da tribuna à guerra. Uma das mais pioneiras da luta feminista no contexto da Revolução foi Olympe de Gouges (1748-1793), que, em resposta à Declaração dos Direitos do homem e do Cidadão, redigiu a

Declaração dos direitos da Mulher e da Cidadã, propondo a total igualdade jurídica, política e social das mulheres. Na conclusão da declaração, afirma¹⁴:

Mulher, desperta. A força da razão se faz escutar em todo o Universo. Reconhece teus direitos. O poderoso império da natureza não está mais envolto de preconceitos, de fanatismos, de superstições e de mentiras. A bandeira da verdade dissipou todas as nuvens da ignorância e da usurpação. O homem escravo multiplicou suas forças e teve necessidade de recorrer às tuas, para romper os seus ferros. Tornando-se livre, tornou-se injusto em relação à sua companheira.

O documento é provocante, chama as mulheres à luta. Porém, os detentores do poder não estavam preocupados com a emancipação feminina. Assim, as reivindicações de Olympe de Gouges foram rejeitadas e ela executada.

Em outra frente de batalha, havia as mulheres-soldado da revolução. De acordo com Morin (2009), quando a França declarou guerra à Áustria em 1792, muitas mulheres (cerca de 80, mas apenas 44 com registro documentado) se alistaram voluntariamente, partindo para as fronteiras. Em janeiro de 1793 foi publicado na revista *Révolutions*, de autor desconhecido, um texto chamado “Sobre a mulher soldada”. Pelo texto, percebe-se como os papéis tradicionais previamente definidos para as mulheres as impediriam de exercer uma função historicamente masculina¹⁵:

As mulheres nada têm a fazer no exército. Não cessemos de repetir: Cidadãs! Só estais bem na casa paterna, e sob o teto marital, à cabeceira do leito de vossos parentes deficientes ou decrépitos, ao pé do berço de uma família nascente. Em qualquer outro lugar, estaríeis deslocadas. Deixai-nos as armas e os combates (...) para vós, o heroísmo consiste em carregar o peso do lar, e as labutas domésticas.

Interessante observar que, mesmo séculos após esta publicação, as justificativas para que mulheres não façam parte do terreno da guerra são praticamente as mesmas: ao mesmo tempo em que a mulher é um ser cuidador “por natureza”, precisa ser protegida de perigos maiores, e cabe ao homem cumprir este papel. Assim, o espaço privado pertenceria à mulher e o cuidado com o lar seria sua verdadeira vocação.

¹⁴ Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html> Acesso em janeiro de 2016.

¹⁵ Retirado de Badinter, 1989, p. 129.

Ainda no fim do século XVIII, a luta pelos direitos políticos da mulher também foi perceptível na Inglaterra. Em 1792 Mary Wollstonecraft publicou a obra “Vindicação dos direitos da mulher”. Apesar de acreditar que no mundo físico o homem era superior à mulher, a obra denunciava que os homens aproveitavam-se desta superioridade para “nos afundar ainda mais, tornando-nos objetos atraentes por um momento”. Outra obra de grande importância para a discussão dos direitos da mulher foi publicada em 1860 por John Stuart Mill, “A sujeição das mulheres” (2006). Mill questiona a “lei dos mais fortes” utilizada para justificar a desigualdade de direitos entre homens e mulheres, afirmando que no contexto moderno e com o progresso da civilização esta lei já deveria ter sido abolida. Ou seja, é curioso notar como padrões obsoletos ainda são utilizados como justificativa para a sujeição feminina, mesmo que tenha havido mudanças significativas na sociedade.

Para Mill, a submissão feminina em relação ao homem era pior do que uma relação de escravidão, uma vez que o homem exigia, além da obediência, afeto por parte da mulher. Então, ela sofria uma forte opressão tanto no domínio privado (pelo pai ou marido), quanto no domínio público, uma vez que não havia leis que salvaguardassem seus direitos. Em relação ao casamento, o autor afirma que ele é o “destino apontado pela sociedade para as mulheres, o objetivo para o qual elas são educadas e elas deveriam alcançar este propósito, exceto aquelas que são pouco atraentes para serem escolhidas” (2006, p. 49). Assim, o costume antigo do pai escolher o marido para a filha impedia totalmente a mulher do controle de seu destino, tornando-se muitas vezes um instrumento de troca monetária. Mill afirma que a livre escolha do marido pela mulher, apesar de não ser suficiente, é uma forma paliativa de lidar com o casamento. Ainda afirma: “o casamento é o único cativeiro real admitido pela nossa lei. Não existem escravos legais, exceto a dona de casa em cada lar” (p. 114).

Em relação à educação feminina, Stuart Mill se apresenta como um revolucionário para sua época ao afirmar que o intelecto da mulher não é inferior ao do homem. Logo, as mulheres poderiam ocupar os cargos que são ocupados por homens, pois elas possuem as mesmas capacidades intelectuais. Desta forma, o autor coloca em xeque a divisão social do trabalho, abrindo espaço para a discussão de que os benefícios da igualdade de gênero são os benefícios de uma sociedade igual e justa para ambos os sexos. Uma vez que o autor defende a liberdade

individual de cada ser, nada mais natural que se assegurem os direitos das mulheres, sem dominação de um gênero em relação a outro.

Ainda no contexto do século XIX, o movimento feminista em sua “primeira onda” possuiu caráter essencialmente político – as mulheres da classe média no final do século XIX e início do século XX lutaram pela extensão do direito ao voto (votar e ser eleita), direito à educação com currículos iguais aos dos homens e direito ao trabalho remunerado com salário igual por trabalho igual (Pedro, 2012, p. 256). Ainda na Inglaterra, no século XIX, país pioneiro da Revolução Industrial, novas frentes de luta feminista surgiram, reivindicando a igualdade de condições da mulher no mercado de trabalho no âmbito da esfera pública. Com a consolidação do capitalismo e maior necessidade de operários nas fábricas por conta da demanda de produtos a serem exportados, houve a reorganização da mão de obra, que incluía cada vez mais as mulheres, mas em desigualdade de condições, dentre elas a de salário e com funções cada vez mais subalternas. A divisão de funções era justificada pelas diferenças entre os sexos: às mulheres, funções mais delicadas, portanto, consideradas mais fáceis; aos homens, o trabalho considerado mais árduo, legitimando assim a desigualdade salarial.

Houve duas frentes de luta operária feminina: a luta por melhores condições de trabalho e pelos direitos de cidadania (Alves e Pitanguy, 1985). O sufrágio masculino já havia sido conquistado, portanto, a luta pelo sufrágio feminino teve características específicas. Surgido oficialmente nos Estados Unidos em 1848, o movimento espalhou-se por vários países, sendo posteriormente “um dos movimentos políticos de massa de maior significação do século XX” (ibid, p. 44).

O movimento sufragista inglês do início do século XX se diferenciava em duas frentes de luta: as “pacifistas” e as que tinham atitudes mais extremas, formado pelo grupo Women’s Social and Political Union – WSPU, ou mais conhecidas como *suffragettes*. Por sua atuação no espaço público, por gritarem nas ruas “Votes for women” (votos para as mulheres), por ousarem romper com um padrão pré-estabelecido, as sufragistas eram ridicularizadas e estereotipadas em jornais e revistas, como se pode observar por essa figura de 1909 publicada pela editora Millar e Lang:

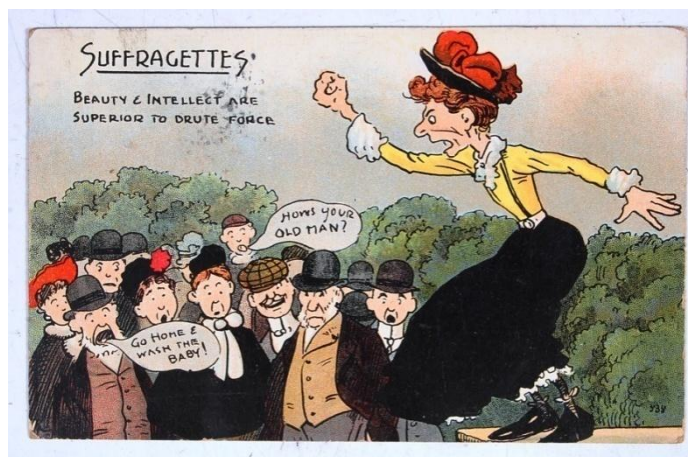


Figura 1: Legenda: Sufragistas: beleza e inteligência são superiores à força bruta. Os balões dizem: “Como está seu homem?” e “Vá pra casa dar banho no bebê!” Disponível em <http://lskcdn.u1.wrvco.uk/s3/wrimages/lsk/PC011011/133.jpg> Acesso em janeiro de 2016.

Nos Estados Unidos o processo de garantia de direitos pelo voto feminino foi diferente do que ocorreu na Inglaterra. O movimento em si não era considerado agressivo, e se pautava sobretudo pela moderação e pela divulgação da ideia de ser algo além da dicotomia homem/mulher, mas pelo fato de que a conquista do voto feminino poderia trazer benefício a toda sociedade. Como resposta, o governo norte-americano aos poucos passou a atender às reivindicações das feministas: a partir de 1910 o Congresso dos Estados Unidos passou a cogitar a possibilidade de estender o voto para as mulheres e, em 1919, tal direito foi assegurado através da Emenda de número dezenove na Constituição norte-americana. No Brasil, a Revista da Semana expressou sua opinião a respeito das diferenças entre os movimentos sufragistas inglês e norte-americano:

Ao mesmo tempo que a sufragista inglesa, enganada nas suas esperanças, enveredava imprudentemente para a propaganda pelo fato, a sufragista americana, já vitoriosa em alguns dos Estados da União, continua reivindicando o direito político do sufrágio sem apelar para os argumentos da violência. [...] Em Inglaterra, contra as apedrejadoras de vitrinas, contra as incendiárias dos marcos postais, contra as destruidoras de obras de arte, contra as vociferadoras dos ‘meetings’, contra as desordeiras das ruas, a polícia procede com resoluta energia. A luta tomou o aspecto de uma acesa batalha. A mulher no seu desvairio, tendo perdido a serenidade e tendo desistido de combater a coberto do escudo da sua fragilidade, expõe-se voluntariamente a ser considerada como uma adversária perigosa, irritante e incômoda, com quem se não usa de contemplações (Revista da Semana, 25/04/1914, p.20).

Buscava-se assim divulgar a ideia de que a mulher que se envolvesse na luta pelo voto feminino deveria se pautar pelo diálogo e pela sensatez, não pelo enfrentamento direto. Já era considerado grotesco uma mulher sair de seu lar para reivindicar direitos políticos, portanto, utilizar-se da violência poderia até mesmo descaracterizá-la como mulher. Por este motivo, na imprensa, a luta feminista era ridicularizada, e as mulheres que lutavam por seus direitos no espaço público eram estereotipadas como solteironas, lésbicas, rancorosas ou mal amadas.

Um dos grandes nomes de luta pela emancipação feminina no Brasil foi Bertha Lutz, a segunda mulher a entrar no serviço público brasileiro. Ao lado de outras mulheres pioneiras fundou em 1919 a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, o embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). O voto era a principal bandeira de luta desta e de outras as associações¹⁶ criadas no início do século XX, mesmo que a educação também tenha tido seu devido destaque nas pautas discutidas.

De acordo com Soihet (2012, p. 226), embora a campanha sufragista não tenha se tornado um movimento de massas, foi muito bem organizado, fazendo do Brasil o segundo país da América Latina (o primeiro foi o Equador) a garantir o voto feminino pelo código eleitoral, em 1932. Seria somente em 1934 que o voto seria garantido pela Constituição, após décadas de luta¹⁷.

Assim, no contexto da chamada “primeira onda do feminismo” houve um significativo avanço para o que originalmente buscava: direitos políticos assegurados pelo voto. Mas as demandas feministas não se encerraram, e, após o retorno das mulheres ao lar após as Guerras Mundiais¹⁸, configurando-se um retrocesso ao direito ao mercado de trabalho, um novo desabrochar da militância feminista eclodiu, o que ficou conhecido como “segunda onda”.

A partir de 1960, o feminismo de “segunda onda” caracterizou-se pela ampliação de demandas das mulheres, incluindo as reivindicações referentes à sexualidade, ao corpo, à educação e ao trabalho. O contexto nacional brasileiro não era favorável às demandas dos movimentos sociais, dentre eles o feminista, pela

¹⁶ Destacam-se neste contexto a Aliança Brasileira pelo Sufrágio Feminino, a União Universitária Feminina e a Legião da Mulher Brasileira.

¹⁷ Por meio do Decreto-Lei 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 somente as mulheres casadas, com a devida autorização dos maridos e as viúvas e solteiras que tivessem renda própria poderiam votar. Já a partir de 1934, com o direito político garantido pela Constituição, tais restrições foram superadas, mesmo que o voto obrigatório feminino apenas fosse uma realidade a partir de 1946.

¹⁸ A participação feminina nas duas Guerras Mundiais, bem como as implicações sociais e nas Forças Armadas de diferentes países em relação ao “retorno ao lar”, será discutido no segundo capítulo.

supressão da liberdade de expressão e censura que vigoravam durante a ditadura civil-militar (1964-1985).

Adotando uma “metodologia revolucionária de divulgação de suas ideias através dos grupos de consciência, também chamados de grupos de reflexão”, o movimento de “segunda onda” no Brasil era formado apenas por mulheres e em ambiente particular, sendo um dos objetivos do grupo aumentar a solidariedade das mulheres e melhorar sua autoestima (Pedro, 2012). Assim, elas debatiam questões de interesse pessoal, compartilhando suas experiências pessoais. Por fim, chegaram à conclusão que suas vidas particulares eram na verdade, fruto do social, e aderiram ao *slogan* feminista internacional “O pessoal é político”. Assim, ao conferir caráter público ao que era considerado privado¹⁹, o movimento feminista colocou em xeque as antigas representações de gênero na sociedade brasileira.

Segundo Pedro (2012, p. 247), o marco fundador do feminismo da “Segunda onda” no Brasil foi um encontro em 1975 (também considerado pela ONU o Ano Internacional da Mulher) na sede da Associação Brasileira de Imprensa. Tal encontro foi organizado para discutir “o papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, e levou à decisão de se criar o Centro da mulher Brasileira (CMB), no Rio de Janeiro. Segundo Lima (2007, p. 5), o Centro teve um importante papel na conscientização das mulheres, apesar das dificuldades em conciliar as diferentes tendências do feminismo brasileiro (liberal, marxista e radical). O Centro aos poucos foi sendo controlado por militantes do Partido Comunista Brasileiro, o que desagradou muitas ativistas, que dele se desvincularam e fundaram em abril de 1979 o Coletivo de Mulheres.

Legitimada pela ideologia patriarcal, a violência no âmbito privado não era considerada uma questão social e política. Assim, o slogan “o pessoal é político”, importado pelo Brasil, evidenciava a polarização entre a família (esfera privada) e Estado (esfera pública). A luta feminista visava trazer ao espaço público as reivindicações que até então eram consideradas de ordem privada, causando uma profunda reflexão política a respeito da dicotomia público/privado. De acordo com Costa, “ao utilizar esta bandeira de luta, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político de sua opressão, vivenciada de forma isolada

¹⁹ A violência contra a mulher é um exemplo da luta feminista para tornar público o que era até então considerado privado. Ver Lima (2006, 2007, 2009).

e individualizada no mundo do privado, e identificada como meramente pessoal” (2005, p. 11).

Como a violência contra a mulher era tratada como uma questão de ordem privada justificava-se a ausência de políticas públicas que tratassem casos desse tipo. Um dos assassinatos que causou maior impacto na década de 1970 foi o assassinato da mineira Ângela Diniz. De acordo com Lage e Nader (2012, p. 297), este crime foi um divisor de águas no que se refere à reação da sociedade diante do crime passional, inclusive desencadeando manifestações públicas e abrindo espaço para novas discussões a respeito dos diversos tipos de agressão sofridos pelas mulheres, que extrapolaram o mundo doméstico. O crime ocorreu em 1976, e a justificativa da defesa do assassino, o namorado de Ângela, Doca Street, foi a “legítima defesa da honra”, tendo o mesmo inclusive afirmado após sua absolvição no primeiro julgamento: “matei por amor”. A reação das feministas foi realizar uma campanha com o slogan “Quem ama não mata”, já no início da década de 1980, e a partir da pressão com grande adesão popular, o assassino foi condenado a 15 anos de prisão em regime fechado, mas apenas cumpriu 3 anos (ibid, p. 298).

A ideia da pertença do corpo feminino era tão naturalizada que o cantor Sidney Magal lançou a música “Se te agarro com outro te mato” em 1977, portanto um ano após o assassinato de Ângela Diniz e da grande repercussão envolvida:

Se te agarro com outro
Te mato!
Te mando algumas flores
E depois escapo

Dizem que sou violento
Mas a rocha dura
Se destrói com o vento
Dizem que é tempo perdido
Mas é só inveja
Porque estás comigo

Dizem que eu estou errado
Mas quem fala isto
É quem nunca amou
Posso até ser ciumento
Mas ninguém esquece
Tudo o que passou

Dizem que eu passei da idade
Mas em ti encontro
Minha mocidade

Dizem que sou muito antigo
 Mas tudo o que eu quero
 É ficar contigo

Fico até aborrecido
 Quando telefonas
 Para os teus amigos
 Quando você não está perto
 Tudo em minha volta
 Fica tão deserto.

A música romantiza a violência, o crime, a posse pelo corpo da mulher e ainda debocha na frase “te mando algumas flores e depois escapo”. Assim como no caso do assassinato de Ângela Diniz, muitos homens violentos e assassinos escaparam e ainda escapam, e a vítima era (e é) sempre analisada para que se possa construir a base da defesa dos criminosos. Se fosse uma mulher que rompesse com os padrões tradicionais de gênero, ora, então ela mereceria a violência e o crime. Ainda no contexto atual (2016), a conduta feminina serve de base para avaliar se ela merecia ou não ser assediada e violentada.

Outro crime que chocou o país foi o da cantora Eliana de Grammont, em 1981. Ex-esposa do cantor Lindomar Castilho, foi assassinada enquanto se apresentava em São Paulo. Mais uma vez, a justificativa utilizada foi “legítima defesa da honra” e novamente o “amor” foi utilizado como pretexto para o crime. Compositor da música “Você é doida demais”, o assassino expressa pela letra ser transtornado por uma mulher que possivelmente o engana, ou seja, se ele perder o controle seria por culpa da mulher, não sua:

Pois eu sou aquele homem
 Que pensou lhe dar o nome
 E você nem quis saber
 Todo dia me enganava
 sempre você me trocava
 Pelo amor de outro rapaz
 Você é tão leviana
 Nisso você não me engana
 Você é doida demais

Na conjuntura do assassinato de Eliana de Grammont, o movimento feminista já se mostrava mais organizado, até mesmo pelo contexto de abertura política que havia se iniciado com a distensão “lenta, gradual e segura” capitaneada pelo presidente militar Ernesto Geisel, no fim da década de 1970. As mulheres foram se

tornando mais visíveis no espaço público, tanto no mercado de trabalho quanto por sua presença em passeatas e manifestações, como pelas reivindicações pela anistia política e pelo movimento Diretas Já. A visão daquela mulher restrita ao lar, mãe e esposa, foi sendo suplantada por uma mulher que poderia controlar sua reprodução (pela pílula anticoncepcional), trabalhar e fundar associações e clubes que se preocupassem com suas questões particulares: era o momento da mulher se preocupar e focar com demandas que lhes fossem próprias, e não mais viver em função de outrem.

A chamada “Terceira onda” do feminismo pode ser observada após 1980, e permanece até o contexto atual. Esta fase do movimento amplia o campo para a questão da diferença e da subjetividade, focalizando para o estudo das relações de gênero, não somente para estudos sobre as mulheres. No Brasil, com o processo de redemocratização no início da década de 1980, as feministas, assim como outros movimentos sociais, puderam atuar mais abertamente, e a luta pela igualdade da mulher ganhou mais espaço. As feministas “realizaram atos públicos, apoiaram a candidatura de mulheres na política, criaram conselhos como o Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983 em São Paulo” (Lima, 2007, p. 7). A implantação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), a partir de 1985²⁰, foi uma importante conquista no setor da Segurança Pública, mesmo que ainda no contexto atual (2016) antigos paradigmas continuem a pautar as práticas de atendimento às vítimas de violência²¹. Conquista após conquista, luta após luta, progressivamente passou-se a finalmente encarar as demandas das feministas como pertencentes ao espaço público, e não de ordem privada, e políticas públicas, órgãos e serviços seriam implantados com o objetivo de atender e proteger as mulheres.

As feministas também fizeram campanha junto aos parlamentares na elaboração da nova constituição, inclusive sendo chamada pela imprensa brasileira de “lobby do batom”. O resultado foi positivo, pois as feministas foram o setor que mais tiveram suas emendas aprovadas: cerca de 80% de suas reivindicações foram incluídas na Constituição de 1988. A violência contra a mulher passou a ser

²⁰ Em São Paulo, SP, foi criada a primeira DEAM, em agosto de 1985; em Vitória, ES, em outubro de 1985; no Rio de Janeiro, RJ, em agosto de 1986.

²¹ De acordo com Lima (2007), há persistências de práticas pautadas pelas antigas representações de gênero na sociedade brasileira, como na forma de avaliar e classificar as vítimas, na diferenciação dos acusados e pela a desqualificação no meio policial do trabalho realizado nas DEAM.

encarada como responsabilidade do Estado, e de acordo com Lage e Nader, “esse reconhecimento é fundamental para a mudança progressiva da atitude tolerante da sociedade brasileira para com esse tipo de violência” (2012, p. 201).

Em 2006 a promulgação da Lei Maria da Penha²² representou um importante instrumento legal de combate à violência contra a mulher e sem dúvida foi uma conquista, mas o termo “violência doméstica e familiar contra a mulher”, em seu artigo 5º, acaba por desviar o foco da violência de gênero para as relações familiares, vinculando a mulher aos padrões normativos da família.

Um dos exemplos da aplicação da Lei Maria da Penha restrita ao âmbito familiar é o de Eliza Samúdio. Em outubro de 2009 Eliza se dirigiu à DEAM do Rio de Janeiro para registrar um boletim de ocorrência contra o então goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes, alegando ter sofrido agressões, indução ao aborto e cárcere privado. Utilizando-se da justificativa de que Eliza não tinha uma relação estável com Bruno, a juíza designada indeferiu o pedido de medida protetiva para a jovem, que veio a ser assassinada meses depois, sendo Bruno acusado de mandante do crime. Em sua decisão, a juíza afirmou que a Lei Maria da Penha “tem como meta a proteção da família, seja ela proveniente de união estável ou do casamento, bem como objetiva a proteção da mulher na relação afetiva, e não na relação puramente de caráter eventual e sexual²³”. Assim, a juíza não encarou Eliza como uma mulher que necessitava de proteção do Estado porque ela não representava a família, essa instituição protegida pela cultura patriarcal que acaba por oprimir as mulheres. A luta das feministas continua sendo exatamente de proteger a mulher, não a mulher casada ou comprometida. O termo que melhor expressaria a proteção da mulher seria a luta contra a violência de gênero, não violência doméstica, ou seja, deve-se amparar a mulher como um indivíduo dotado de direitos, independente de seu status civil.

Neste caso de grande repercussão, a conduta de Eliza e sua condição de amante do goleiro Bruno colocavam à prova o fato se ela seria realmente uma vítima. Ainda é comum no Brasil encarar a violência de gênero como vitimismo ou

²² Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Tem esse nome em homenagem a Maria da Penha Fernandes, mulher que ficou paraplégica após sofrer duas tentativas de homicídio pelo então marido. Para consulta, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acesso em janeiro de 2016.

²³ Disponível em <http://feminismo.org.br/o-caso-eliza-samudio-e-a-lei-maria-da-penha/> Acesso em janeiro de 2016.

algo em que não cabe proteção do Estado. Afinal, muitos ainda pensam que se a mulher usa roupas insinuantes, está pedindo para ser assediada.

Ser feminista no Brasil atual

Ainda vivendo na “terceira onda” do feminismo, os desafios para a garantia de direitos para as mulheres ainda persistem, uma vez que o movimento não é linear e novas demandas surgem. O combate à homofobia, ao assédio moral e sexual e a luta constante por provar que a mulher não é propriedade masculina constituem-se em exemplos dos desafios enfrentados.

O que se percebe no Brasil atualmente é relacionar feminismo a “vitimismo”, ou seja, qualquer manifestação de luta por igualdade de gênero é encarada como uma agressão de mulheres contra homens. Campanhas atuais, veiculadas principalmente pela internet, demonstraram como ainda padrões antigos são utilizados para minimizar a luta feminista.

Dois campanhas veiculadas principalmente pelas redes sociais *Twitter* e *Facebook* foram lançadas pelas *hashtags* (#) primeiro assédio e meu amigo secreto, em 2015. No primeiro caso, a campanha surgiu após alguns comentários sobre uma adolescente de 12 anos participante de um programa de culinária. Comentários pedófilos, como “Alguém sabe o *twitter* da Valentina? Ela vai namorar comigo querendo ou não”; “Sobre essa Valentina: se tiver consenso é estupro?”; “Pra Valentina entrar no programa teve que fazer uma suruba com o Fogaça e Jacquian”, geraram um turbilhão de mensagens compartilhadas por mulheres que sofreram assédio ainda na infância ou adolescência. A criadora da campanha, Luíse Bello, afirmou²⁴:

O assédio acaba sendo invisibilizado por dois motivos. O primeiro é que, ao reclamarmos dele, sobretudo quando crianças, ouvimos que é normal, que homem é assim, que ‘ele estava bêbado’, que estávamos com certa roupa e por isso não devemos reclamar. E isso vai ficando invisível para os homens porque normalmente não acontece na frente deles. Se uma menina está acompanhada pelo pai ou pelo irmão quando está andando na rua, dificilmente um homem vai mexer com ela – isso vai acontecer quando estiver sozinha.

²⁴ Matéria disponível em <http://www.revistaforum.com.br/2015/10/22/em-campanha-no-twitter-mulheres-relatam-primeiros-casos-de-assedio-que-sofreram/> Acesso em janeiro de 2016.

A divulgação dos relatos possibilitou trazer à tona algo que muitas mulheres não tinham coragem de assumir, criando assim uma rede de informações que nos faz entender que o assédio sofrido por crianças e adolescentes não deve ser somente entendido como algo esporádico e raro. Ao contrário, é uma triste realidade, compartilhada por milhões de crianças e adolescentes.

A segunda campanha, “#meuamigosecreto” visava denunciar casos do machismo cotidiano. Mulheres relataram suas próprias histórias ao mesmo tempo em que denunciavam o comportamento de seus conhecidos ou conhecidas que diziam apoiar a igualdade de gênero, mas no entanto, agiam de forma contrária²⁵:

Meu amigo secreto se considera pró-feminista, super militante e adepto do amor livre. Ele coloca camiseta de coletivo feminista e compartilha texto falando que o corpo é da mulher. Aí ele silencia mulher nos espaços, aproveita a militância pra pegar mulher, transa com a companheira bêbada. Só mais um misógino, abusivo e machista de esquerda.

A campanha sofreu duras críticas, e como resposta, houve “#minhaamigasecreta”, com o objetivo de minimizar os casos relatados e difamar as feministas. Como exemplo de um relato, temos: “#minhaamigasecreta se esconde atrás do feminismo, porque tem vergonha de ser mais rodada que o pião da casa própria”.

Há a impressão de que no Brasil atual se declarar feminista é declarar uma guerra contra os homens, ou mesmo ser de esquerda e simpatizante do comunismo. A redação do Exame nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2015 foi “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, um tema extremamente importante para ser discutido, principalmente por adolescentes. No entanto, o tema sofreu severas críticas nas redes sociais, acusando o governo de doutrinador feminista esquerdista. Pelas reações nas redes sociais contra relatos de abusos, assédios e também contra o tema de redação, percebemos como ainda predominam representações tradicionais de gênero, que naturalizam o papel submisso da mulher na sociedade.

²⁵ Depoimento disponível em <https://www.facebook.com/> Acesso em janeiro de 2016.

1.4 Mulheres militares: desafios de uma profissão masculina

Definir o que é uma família é uma tarefa não muito fácil, uma vez que há várias formas de configurações familiares, tanto no passado quanto no presente. Nader (2001) nos aponta que diferentemente das ideias evolucionistas do século XIX²⁶, é possível perceber uma ampla gama de possibilidades de arranjos familiares. De acordo com o Dicionário do Pensamento Social do Século XX:

o próprio conceito – a família – , portanto, não pode captar a extensão e a diversidade de experiência que muitos hoje definem como sua. A família – na realidade, muitas famílias diferentes – veio ‘para ficar’. A família é uma elaboração ideológica e social. Quaisquer tentativas de defini-la como uma instituição delimitada, com características universais em qualquer local ou tempo, necessariamente fracassarão (1996, p. 297-299).

Até meados do século XIX, a família era conceituada como uma instituição natural e generalizada, ou seja, axiomática para todos (Nader 2001, p. 38). Somente a partir da segunda metade do referido século é que ela passou a ser vista como uma instituição social ligada à história. Desde então, vários autores e correntes teóricas passaram a contribuir para o estudo da família, buscando elucidar sua evolução no tempo, seus aspectos mais particulares e que influência possui perante o indivíduo.

De acordo com Nader e Rangel (2015), a primeira grande contribuição teórica a respeito da família veio a partir da difusão da obra de Freud. Ao apontar que a mente humana não é inata, mas se estrutura a partir do convívio familiar, na infância, o pai da psicanálise evidenciou aspectos emocionais fundamentais dos indivíduos que são construídos no seio da instituição familiar, havendo assim um novo olhar sobre o tema, que influenciaria as concepções posteriores, e dentre elas o funcionalismo.

Em uma de suas vertentes explicativas (DaMatta, 1987), o funcionalismo decorre da ideia de que deveria haver um funcionamento equilibrado na sociedade, visando sua manutenção e equilíbrio, encontrando uma função para tudo no meio

²⁶ De acordo com essa vertente, teria havido uma progressão dos padrões de família, que evoluiu da promiscuidade sexual primitiva para, através de casamentos de grupos, o matriarcado, e daí para o patriarcado monogâmico, para a monogamia (Nader, 2001, p. 37). Estudos como os de Morgan (1980) e Engels (1984), são um bom exemplo desse aspecto evolutivo familiar.

social. Nesse caso, a corrente confunde-se com “uma teoria do equilíbrio social”. Em relação à instituição familiar, o funcionalismo utilizou-se dos estudos de Freud para sistematizar o conceito de família nuclear, composta exclusivamente por um pai, uma mãe e seus filhos legítimos. Com o advento da sociedade moderna industrializada, os papéis masculinos e femininos teriam sido melhor delimitados, por meio de uma “moral biológica que naturalizava a mulher como mãe e protetora do lar e o homem como agente de autoridade e único provedor das condições materiais de subsistência” (Nader e Rangel, 2015, p. 235).

A corrente funcionalista influenciou os estudos sobre família até os anos 1980, inclusive no Brasil. A partir de então, autores procuraram questionar aquele conceito estático e universal de modelo familiar, dentre eles Ariès (1978) e Poster (1979). Este último destaca:

as características mais pessoais e particulares da vida íntima do indivíduo permanecem obscuras, somente se tornando sinais significativos quando são remetidas à origem no corpo medicamente significativa da família. Logo a família é o segredo do indivíduo necessárias para se estudar a instituição familiar, mas não de uma forma estática (ibid, p. 22).

Refutando a ideia de família universal e burguesa, Poster ainda acrescentaria que as Ciências Sociais “ainda não possuíam uma definição apropriada de família, ou mesmo um complexo coerente de categorias que servisse de base para sua análise” (Apud Nader e Rangel, 2015, p. 236). A obra do autor acabou por abrir margem para um novo tipo de estudos de família, aquele que considera as particularidades da instituição, tendência essa percebida a partir da década de 1980.

Sendo a primeira instituição social que o homem tem acesso, é por meio da família que se normaliza e legitima aspectos morais e religiosos, entendidos pelo sujeito como naturais. De acordo com Bourdieu (2011, p. 103), à família cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão de mundo masculinas, uma vez que reforça a divisão sexual do trabalho e a dicotomia sexual fundamental. Assim, em nada na família há neutralidade e isenção, como se fosse uma instituição puramente biológica e natural. Daí a dificuldade de se definir monoliticamente a família, pois ela está em constante mutação.

No Brasil, recentemente, na contramão do pensamento de que não é possível delimitar e universalizar o conceito de família, e ignorando as conquistas que

beneficiaram diferentes famílias²⁷, encontra-se na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6583, de 2013, que "dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências"²⁸. Como se pode observar pelo referido projeto, seria dever do Estado defender:

o fortalecimento dos laços familiares a partir da união conjugal firmada entre o homem e a mulher, ao estabelecer o conceito de entidade familiar; a proteção e a preservação da unidade familiar, ao estimular a adoção de políticas de assistência que levem às residências e às unidades de saúde públicas profissionais capacitados à orientação das famílias.

No contexto contemporâneo é visível uma série de diversificações familiares, que se constituem em famílias formadas por um casal homo ou heterossexual, mães ou pais solteiros, casais sem filhos, crianças criadas por avós, enfim, essas famílias existem apesar da tentativa conservadora de excluí-las. A família tradicional heterossexual, em que cada componente sabia exatamente que lugar ocupar (o pai deveria sustentar economicamente o lar e a mãe cuidar da educação dos filhos, que também eram submissos àquele) não suportou as mudanças, sobretudo econômicas, vivenciadas decorrentes da industrialização. Segundo Nader (2008, p. 88), a concentração da população nas cidades, o aparecimento de novas oportunidades de trabalho para as mulheres e o aumento da margem de realização pessoal foram cruciais para uma alteração dos papéis sociais previamente designados para cada gênero.

Nader ainda pontua que a partir da década de 1970 milhares de mulheres se engajaram no mundo do trabalho, como resultado das ideias feministas que objetivavam “provocar as mudanças da posição e do papel da mulher na sociedade e tornar a vida feminina diferente daquilo que a história feita pelos homens normatizou durante muito tempo” (ibid, p. 88). A luta era a favor da libertação da mulher do confinamento doméstico, justificado por uma suposta inferioridade biológica.

²⁷ Como conquistas nesse campo, temos o reconhecimento de união estável para casais do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal em 2011. O casamento civil foi assegurado aos casais homoafetivos também pelo STF pela Resolução número 175, de 14 de maio de 2013. Em março de 2015, mais uma conquista: o órgão reconheceu o direito de um casal homossexual de adotar uma criança.

²⁸ Para consulta, o referido estatuto está disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=FB1FC3872B9AE1CAD6DCCD40B05EC223.proposicoesWeb2?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013 Acesso em novembro de 2015.

Um autor de grande importância nos estudos sobre a família e a infância é Philippe Ariés. Na obra “História Social da Criança e da Família” (1978), atesta que durante a Idade Média, especificamente até por volta do século XII, a infância não era representada, o que leva a entender que não havia espaços específicos para as crianças naquele contexto. Tratadas como adultos em miniatura, nos primeiros anos de vida eram “paparicadas” como “um animalzinho, um macaquinho impudico”, mas tão logo passasse da primeira fase e conseguissem obter “desembaraço físico”, eram misturadas aos adultos e partilhavam de seus trabalhos e jogos (Ibid, p. 4). Porém, a partir do século XVII, houve uma mudança significativa a respeito da concepção da infância, mesmo que ainda não fosse a concepção da família moderna, em que laços emocionais ligavam pais e filhos, com ênfase no amor materno²⁹.

No novo contexto, visível, portanto, a partir do século XVII, a escola foi o instrumento pelo qual as crianças eram separadas dos adultos. Assim, não eram inseridas ao contexto social tão logo adquirissem autonomia física, mas sofriam um “longo processo de enclausuramento”, ou conforme o autor, escolarização (ibid, p. 5). Diferente do que ocorria anteriormente, a partir de então a família tornou-se o lugar de afeição entre cônjuges, pais e filhos.

Em relação à maternidade, de acordo com Badinter (1985, p. 185), a partir do século XVIII, ocorreu uma verdadeira “revolução das mentalidades”, em que a imagem que se propagava era que a mulher deveria ser mãe antes de tudo, como se a maternidade fosse ao mesmo tempo uma obrigação natural e social, um dever a se cumprir, ligado ao mito do instinto e amor materno que toda mulher teria em si.

Sobretudo após as transformações perceptíveis no século XIX, como o processo de urbanização e industrialização, principalmente no período conhecido como “*Belle Époque*” (1875-1914), em que novos padrões intelectuais e culturais alteraram as sociedades ocidentais, o papel designado à mulher alterou-se de acordo com o modelo de uma “nova família”, surgindo assim também uma “nova mulher”: uma mãe dedicada que “dispensava especial atenção ao cuidado e à educação dos filhos, mas também esposa afetiva, ainda submissa ao marido, mas não mais completamente sem voz”. Em relação ao mercado de trabalho, a mulher

²⁹ Badinter ressalta que não se pontua como inicial a concepção do amor materno após o século XVIII, mas ao contrário: “em todos os tempos, houve mães amantes”, mesmo que isso não prove que tenha sido universal (1985, p. 85).

deveria estar voltada integralmente para o lar, uma vez que o espaço produtivo seria por excelência pertencente ao homem. Essa seria a “família conjugal moderna” (Scott, 2012, p. 17).

De acordo com Meyer e Scwengber (2015, p. 443), ao longo do século XX, a sociedade ocidental promoveu uma verdadeira individualização da maternidade, em um novo modelo feminino: a mãe cuidadosa que deveria estar sempre atenta à sua saúde e à dos membros da família. Nesse contexto, que não alteraria substantivamente o papel atribuído à mulher no século XIX, o poder paterno passa a ser secundário, em detrimento ao amor materno, exaltado como fundamental para o equilíbrio da família. Ao mesmo tempo em que, no século XX, a maternidade é exaltada e colocada praticamente como uma obrigação, surgem novas alternativas à mulher em relação ao seu corpo: a partir de 1960, a pílula anticoncepcional dá a ela a opção de ter ou não filhos, se e quando quisesse. Esse foi um grande passo em prol da autonomia feminina, pois a mulher percebeu que tinha a partir dali o controle do próprio corpo.

No Brasil, mesmo que, com o advento da República no fim do século XIX tenha acelerado “o processo de engajamento das mulheres em prol da luta por direitos políticos” (Prado e Franco, 2012, p. 209), muitas mulheres ainda sofriam com a imposição da maternidade e com a concepção de que o mundo do trabalho não as pertencia. Como exemplo, há o fato de que, ainda em 1943, as mulheres casadas não tinham permissão para trabalhar fora sem a autorização do marido, exceto se o mesmo provasse que não seria capaz de prover a subsistência da família.

Em 1962 houve uma conquista significativa para as mulheres brasileiras no âmbito legal, o “Estatuto da mulher casada”. Suprimindo o artigo de 1916 que dizia que as mulheres casadas eram “relativamente incapazes” para praticar certos atos, necessitando assim da assistência do marido, o Estatuto retirou do marido a exclusividade de “chefe do lar”, possibilitando à mulher o direito sobre os seus filhos e podendo requisitar a guarda dos mesmos em caso de separação. A partir de então, a mulher não necessitaria de autorização do marido para trabalhar. Na verdade, a conquista de um espaço no mercado de trabalho foi um processo demorado para as mulheres, deslançado após a Primeira Guerra Mundial e intensificado com a Segunda. Porém, a partir da década de 1970, mudanças substantivas e aceleradas ocorreram nas sociedades ocidentais. A partir de então, houve um aumento significativo do número de mulheres no mercado de trabalho,

maior acesso à educação formal e a instituição do divórcio, em 1977, dando assim maior autonomia às mulheres (Scott, 2012, p. 24).

Foi também a partir da década de 1970 que as forças armadas ocidentais passaram a incluir mulheres em seus quadros. Os valores presentes nos códigos militares reproduzem o meio social, e a representação que se tinha (e ainda se tem) de mulher na instituição era a tradicional, que a vinculava à família e à maternidade.

Em relação ao casamento no meio militar, Carreiras (1997b, p. 72) aponta que este é o segundo motivo que desencoraja mulheres de persistirem na carreira, só perdendo para a maternidade. Como é uma profissão que exige mobilidade geográfica, é comum que toda família acompanhe o homem militar em seu novo local de trabalho, mesmo com um difícil período de adaptação para todo o núcleo familiar. No caso da mulher militar, são raríssimos os estudos que investigam como sua família reage a essa imposição da carreira³⁰. O referencial de família militar, de acordo com Silva, é “marcado por uma ideologia holista, ao se autorreferir como “A Família Militar”, concebe a família como unidade natural, homogênea” (2013, p. 864), e neste caso o homem ainda é visto como o “chefe do lar”, tendo a obrigação de dar o exemplo para as outras famílias militares e civis ao seu redor. Ainda de acordo com a autora, para o militar família significa, ao mesmo tempo, o contingente militar da instituição (incluindo todos os militares); a família no seu sentido “privado” (cônjuge e filhos/as), e também todos estes elementos juntos (a grande “Família Militar” (incluindo todos os militares e seus dependentes) (ibid, p. 866). Assim, o modelo de família militar encontrado em diversos estudos atuais que se preocupam em analisá-lo,³¹ possui as seguintes características, segundo Silva:

a) a ideia de que a mulher (esposa) deve “acompanhar o marido”, pelo fato de que o militar (em especial o oficial de carreira) tem como característica o *ethos* nômade (movimentação pelo território

³⁰ Dentre os estudos, destaco o de Silva (2010 e 2013). Vale lembrar que as oportunidades de carreira não são as mesmas para homens e mulheres nas Forças Armadas, portanto, isso vai influenciar no processo de transferência. No caso do Exército brasileiro, por exemplo, a entrada feminina se deu a partir de 1992, por meio do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), com mulheres que já possuíam uma profissão civil, e muitas delas já casadas. Assim, ao pleitear um concurso, elas acabam escolhendo que região trabalhariam caso passassem; não sendo muito comum as transferências durante suas carreiras. É um caso bem diferente de um jovem cadete que acaba de se formar na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que sabe que durante sua carreira irá ser transferido. Portanto, não é possível colocar em paridade a questão da transferência de homens e mulheres militares, uma vez que as opções de carreira divergem, assim como a necessidade de transferência.

³¹ Dentre os estudos destacados pela autora estão: Maria Celina D'ARAÚJO, 2004; Fernanda CHINELLI, 2008; Cristina Rodrigues da SILVA, 2010 e Juliana CAVILHA, 2002.

brasileiro a cada dois ou três anos) e, portanto, a família viveria em trânsito constante; b) a ideia de que a mulher, mesmo que exerça uma profissão ou trabalho, deve ser uma “boa” mãe e esposa, deve manter a família unida, administrando quase que sozinha os cuidados com a casa e os filhos, para que o marido desenvolva a sua carreira; c) a esposa ter que, em determinados momentos da carreira do marido, assumir papéis “públicos”, como organizar eventos para promover a integração da “Família Militar” e participar de organizações filantrópicas; d) a presença da esposa em todos esses eventos; e) uma convivência “cordial” e “solidária” com outras famílias de militares; f) um controle e comedimento de palavras e condutas, isto é, uma vida discreta e sempre “com muito cuidado” para que “não se fale demais” e não se comprometa a carreira do marido; g) uma vigilância das e entre as próprias esposas como forma de evitar posturas tidas como “inadequadas”; e h) uma conduta que deve seguir similitudes em relação ao *modus operandi* das relações profissionais do cônjuge, isto é, observando os protocolos e prescrições inerentes à hierarquia militar (ibid, p. 869).

Pelas características deste modelo, percebemos uma necessidade de integração de toda a família do militar na instituição, não devendo haver a ideia de uma família alheia aos princípios institucionais preconizados. É comum que muitas dessas famílias morem nas vilas militares, portanto, a instituição acaba por incentivar o convívio entre as famílias, que muitas vezes são chamadas de “parentes circunstanciais” (Silva, 2013, p. 870).

No caso das famílias entrevistadas por Silva (2013, p. 877) em que as mulheres eram militares e os esposos civis, foi constatado que, de modo geral, a configuração da família inverte, em parte, a tradicional divisão sexual do trabalho e o modelo ideal de família militar. Como afirma Silva: “vemos a rotina da família adaptada à profissão militar da mulher, em que a mulher é dedicada à profissão, e o marido, mesmo que trabalhe, executa parte das tarefas domésticas e apóia o trabalho da esposa”. Nesse caso, percebe-se que a mulher militar assume, diante do marido civil, um papel masculino dentro da família, decorrente da sua escolha por uma profissão tida como masculina.

O discurso oficial, por meio de publicações da instituição militar, diz que a carreira trará muitas exigências para a mulher, como “acentuada mobilidade geográfica, separação periódica da família em virtude de treinos, exercícios ou embarques, instabilidade de horários em certas funções, possível residência em países estrangeiros ou mesmo o risco de ferimento e morte” (Carreiras, 1997b, p. 72). Parece ao mesmo tempo uma forma de desencorajamento e uma prévia

justificativa de que seria injusto para a mulher se alistar na carreira. Em sua pesquisa, Carreiras observou que quando se tornam mães, as militares optam por abandonar a carreira após o nascimento do filho ou passam a ter uma “carreira a duas velocidades”, ou seja, outrora a mulher possuía grande disponibilidade física, mas após o nascimento do filho torna-se mais desejosa de uma atividade mais calma e sedentária (ibid, p. 73).

No Brasil, em março de 2015, por meio da Lei nº 13.109³², foi concedida às mulheres militares os mesmos benefícios das servidoras públicas civis, como a licença-maternidade de seis meses e o direito às adotantes e aos militares pais, que têm oficializada a licença de cinco dias corridos a partir do nascimento do filho. Em nota, o então Ministro da Defesa Jaques Wagner afirmou:

É para mim uma satisfação notar esses grandes passos dados pela Defesa na direção da equidade de gênero, e ajudar a assegurar que o ministério seja cada vez mais aberto para a contribuição profissional e atencioso das mulheres brasileiras.

Quando a mulher procura se dedicar à carreira e se especializar cada vez mais, muitas vezes acaba por retardar a maternidade. Um paradoxo então se instaura: na concepção tradicional, a mulher deve acima de tudo ser mãe, já que a natureza assim a fez; por outro lado, essa mulher, que já se encontra no século XXI e possui a capacidade de escolha, também deve ser bem instruída, buscar independência, trabalhar, ou seja, ir à luta no espaço público. No meio militar, há uma dificuldade ainda maior produzida pela visão de que a profissão não seria “a mais adequada para mulheres”, pois a tirariam de seu “destino natural”. Em uma publicação da Marinha do Brasil, a maternidade é vista como um obstáculo para a profissão, uma vez que “sair no horário para pegar os filhos na escola ou faltar porque uma criança ficou doente, parecem ser episódios considerados de forma negativa na carreira das oficiais e praças” (Lombardi, 2009). A visão implícita nessa declaração é que o destino natural da mulher é o lar, com seu marido e filhos, e que não se deveria tirar a mulher de seu espaço natural para uma carreira que exigiria tanta dedicação.

³² Acesso em abril de 2015. Lei disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=26/03/2015>

Logo, a incorporação feminina nas Forças Armadas é ainda mais complexa pelo fato de que a instituição militar é considerada um terreno masculino. Toda a simbologia, a ideia de força, racionalidade e até mesmo altivez, são considerados atributos “naturais” aos homens, enquanto caberia à mulher a sensibilidade, a doçura, a indulgência, o recato e a submissão (Soihet, 1989, p. 115).

Segundo Nader (2001, p. 106), desde bebê a criança demonstra um comportamento adequado às expectativas do estimulador, ou seja, certos comportamentos são classificados como tipicamente femininos e outros como masculinos. O choro, por exemplo, é passado como um comportamento feminino, pois o menino deve demonstrar resistência e muitas vezes insensibilidade. Assim, as crianças aprendem a distinguir o que seria o certo e o errado para o seu sexo. Sendo assim, percebemos que desde a infância, são construídas as relações sociais entre os gêneros, marcadas pela dominação masculina.

Nas representações tradicionais de gênero a identidade feminina ainda é atrelada à maternidade e ao cuidado com o lar. Portanto, não é de se espantar que em pleno século XXI não haja igualdade de oportunidades para a inserção feminina nas Forças Armadas brasileiras, e que as funções exercidas por mulheres sejam majoritariamente de caráter assistencial. A ideia implícita é que a mulher rompe com o *ethos* militar já internalizado na instituição.

1.5. O *ethos* militar e a masculinidade

Se formos observar a tradição grega da palavra *ethos*, teríamos que nos referir a Aristóteles. Em sua obra Retórica, o autor a define como a capacidade de “observar os meios de persuasão disponíveis em qualquer caso dado” (2007, p. 23). Assim, são três formas de persuasão destacadas pelo filósofo percebidas no discurso oral: o caráter pessoal do orador (*ethos*), as paixões despertadas no ouvinte (*pathos*) e o próprio discurso (*logos*). A persuasão estaria garantida se essas três características se unissem. Nesse ponto, *ethos* para Aristóteles está ligado à moral, ao caráter daquele que profere o discurso, e não necessariamente esse caráter corresponde verdadeiramente ao falante. O *ethos* do orador não era percebido somente em seu discurso propriamente dito, mas também em suas ações, por isso aquele que discursava deveria se preocupar com sua autoimagem positiva, mesmo quando não estava discursando, relacionando-se à ética, o estudo filosófico

da moralidade. Na tradição grega *ethos* também pode significar os “princípios morais de uma tradição, grupo ou indivíduo particular” (Audi, 2006, p. 293).

Na vertente antropológica, destacamos a visão de Clifford Geertz a respeito do conceito de *ethos*. O autor contrapõe aspectos morais de uma dada cultura (*ethos*) à sua visão de mundo, que seriam seus aspectos cognitivos. Assim, afirma:

O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade (2008, p. 93).

Se *ethos* representa o caráter e a qualidade da vida, o estilo moral e estético de um povo, podemos considerar também a existência de *ethos* específicos de determinados grupos dentro de um mesmo povo e, nesse caso, a existência de um *ethos* militar, uma vez que a profissão acaba por distinguir civis e militares, construindo, assim, uma identidade social específica, ou um “espírito militar”, como afirma Castro:

comparada a outras profissões, a militar representaria um caso-limite sociológico, contribuindo para uma grande coesão ou homogeneidade interna (espírito de corpo), mesmo que frequentemente aos preços de um distanciamento entre os militares e o mundo civil (1990, p. 12).

Há, portanto, uma diferenciação entre o mundo civil e mundo militar. Para Huntington (1996, p. 29), a administração da violência é a característica que distingue os militares dos civis, uma vez que a função do militar é o combate armado bem-sucedido, com monopólio do Estado, a serviço da sociedade. Logo, se a função de um oficial militar é manter a segurança e a ordem, em um primeiro momento pode-se pensar que ele está acima da sociedade, abdicando inclusive de sua identidade pessoal. Neste ponto, é facilmente distinguido o mundo de fora com o de dentro do quartel. Porém, essa interpretação é demasiada limitada para compreender a profundidade da aquisição de um *ethos* coletivo em detrimento à individualidade pessoal.

A instituição militar pode muitas vezes ser interpretada como uma instituição total, utilizando o termo de E. Goffman na obra *Manicômios, Prisões e Conventos*. Para o autor, uma instituição total é “um local de residência e trabalho onde um

grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (1974, p. 11). No entanto, ao analisar tal vertente, Celso Castro (2007) afirma que o mais apropriado para tratar de uma instituição militar seria denominá-la de instituição totalizante, para que assim se possa melhor distinguir a ideia de identidade pessoal da coletiva. O autor destaca três pontos que diferenciam as academias militares das instituições totais: em primeiro lugar, não há uma divisão rígida entre “equipe dirigente” e “internados” (uma vez que há identificação com o líder/chefe); em segundo lugar, busca-se nas academias militares a “vitória cultural” e não deveria haver uma “tensão persistente”, uma vez que a academia é vista como um local de passagem, provisório; e em terceiro lugar, nos locais analisados por Goffman (prisões e manicômios) a participação é compulsória. Nas academias militares, os aspirantes a oficiais são voluntários (ibid, p. 7).

No Brasil, a formação de oficiais da ativa do Exército brasileiro é feita através da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), um estabelecimento de ensino superior que dá o título ao formando cadete (Aspirante a Oficial), de bacharel em Ciências Militares. A AMAN tem raízes na Academia Real Militar, fundada ainda sob o domínio português, em 1810. Após a proclamação da independência, a Academia passou por uma série de mudanças nominais até possuir a configuração atual, a saber:

| Nome | Vigência |
|-------------------------------------|------------|
| Imperial Academia Militar | 1822-1832 |
| Academia Militar da Corte | 1832-1839 |
| Escola Militar | 1839-1858 |
| Escola Central | 1858-1874 |
| Escola Militar e de Aplicações | 1858-1898 |
| Escola Militar do Brasil | 1898-1918 |
| Escola Militar do Realengo | 1918-1944 |
| Escola Militar de Resende | 1944-1952 |
| Academia Militar das Agulhas Negras | Desde 1952 |

Fonte: Elaboração própria a partir do site oficial da AMAN.

O idealizador da AMAN é o Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1885-1959). Nas Normas Gerais de Ação (NGA) de 2003, que estabelece as normas e condutas dos cadetes da AMAN, uma frase do Marechal expressa como deveria ser um oficial ideal:

A Escola Militar é a modeladora do Oficial; o Corpo de Cadetes é o verdadeiro símbolo do futuro do Exército e da Segurança da Pátria, por ser a fonte perene de onde surgem as gerações de oficiais; o oficial é a figura do Chefe por excelência – principalmente mandar é a sua missão. O cadete nada mais deve aspirar a que se fazer um oficial na mais rigorosa expressão do termo – leal, robusto, enérgico, sóbrio, dedicado ao serviço, conhecedor perfeito dos seus encargos profissionais, quer como Chefe de turma, adjunto a Oficial-de-Dia, sargenteante ou condutor de homens (NGA-2003).

Percebe-se pela fala de seu idealizador que desde a formação da AMAN, há um tipo ideal de como um cadete deveria ser e se portar: “leal, robusto, enérgico, sóbrio, dedicado ao serviço, conhecedor perfeito dos seus encargos profissionais”. Evidencia-se assim o *ethos* militar masculino, *ethos* construído no passado e que permanece no presente, rechaçando qualquer resquício de aspectos ditos femininos, como a fragilidade.

A AMAN é a única instituição do Exército brasileiro que forma os oficiais de carreira na linha bélica. Atualmente, para entrar na instituição é preciso inicialmente cursar o último ano do Ensino Médio na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), localizada em Campinas. Há anualmente na EsPCEEx seleção de âmbito nacional, no qual são oferecidas cerca de 500 vagas. No ano corrente (2016) pela primeira vez na história da Escola houve abertura para inscrições de mulheres, que ingressarão a partir de 2017, sendo oferecidas 40 vagas. Houve modificações estruturais no local para receber as novas alunas, tais como a adaptação de um novo pavilhão para o alojamento, com vestiários e banheiros. Também será construída uma nova Seção de Saúde, “pensando nas peculiaridades do atendimento³³”. As exigências para a entrada de mulheres serão as mesmas para os homens, exceto nos índices dos exercícios físicos. Após um ano da Escola, as mulheres irão para a AMAN onde poderão escolher entre duas armas: Material

³³ Informações disponíveis em www.espcex.ensino.eb.br/index.php/component/content/article?id=152 Acesso em junho de 2016.

Bélico ou Intendência. Aos homens são oferecidas sete: infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia, intendência, comunicações e material bélico.

As grades curriculares da EsPCEx e da AMAN abrangem disciplinas das Ciências Humanas, Exatas e militares, e de acordo com a Comunicação Social do Exército, tanto o currículo quanto as experiências do curso serão comuns para homens e mulheres. Observemos:

| | DISCIPLINA | H/a | |
|---|---|----------------------|-----|
| EsPCEx | Língua Portuguesa | 90 | |
| | Língua Espanhola | 45 | |
| | Língua Inglesa | 90 | |
| | Química Aplicada | 30 | |
| | Física Geral | 75 | |
| | Cálculo I | 90 | |
| | Geometria Descritiva | 30 | |
| | História | 60 | |
| | Tecnologia da Informação e Comunicações | 90 | |
| | Técnicas Militares I e II | 350 | |
| | Treinamento Físico Militar | 160 | |
| | AMAN (C Bás) | Língua Portuguesa II | 75 |
| Língua Espanhola II | | 45 | |
| Língua Inglesa II | | 75 | |
| Ética Filosófica | | 60 | |
| Economia I | | 45 | |
| Estatística | | 45 | |
| Química Aplicada II | | 60 | |
| Segurança da Informação e das Comunicações | | 60 | |
| Técnicas Militares III | | 90 | |
| Técnicas Militares IV | | 90 | |
| Desenvolvimento da Identidade Militar (DIM) | | 350 | |
| AMAN (2º Ano) | | Língua Espanhola III | 45 |
| | | Língua Inglesa III | 75 |
| | | Psicologia | 105 |
| | História Militar do Brasil (HMB) | 60 | |
| | História Militar Geral | 60 | |
| | Introdução ao Estudo do Direito (IED) | 60 | |
| | Técnicas Militares | 424 | |
| | Emprego Tático | | |
| AMAN (3º Ano) | DIM | 302 | |
| | Idiomas | 90 | |
| | Metodologia da Pesquisa Científica | 50 | |
| | HMB | 60 | |
| | IED | 60 | |
| | Didática Aplicada à Instrução Militar | 60 | |
| | Técnicas Militares | 399 | |
| | Emprego Tático | | |
| AMAN (4º Ano) | DIM | 354 | |
| | Direito Administrativo | 60 | |
| | Direito Penal Militar | 60 | |
| | Administração | 60 | |
| | Relações Internacionais | 30 | |

| | | | | |
|---------------------------------|--------------------|------------|------------|------------|
| | Técnicas Militares | | | 225 |
| | Emprego Tático | | | |
| | DIM | | | 261 |
| Complementação de Ensino | | | | |
| | 1º Ano | 2º Ano | 3º Ano | 4º Ano |
| Assuntos da Atualidade | 6 | 8 | 8 | 8 |
| Atividade Livre | 8 | 11 | 12 | 12 |
| Comunicação Social | - | - | - | 10 |
| Conferencias e Palestras | 24 | 47 | 24 | 24 |
| Dinâmica de Grupo | 12 | 10 | 8 | 6 |
| Extraclasse | 8 | 17 | 8 | 8 |
| Olimpíadas / NAVAMAER | 90 | 90 | 98 | 98 |
| Plantão Pedagógico | 25 | 25 | 18 | 14 |
| Trabalho de Conclusão de Curso | - | - | 30 | 10 |
| Totais | 173 | 208 | 206 | 190 |

Fonte: Academia Militar das Agulhas Negras. Disponível em <http://www.aman.ensino.eb.br/index.php/informacoes/o-ensino/grade-curricular> Acesso em outubro de 2015.

As disciplinas de Humanas sem qualquer ligação com a história militar resumem-se à História e Ética Filosófica, totalizando uma carga horária de apenas 120 horas, ou seis aulas semanais, uma carga horária bastante limitada para cinco anos de formação. Como comparativo, podemos observar que a disciplina de maior carga horária é a de Desenvolvimento da Identidade Militar (DIM), com o total de 1267 horas. Tal disciplina é essencial para a construção de uma nova identidade, que irá cada vez mais diferenciar o antigo civil do novo militar.

A diferenciação já se inicia na EsPCEX, mas no primeiro ano do futuro cadete na AMAN é que há uma “peneira” que “visa levar à desistência as pessoas que não possuem vocação ou força de vontade suficiente para o ingresso na carreira militar” (Castro, 1990, p. 15). Segundo Castro, o *status* do cadete muda dependendo do ano em que esteja. No primeiro ano, por exemplo, os novos alunos são tratados informalmente como “bichos”, ficando clara uma relação hierárquica dentro da Academia³⁴.

A construção de uma identidade militar inicia-se, portanto, desde o primeiro ano. De acordo com Castro, “a preocupação dos oficiais é ‘homogeneizar’ os cadetes o mais rapidamente possível em relação ao nível de formação militar”, e mesmo que esteja fora do quartel, sua conduta deve ser a do militar, e não do civil que outrora foi (1990, p. 21). As atividades dentro e fora da AMAN são reguladas

³⁴ Esta relação hierárquica está inclusive expressa no artigo 14 das Normas Gerais de Ação da AMAN.

pelas Normas Gerais de Ação (NGA), um documento interno que afirma ser “um verdadeiro guia de comportamento, conduta e informações fundamentais para aqueles que têm a honra e o privilégio de pertencer ao Corpo de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras” (2003, p. 7).

O capítulo V das NGA tem por título “Da justiça e da disciplina”. O artigo 108 afirma que no caso do cadete estar em reuniões sociais deverá pautar-se pela:

tradição militar e social do Cadete das Agulhas Negras, que impõe, dentre outras regras de conduta:

I - o consumo de bebida alcoólica com sobriedade;

II - quando dançando, evitar exibicionismo, fugindo sempre do ridículo ou das atitudes incompatíveis com a seriedade do uniforme e com a dignidade do próprio militar;

III - a obediência às normas civis de procedimento e de boas maneiras, condição imperiosa para o futuro oficial do Exército.

IV - o Cadete deve o respeito ao seu uniforme em todas as situações, ocasiões e lugares.

Observa-se que mesmo que o cadete não esteja nas dependências da AMAN, deve prezar por uma conduta militar, uma vez que a vida civil já não é mais separada de sua carreira. Assim, a incorporação do *ethos* ou espírito militar ocorre a partir de uma série de símbolos e valores específicos, passados pelos mais antigos, havendo cada vez mais uma diferenciação em relação ao meio civil e ocorrendo uma verdadeira internalização deste *ethos*.

Segundo Berger e Luckmann (2004), a socialização passa por duas etapas: a primária e a secundária. No primeiro caso, ela é adquirida ainda na infância, e somente após um processo de interiorização de normas e contato com o outro o indivíduo de fato se torna membro da sociedade. Já a socialização secundária ocorre em indivíduos já socializados, ocorrendo a “interiorização de ‘submundos’ institucionais ou baseados em instituições (...) muitas vezes acompanhados de símbolos rituais ou materiais” (p. 145). O caso militar representaria um forte exemplo da socialização secundária, havendo inclusive uma “mudança de mundos” na aquisição de uma nova identidade, a militar. Para os autores, a identidade é um elemento importante da realidade subjetiva e emerge da dialética entre indivíduo e sociedade. Na aquisição de uma identidade militar ocorreria o que os autores chamam de “alternância” – “casos de transformação que parecem totais quando comparados com modificações menores e que exigem processos de ressocialização” (ibid, p. 163). Assim, da antiga realidade do indivíduo (a vida civil)

surge uma nova identidade, a militar, e segundo os autores, trata-se de um processo em que “a biografia anterior à alternância é caracteristicamente aniquilada *in toto*” (ibid, p. 166). De acordo com Garcia:

Quando se fala em *ethos* militar estamos tratando de uma visão de mundo que é formada através da construção de tradições que prezam atributos característicos do dito “espírito militar”. O militar “de verdade” é o indivíduo que entende e aceita como códigos de conduta predicados como respeito à hierarquia, coragem, lealdade, abnegação e desprendimento da própria vida. Tudo isso em nome de uma entidade maior que os militares chamam de missão (2013, p. 89).

O Estatuto dos Militares, ou lei número 6.880, de 9 de dezembro 1980³⁵, é um dos instrumentos que nos permitem analisar a construção de uma identidade militar. De acordo com o documento, a disciplina e o respeito à hierarquia (bases da instituição) devem ser mantidas “em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados” (Artigo 14, § 3º). Percebe-se, portanto, que os membros das Forças Armadas não deixam de ser militares mesmo na reserva: a identidade militar sobrepujou a civil. O estatuto ainda estabelece os “valores militares” (Artigo 27), com destaque para “a fé na missão elevada das Forças Armadas e o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve”. A respeito da ética militar, destacamos o fato de que segundo o estatuto, o militar deve ter “conduta moral e profissional irrepreensíveis”, sendo “discreto em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada” (item IX) e garantindo “assistência moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar” (item XV).

Este último item nos chamou atenção. O que seria “família modelar”? Ora, modelar é tudo aquilo que serve de modelo, de exemplo. De acordo com Maria Beatriz Nader (2001, p. 46), “a família pode ser considerada a instituição fundamental da sociedade humana, pois não é apenas um grupo biológico, mas o ambiente onde os acontecimentos mais importantes da vida são vividos”. Como vimos no primeiro capítulo, o modelo ideológico familiar na sociedade brasileira, perceptível desde o período colonial, é o patriarcal, e pela leitura do referido estatuto, subentende-se que o termo “família modelar” relaciona-se ao modelo de família patriarcal.

³⁵Lei disponível em http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L6880.htm Acesso em julho de 2015.

No Código Civil atual vigente, de 2002³⁶, o artigo Art. 1.565 afirma: “pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família”, e o artigo 1.567 complementa: “a direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos”. Logo, não há referência à ideia de que o marido seria o chefe ou o responsável pela instituição familiar. Após a leitura do referido artigo do Estatuto dos Militares – “conduzir-se como chefe de família modelar”, - nos perguntamos onde se encontra a mulher militar para a instituição. O Estatuto, desatualizado, ignora as conquistas do movimento feminista e as mudanças sociais que foram fruto de muita luta. Além disso, ignora o fato de existirem mulheres militares de carreira e temporárias, ressaltando o papel masculino de provedor do lar, perpetuando assim a desigualdade de gênero. A impressão que temos ao ler o referido Estatuto é que as mulheres militares simplesmente não existem, uma vez que o foco está na conduta tradicional masculina – a de chefe protetor do lar.

Mesmo que as mulheres estejam presentes nas Forças Armadas de diferentes países é possível observar que o *ethos* ou espírito militar ainda é sobretudo masculino, e por isso, a inserção da mulher militar é no mínimo desafiadora, pois não é o caso desta mulher ser inserida em uma ordem pré-existente, mas o contrário: há a necessidade de uma transformação dessa ordem para que assim a mulher seja inserida em igualdade de condições na instituição. Para isso, é preciso que haja o reconhecimento por parte da instituição militar de igualdade de capacidade e direitos entre homens e mulheres e dar condições para que as mesmas exerçam plenamente sua profissão, e para que isso ocorra, a instituição deve se adequar às necessidades específicas femininas, como por exemplo, o período de amamentação.

Sendo o masculino o referencial para a instituição militar, a inserção feminina ainda passa por percalços consideráveis, uma vez que as mulheres entram em uma instituição feita por e para homens, de acordo com uma representação social do que são homens e do que são mulheres. Por isso, os papéis designados para as mulheres são aqueles em que a instituição considera mais adequados ao seu sexo, havendo assim uma clara diferenciação entre homens e mulheres militares.

³⁶Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm Acesso em agosto de 2015.

A respeito do comportamento tido como masculino que algumas militares entendem que seria necessário adotar, como preferir utilizar o sobrenome em detrimento do primeiro nome ou não “soar como uma garota”, uma militar da Força de Defesa de Israel (FDI) afirmou:

Para uma mulher, ser um “bom soldado” essencialmente significa querer ser um homem. No meu curso de comando, nos diziam repetidamente que éramos as melhores e mais fortes mulheres soldado – supostamente evidente, uma vez que estaríamos entre as poucas sortudas a trabalharem com os “soldados reais” (homens). Mas eu fui avisada a não levantar minha voz quando falar com os soldados, pois subiria o tom de voz e soaria “como uma garota” – como se meus soldados de repente descobrissem que eu era uma mulher, e seu respeito por mim desaparecesse (Jacoby, 2005, p. 114).

Configura-se, portanto, nesta interpretação, um desafio: a incorporação feminina nas Forças Armadas traz consigo a ideia da necessidade da “mulher perder o verniz³⁷”, mas se ela perde este verniz, não é considerada um bom soldado, e, portanto, não pertence ao grupo. Segundo Bourdieu:

O acesso ao poder, seja ele qual for coloca as mulheres em situação de *Double bind* (duplo laço): se atuam como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da “feminilidade” e põem em questão o direito natural dos homens às posições de poder; se elas agem como mulheres, parecem incapazes e inaptas à situação (2011, p. 84).

Em entrevista a uma pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), uma cadete do 2º ano da Força Aérea Brasileira relata a questão de se masculinizar para pertencer ao grupo militar:

O fato de ser mulher aqui, eu acho que é diferente. Hoje em dia sou eu numa sala de trinta e nove, só eu num mundo de 113 homens. Acaba que a gente fica íntimo, porque eu passo mais tempo com os homens do que com as mulheres. Eu tenho aula com eles das 7 da manhã até às 4 da tarde. E acaba que a gente cria muita intimidade, você fica muito tempo com aquelas pessoas e eles até brincam comigo, falam que eu não sou mais mulher, que eu sou homem, que eu não tenho mais feminilidade, eles me chamam de Peixotão*. Tudo pra diminuir a diferença, eu acho. (...) Essa foi uma maneira que eu me inseri na aviação. Eu não considero que isso seja preconceito, até porque se eles dizem que eu sou homem agora, que eu faço tudo

³⁷ Frase dita por uma major da Escola de Formação de Oficiais do Exército (ESFCEX) que entrevistei em maio de 2015.

o que eles fazem, é porque eu alcancei os objetivos comuns pra todos. Se eles me vissem como mulher seria porque eu ainda pecava em alguns aspectos e ainda faltava alcançar alguma coisa (Silva, 2007, p. 11).

* nome de guerra (fictício) é cadete Peixoto.

Na visão da cadete, para se tornar uma “verdadeira militar” é preciso incorporar valores e atitudes tidas como masculinas, não sendo assim relacionada como uma mulher, apesar de ser uma. Para pertencer ao grupo, conforme expresso na frase “eu alcancei os objetivos comuns pra todos”, esta mulher enxerga o feminino como uma falta, uma imperfeição ao grupo coeso masculino em que ela adentrou. As “brincadeiras”, que seriam para “diminuir as diferenças”, na verdade são uma expressão do que Bourdieu define como violência simbólica, aquela:

violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou mais precisamente do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (2011, p. 7).

Assim, percebe-se pelos depoimentos acima que o *ethos* militar traz consigo a masculinidade hegemônica, definida por Via (2010) como certas normas e valores que se tornaram dominantes em instituições específicas, valores esses que destacam a agressão, bravura, proteção e coragem masculinas, contrapondo-se ao suposto caráter frágil e pacífico feminino.

A questão da masculinização da mulher militar foi abordada no cinema, no filme “Até o limite da honra” (*G.I. Jane*³⁸, 1997), estrelado por Demi Moore. No filme em questão, Moore interpreta a fictícia tenente Jordan O’Neil, aspirante a se tornar a primeira mulher da *Navy Seals*, a principal força de operações especiais da Marinha dos Estados Unidos. Ao falar com o comandante, a tenente afirma: “Não posso ter cortêsias, senhor. Como vou me misturar, se me colocaram como intrusa? Fez regras diferentes pra mim. Eu não consigo. Por que não me dá uma farda cor de rosa?” Após essa cena, a tenente voluntariamente raspa seus longos cabelos sem hesitar a fim de não ser vista como mulher, mas simplesmente como militar.

³⁸ G.I. Jane é o feminino de G.I. Joe, nome dado aos membros do exército norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, os termos são utilizados pelas Três Forças norte-americanas para identificar seus soldados.



Figura 2. Cenas do filme “Até o limite da honra”. Disponível em <http://redeglobo.globo.com/filmes/noticia/2014/04/conheca-o-treinamento-de-demi-moore-para-ate-o-limite-da-honra.html> Acesso em agosto de 2015.

A aspirante passa por todos os percalços imagináveis em seu treinamento e no decorrer do filme descobre que uma pragmática senadora tinha a intenção de não fazê-la passar no teste. Após a tenente dizer que gostaria de ter tido a escolha de ser combatente, a senadora responde: “as famílias americanas não estão preparadas para ter suas filhas e mães em perigo. Nenhum político pode se dar ao luxo de apoiar mulheres voltando mortas. Principalmente eu.” Percebe-se por esse diálogo como a mulher ainda é vista como um ser a ser protegido, e como historicamente as representações hegemônicas da mulher na guerra demonstram um ser pacífico e diplomático, não combatente, apesar das norte-americanas combaterem.

No filme, é perceptível a tentativa da tenente em ser tratada em condições de igualdade em relação aos seus colegas aspirantes. Uma vez que as mulheres ainda são minoria no meio militar, o simbolismo a respeito desta inserção é muito presente. De acordo com Iskra (2010, p. 108), os militares afirmam sua masculinidade discutindo assuntos tipicamente masculinos, como esportes, histórias de guerras, ou mesmo exibições de agressão e potência. Segundo Marlowe, o mundo do soldado é caracterizado por uma masculinidade estereotipada: “sua linguagem é profana, a sua professada sexualidade rude e direta; a sua masculinidade é sua armadura, a medida da sua competência, capacidade e confiança em si próprio” (1983, p. 192). Assim, o objetivo seria demonstrar que as mulheres (e também homossexuais) não pertenceriam às organizações militares, pois tudo aquilo que não representaria a masculinidade, como poder, agressão, a figura do soldado e do herói, acaba por ameaçar a um ideal construído do que é ser um “verdadeiro militar”.

Capítulo II

Mulheres na guerra e nas Forças Armadas, entre o passado e o presente

2.1 A mulher guerreira: História e mitologia

Os mitos, a construção de heróis e os símbolos acompanham a humanidade há milênios. De acordo com Jung, o mito do herói, por exemplo, apesar de casos diferentes, se assemelha em sua estrutura, “guardando uma forma universal mesmo quando desenvolvidos por grupos ou indivíduos sem qualquer contato cultural entre si” (1964, p. 100). O arquétipo do herói majoritariamente foi ligado à figura masculina, o que não quer dizer que não existam exemplos de heroínas. Os dois exemplos mitológicos femininos selecionados vêm da Grécia Antiga, representados por Palas Atena e pelas Amazonas.

Segundo a mitologia, Atena, uma das deusas do Olimpo, nasceu da cabeça de Zeus já adulta e armada. É padroeira da cidade de Atenas, uma das mais importantes cidades-Estado da antiguidade clássica. Na civilização romana, Atena é Minerva, conhecida pela inteligência e engenhosidade na “arte da guerra”, bem diferente do deus Ares/Marte, símbolo da violência da guerra. De acordo com Suano (2008, p. 40), à Atena atribuía-se a parte “boa” da guerra: a vitória. O lado violento e feroz era atribuído a Ares, representando assim a própria dualidade da guerra: diplomacia e violência.

A deusa da sabedoria e da guerra, que unia força, autoridade e soberania, possui um caráter indispensável para a mitologia greco-romana, com destaque para sua participação na guerra de Tróia³⁹, em que teria ficado ao lado dos gregos. Ao unir a habilidade da guerra e a sabedoria, Atena era temida e implacável, se necessário, conforme ficou comprovado por sua atuação após o término da guerra de Tróia: ela teria castigado os próprios gregos por não terem respeitado o asilo e proteção que a princesa Cassandra buscou em seu templo. Por este senso de justiça, Atena não deixou de ser cultuada nem mesmo entre seus inimigos, os troianos.

³⁹ A guerra de Tróia, um misto entre mitologia e realidade, foi uma guerra que teria durado 10 anos, entre 1300 a.C e 1200 a.C. Tendo como motivo inicial o rapto da “mulher mais bela do mundo”, a rainha de Esparta, Helena, a guerra dividiu os reis do Olimpo: do lado de Tróia, estariam Afrodite, Apolo, Ártemis, Leto e Ares; do lado grego, Atena, Poseidon e Hera. A vitória grega mais uma vez expressa a soberania de Atena sobre os gregos.

A representação que se faz de Atena é, assim, de alguém que apesar de pertencer ao campo da guerra, utiliza-se de outras ferramentas para a vitória, e não simplesmente de uma sangrenta atuação. Ela simboliza coragem, justiça e diplomacia, valores necessários para a manutenção da paz, apesar de estar um estado de guerra constante.

O segundo exemplo são as Amazonas gregas. Segundo Carreiras, (1997, p. 12), elas constituem provavelmente o mais conhecido arquétipo das mulheres guerreiras. Vários são os relatos gregos e até mesmo de romanos a respeito deste mito, e inclusive “o pai da História”, Heródoto, no século V a.C., narrou o mito dessa tribo guerreira da região do Cáucaso, afirmando que elas eram ferozes e convidavam seus vizinhos, os gargarenos, uma vez por ano para terem relações sexuais com o objetivo de engravidarem. Caso nascessem meninas, elas seriam criadas pelas Amazonas.

A explicação mitológica afirma que as Amazonas chegavam a decepar um seio para tornar mais fácil o uso do arco. O seu próprio nome significa “sem seio”. Elas representavam o oposto do arquétipo feminino na Grécia, pois não se casavam e controlavam a sua reprodução. O casamento naquela sociedade seria o mesmo que passar a existir socialmente, assim, as Amazonas acabavam se tornando párias da sociedade, vivendo nos limites das fronteiras. Para Carreiras, as Amazonas foram “utilizadas por alguns como caricatura de mulheres ‘não naturais’ e ‘masculinizadas’” (ibid, p. 13), corroborando a ideia de que a mulher só pode entrar para a guerra se for menos feminina.

Há também as Amazonas brasileiras, apesar da ausência de fontes, uma vez que as populações nativas que viviam na foz do rio Amazonas foram dizimadas de tal forma que é praticamente impossível reconstituir os dados sobre aquela população. O relato que se tem é que no início do século XVI, na expedição espanhola comandada por Francisco de Orellana, o primeiro europeu a descer todo o curso do Rio Amazonas, houve contato com mulheres guerreiras que dominavam outros grupos indígenas. Foi o padre dominicano Gabriel de Carvajal que nos relata sua impressão sobre tais mulheres, afirmando que elas eram guerreiras fortes e ferozes, e que, inclusive, teria perdido um olho com uma flecha supostamente lançada por uma amazona. O padre as descreveu assim:

Estas mulheres são muito brancas e altas, e têm cabelo muito longo e trançado e enrolado na cabeça, e têm membros grandes e andam nuas em couros, com as vergonhas tapadas, com seus arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra como dez índios (Wolff, 2012, p. 424).

O imperador Carlos V batizou o rio, outrora chamado de “Mar Doce”, de Amazonas, em homenagem às guerreiras que teriam derrotado os espanhóis, conforme relato do próprio Orellana. O termo indígena para as mulheres que guerreavam é Icamiabas, que significa "mulheres sem maridos". Segundo a lenda, tais mulheres viviam isoladas e anualmente permitiam o contato com os homens, com o objetivo de procriarem. Elas criariam somente as meninas, para que se mantivesse uma sociedade estritamente matriarcal. Tais relatos possuem uma interessante paridade com as Amazonas gregas.

As histórias a respeito das Amazonas brasileiras não se perderam no tempo. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desde sua fundação, em 1838, preocupou-se em desvelar a lenda, mas concluiu que Orellana havia tido uma interpretação equivocada sobre as mulheres guerreiras. A questão a ser pensada não é se de fato as Amazonas brasileiras existiram ou foram fruto da imaginação de exploradores e curiosos, mas é preciso refletir sobre o simbolismo que trazem consigo: mulheres guerreiras, ferozes e selvagens, portanto masculinizadas.

2.2 Mulheres reais na guerra, do passado ao presente

Apesar do protagonismo da guerra pertencer ao homem, não são incomuns os casos de mulheres que voluntariamente participam seja de revoluções ou de guerras, de forma isolada ou em grupos organizados. Passando pela Antiguidade, por povos celtas e germânicos, na Gália, França, e em vários outros contextos e nações, até a atualidade, as mulheres lutaram e lutam, rompendo com a representação que se criou da mulher exclusivamente vítima, frágil, pacífica e passiva em tempos bélicos. É preciso, portanto, refletir sobre a ausência feminina na História das guerras e o porquê dessa invisibilidade.

2.2.1 Mulheres na guerra: de acompanhantes dos Exércitos a protagonistas

As mulheres, direta ou indiretamente, desde a Antiguidade participaram da guerra. Na civilização grega, por exemplo, destacam-se guerreiras como Artemisa, que combateu ao lado do persa Xerxes; Semírases, Rainha da Assíria e Babilônia; Tomires, que derrotou Ciro; entre outros casos. Porém, elas são exceções, uma vez que, via de regra, as milícias gregas não aceitavam que mulheres os acompanhassem. Vale ressaltar que a sociedade grega, governada por homens, excluía mulheres do espaço público e as impediam de exercer sua cidadania. A respeito da mulher, o filósofo e matemático grego Pitágoras afirmou: “Há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem, e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher”. Assim, as mulheres eram excluídas por serem consideradas inferiores, ou como declarou Aristóteles, uma mulher era um “homem incompleto”.

Os povos que se destacaram em relação à presença feminina em zonas de guerra foram os celtas e germânicos. Ao narrar os hábitos germânicos, o romano Tácito destacou a presença feminina nos campos de batalha, afirmando que os homens acreditavam que as mulheres possuíam algo de divino e profético, portanto, não deveriam ser rechaçadas. Mesmo nessa observação de Tácito percebemos uma “mística feminina”, ou seja, elas não deveriam estar no campo de batalha porque tinham a capacidade ou porque gostariam de estar, mas porque sua presença representaria um auxílio quase sobrenatural.

As mulheres que acompanhavam os exércitos geralmente eram esposas, mães, prostitutas, enfermeiras ou mercadoras, “antes que fossem reconhecidos os papéis oficiais de cantineiras, vivanderias e lavadeiras” (CAIRE, 2002, p. 18). Entre os francos, eram chamadas de “mulheres autorizadas” e quem ousasse tocar em uma mulher seria punido, conforme expresso na Lei Sálica⁴⁰.

A presença de mulheres que acompanhavam os exércitos não se restringe à Antiguidade. Porém, à medida que os exércitos se tornaram mais burocráticos e profissionais, se tornaram mais exclusivamente masculinos, e isto ocorreu com mais evidência após a era napoleônica (1799-1815). Mesmo com tal profissionalização, era comum observar esposas, mães, prostitutas ou enfermeiras em meio aos

⁴⁰Código do século V, do reinado de Clóvis, que regulamentava o povo franco.

campos de batalha⁴¹. Eram mulheres que sofriam com as mazelas da guerra diretamente, mas sua importância não era reconhecida, sendo muitas vezes caracterizadas como prostitutas nos campos de conflito.

Ao contrário do que comumente se pode pensar, no regime feudal as mulheres também participavam das guerras. A imagem da princesa entediada no alto de seu castelo, esperando passivamente pelo seu príncipe, cai por terra ao observarmos as crônicas que dão voz às mulheres que combatiam. Seja Joana De Flandres, que se entrincheirou atrás dos muros de Hennebont, ou Agnes, a Condessa de Dunbar, heroína escocesa que resistiu a um ataque de pedras lançadas por catapultas enviadas pelo comandante inglês Conde de Salisbury, ou mesmo a própria Joana D’Arc, a heroína militar francesa, as mulheres na Idade Média administravam seus domínios e protegiam suas propriedades de ataques externos, ou participavam de guerras em defesa de seus senhores. Para tais funções, elas deveriam ser bem instruídas, sabendo ler, escrever e calcular para gerir com eficiência todos os negócios. A dama inglesa Alice Knyvet, ao recusar-se a entregar o castelo de seu esposo ao rei Eduardo IV, afirmou: “Só sairei deste castelo morta, e, se vós vierdes em guerra me expulsar, eu me defenderei, prefiro estar morta quando meu esposo voltar, pois ele me encarregou de guardá-lo”⁴².



Figura 3: As guerreiras, iluminura do século XV.

⁴¹Como exemplo das acompanhantes das tropas estão as mulheres na Guerra do Paraguai (1865-1870), tanto do lado do Brasil, que não lutavam, quanto do Paraguai, que muitas vezes, por uma necessidade bélica, eram transformadas em soldados.

⁴²FARGETTE, Séverine. **Gestoras de pulso firme**. História Viva, Ano XI, nº 129, p. 21.

Joana D'Arc, também conhecida como “Donzela de Orléans” é um símbolo feminino da guerra⁴³ e santa padroeira da França. Nascida no país em 1412, em plena vigência da Guerra dos Cem anos⁴⁴, a camponesa liderou tropas francesas contra a invasão inglesa com destreza, conforme expressa um de seus companheiros próximos, o duque de Alençon: “Todos se encantavam com o fato de ela agir com tanta sabedoria e perspicácia, como se fosse um capitão com 20 ou 30 anos de experiência, em particular na disposição da artilharia⁴⁵”. Joana tinha dois objetivos: libertar Orléans dos ingleses e consagrar Carlos VII, e conseguiu ambos. Porém, seu fim seria trágico, apesar das vitórias para a França e aptidão bélica: após quatro meses presa, foi vendida aos ingleses, e após ser considerada culpada por heresia, foi queimada na praça do mercado de Ruão. Foi beatificada em 1909 e canonizada em 1920 pelo papa Bento XV.

Exemplos como o de Joana D'Arc e demais mulheres que se envolveram com guerras na Antiguidade e na Idade Média demonstram a presença feminina em diferentes ocasiões, inclusive enquanto protagonistas, com papéis bem diferentes da imagem comumente difundida pela historiografia.

2.2.2 Milicianas na Guerra Civil Espanhola: um exemplo de heroínas esquecidas

Desde o início da Guerra Civil Espanhola, em julho de 1936⁴⁶, as mulheres assumiram um papel protagonista na frente de batalha contra as forças nacionalistas do General Franco. Aproximadamente mil mulheres voluntárias, dentre elas espanholas e estrangeiras, atuaram em duas frentes: no combate direto (ou treinamento de combate) e na retaguarda, no qual se encarregaram da defesa armada de suas cidades. Eram as milicianas.

⁴³Conforme Scott (1995), os símbolos culturalmente disponíveis são um dos elementos constitutivos do conceito de gênero, conforme explorado no primeiro capítulo.

⁴⁴Conflito entre França e Inglaterra que durou de 1337 a 1453, envolvendo questões políticas, territoriais e comerciais.

⁴⁵CASSAGNES-BROUQUET, Sophie. **Cavaleiras em combate**. História Viva, Ano XI, nº 129, p. 24.

⁴⁶A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) foi um conflito bélico travado entre os Nacionalistas, comandados pelo general Francisco Franco e de tendência fascista, representados pelos setores conservadores e tradicionais da sociedade, como o Exército, a Igreja Católica e grandes latifundiários. De outro lado, estava a Frente Popular, que era a base do governo republicano da Espanha, representados pelos sindicatos, partidos de esquerda e defensores da democracia.

Para Lisa Lines (2012, p. 5), a singularidade as milicianas está no fato de que antes de 1936 não houve uma mobilização significativa das mulheres para lutar em uma guerra moderna em termos iguais aos homens na Espanha. As que combateram diretamente possuíram mais destaque na imprensa na época da guerra, ao menos até julho de 1937⁴⁷, “por terem demonstrado uma mudança mais radical ao papel tradicional de gênero” (ibid, p. 56).

Porém, quais eram as motivações dessas mulheres espanholas ao se voluntariarem? Lisa Lines (ibid, p. 59) as divide em dois grupos: primeiro, há aquelas que já eram membros ativos de partidos políticos antes da guerra e possuíam destaque em outros movimentos sociais, portanto, permaneceram firmes em suas convicções políticas. Um segundo grupo de mulheres consiste naquelas que no início da guerra espontaneamente se moveram para defender a Espanha do avanço fascista durante a Segunda República. Há ainda, em menor grau, aquelas que tinham por objetivo acompanhar filhos, maridos e pais, ou mesmo vingar suas mortes (ibid, p. 63).

Com essa presença voluntária e expressiva, as milicianas, principalmente entre julho e dezembro de 1936, tornaram-se o ícone republicano da luta contra o fascismo. Fotografias e pôsteres de mulheres armadas nas linhas de frente apareciam tanto na imprensa na zona republicana (entre comunistas e anarquistas) quanto na independente. Certamente, tais imagens eram opostas aos papéis tradicionais de gênero para as mulheres na Espanha.

Uma das milicianas mais celebradas pela imprensa republicana e independente foi Rosário Sánchez de la Mora. Com apenas 17 anos no momento da eclosão da guerra, foi membro do primeiro grupo de choque na 46ª Divisão. Lutou na linha de frente, conforme afirmou: “nós tínhamos que atirar continuamente para que os fascistas notassem que estávamos apresentando uma forte resistência. (...) nós atirávamos dia e noite, e graças a isso eu aprendi rapidamente como lutar” (ibid, p. 1). Após vários meses, foi transferida para o setor de confecção de bombas, na sessão dinamite, e aprendeu a usá-las em vários métodos de ataques, tornando-se perita. Em setembro de 1936, sofreu um acidente no qual perdeu sua mão tentando

⁴⁷A autora Lisa Lines (2012) afirma que após março de 1937 as milicianas foram gradativamente perdendo seu destaque na mídia, aparecendo em artigos que exigiam seu retorno ao lar, seu “lugar natural”. Isso será discutido mais adiante.

proteger os membros de sua tropa, transformando-se em uma verdadeira lenda de guerra, celebrada inclusive em poemas e discursos.



Figura 4 - Conhecida como “Rosário, la dinametera”, a miliciana comunista Rosário Sánchez de la Mora tornou-se uma lenda de guerra por suas contribuições contra a frente Nacionalista.

A vasta maioria das milicianas participou em termos igualitários com seus parceiros masculinos⁴⁸, mesmo que muitas vezes tivessem o “fardo duplo”, ou seja, se esperava que realizassem funções tradicionalmente conhecidas como “trabalho de mulheres”, como cozinhar, limpar, passar e lavar. Mesmo na luta antifascista, na luta pela igualdade e democracia, os papéis tradicionais de gênero permaneciam.

A maioria das voluntárias lutou como membros da milícia, porém, algumas chegaram a entrar no exército republicano. Esperanza Rodríguez foi uma delas. Seu superior a descreveu como a mulher mais valente da unidade, “a melhor em combate, sempre a mais vigorosa, a primeira a atirar, a menos cansada. Em uma batalha ela passou onze horas de pé, atirando” (Artigo retirado no jornal *Estampa* em 10 de outubro de 1936, página 15).

As imagens estampadas nos jornais e revistas da imprensa esquerdista e independente era de mulheres demonstrando “força, bravura e cheias de propósitos de um modo que nunca tinha sido mostrado na Espanha” (Lines, 2012, p. 151). Porém, apesar de tamanho destaque na mídia, no fim de 1936, atitudes em relação às mulheres em combate começaram a mudar drasticamente. Certa tensão entre a feminilidade das milicianas e a suposta masculinidade de combate existiu em muitas representações das milicianas, como se questionassem se realmente a guerra era o lugar para uma mulher. O *slogan* do governo republicano tornou-se: “homens para o

⁴⁸Lisa Lines (2012 p. 74), por meio de entrevistas realizadas com as milicianas, afirmou que as mesmas sentiam que estavam fazendo a mesma contribuição militar aos esforços de guerra que os homens.

front, mulheres para o setor civil (home front)". Progressivamente, a partir de março de 1937, as milicianas foram removidas dos *fronts* ou forçadas a executar papéis puramente auxiliares. Apesar da resistência de algumas milicianas a esta decisão, nenhum protesto organizado foi feito por elas ou por qualquer organização de mulheres antifascistas.

A mensagem da imprensa a partir de dezembro de 1937 (a mesma imprensa que outrora celebrava essas mulheres) era clara: as mulheres não eram iguais aos homens, uma vez que tinham papéis diferentes na resistência antifascista. As milicianas foram assim, desacreditadas e ridicularizadas abertamente (ibid, p. 104).

Argumentos foram utilizados para tão radical mudança da posição da imprensa, transformando as milicianas de heroínas a prostitutas que transmitiam doenças venéreas aos soldados. A mais amplamente divulgada, e que trazia consenso entre as forças republicanas, era a ideia de que a natureza biológica da mulher a destinava para o lar, e não para o *front*. A imprensa comunista argumentava que as mulheres foram úteis no início da guerra, e que agora os homens deveriam retomar seu devido lugar. Igualmente a afirmação de que elas eram prostitutas e enfraqueciam as forças republicanas pelas doenças que supostamente transmitiam também foi utilizada para que essas mulheres não tivessem outra escolha, a não ser abandonar seus postos⁴⁹.

Lisa Lines (2012, p. 106) afirma que as atitudes negativas em relação às mulheres em combate no fim de 1936 não ocorreram isoladamente, mas nasceram no contexto de um declínio geral de ideias progressistas, ou seja, em um verdadeiro fracasso da revolução social.

Apesar dos feitos e do protagonismo das mulheres na resistência antifascista, não lhes foi reservado um lugar na história. Elas foram negligenciadas, silenciadas e ignoradas, e certamente as relações tradicionais de gênero contribuíram para este esquecimento.

De acordo com Lines (2012, p. 3), um dos motivos para o esquecimento das milicianas na história é o fato de que os vencedores é quem escrevem a história, e certamente os nacionalistas e os setores conservadores não apoiavam a luta para a libertação das mulheres. Ao contrário, após a vitória do General Franco, milhares de

⁴⁹Lines (2012, p. 135) afirma que algumas mulheres, apesar da ordem de retirada (que, aliás, não se sabe de quem veio tal ordem), resistiram e não aceitaram voltar ao seu "espaço natural", o lar. Permaneceram lutando.

mulheres foram executadas e estima-se que 30.000 presas. Estas eram particularmente humilhadas, raspavam-lhes a cabeça e eram constantemente vítimas de estupro pelos fascistas como punição por seu comportamento. De fato, a tentativa de apagá-las da história deve-se ao fato de que tais mulheres “desafiaram entrar em uma suposta arena masculina na linha de frente da guerra”. Sofreram mais porque ousaram lutar. Os vencedores escreveram a história suprimindo e censurando a coragem dessas mulheres.

É preciso, portanto, que seja devolvido a essas mulheres seu devido lugar na história e que sejam lembradas pelo que foram: verdadeiras guerreiras que, por convicções próprias, pegaram em armas e lutaram ao lado dos homens, no contínuo desafio de simplesmente serem mulheres.

Após o avanço significativo inicial das milicianas, que “experimentaram direitos estendidos e novas formas de liberdade, mas não foram totalmente libertas” (ibid, p. 174), com a derrota da Frente Ampla os direitos adquiridos por elas foram perdidos. Era esperado que após a guerra as mulheres retornassem ao seu lugar “natural”⁵⁰, o espaço privado, e os homens, ao público. As bravas guerreiras sobreviventes viram seu sonho de igualdade minguar à frente de seus olhos. Esperamos que a história lhes dê seu devido destaque, ainda que tardiamente.

2.2.3 Mulheres nas duas Guerras Mundiais

O século XX protagonizou duas grandes guerras que envolveram todo o mundo. Elas romperam com paradigmas anteriores, e a mobilização da população civil foi um diferencial em relação a outras guerras. Além disso, a participação feminina seria um fator que auxiliaria na luta por direitos igualitários entre homens e mulheres, pois ficou comprovado que elas teriam a capacidade de assumir tanto o trabalho em fábricas ou em qualquer outro lugar, quanto no *front* de guerra.

Na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), houve uma tímida presença das mulheres nos campos de batalha, sejam como enfermeiras ou atiradoras de obuses. Além dos campos de batalha, a presença feminina também estava presente de forma maciça na força de trabalho para suprir as urgentes necessidades

⁵⁰ Isso não ocorreu somente na Espanha, mas era comum em países que estavam em guerra.

econômicas, uma vez que os homens estavam no *front*. No entanto, uma vez findada a guerra, como afirma Quétel:

os homens, uma vez mais, deixavam claro que não tinham necessidade das mulheres. Isso se tornava um tanto mais fácil porquanto negavam ou, no melhor dos casos, ignoravam sua existência, no sentido de sua identidade e de sua individualidade de mulher (2009, p. 12).

Assim, as mulheres que atuaram na guerra ou trabalharam fora de casa tiveram que retornar para os seus lares, considerado seu “espaço natural”. Já não eram vistas como necessárias.

Para Hobsbawm, a Segunda Guerra Mundial envolveu praticamente todos os Estados independentes do mundo, em um verdadeiro fenômeno global: “quase todo o globo foi beligerante ou ocupado, ou as duas coisas juntas” (2003, p. 31). Por tamanha mobilização, era de se esperar que as mulheres também se envolvessem direta ou indiretamente no conflito, mas ainda assim a história não lhes deu sua devida atenção.

Segundo Quétel, as mulheres são “as eternas esquecidas da história das guerras. (...) as mulheres vêem sua história dissolvida na história dos homens.” Se na Primeira Guerra elas haviam surgido “timidamente”, na Segunda Guerra Mundial estavam em toda parte:

Vítimas no caminho do êxodo e sob as bombas, pacientes das filas, inventivas e industriosas nas privações da vida cotidiana, trabalhadoras nas fábricas e nos campos durante a ausência dos homens. Em todos os países, estiveram também uniformizadas: auxiliares na retaguarda, mas também na linha de frente (2009. p. 5).

Na Segunda Guerra Mundial, mais uma vez o homem iria para o *front* de batalha, deixando as mulheres, agora mais fortes para atuarem no espaço público, em diversas funções. Porém, essa atuação não era isenta da ideologia que cada país beligerante tinha dela – cada Estado definia o perfil que deveria ser desempenhado pelas mulheres enquanto seus maridos não retornassem da guerra.

Para a Alemanha nazista, a mulher ideal era a que seguia os “3K”: Küche, Kinder, Kirche (cozinha, filhos, Igreja). Nada deveria atrapalhar esse ideal, e inclusive havia proibição do acesso das mulheres a muitas profissões, consideradas inapropriadas. Também havia a construção de uma imagem da mulher alemã sadia

e fértil, de quadril largo e de cabelos trançados em forma de coroa na cabeça (ibid, p. 13). No entanto, em 1943 há o decreto de mobilização total de mulheres alemãs de 17 a 45 anos de idade. Agora, o objetivo da mulher não era os “3K”, mas a luta pelo Reich.

Na Itália fascista, a mulher-mãe é o ideal da mulher, assim como pregava a Igreja Católica. Na França ocupada, a maternidade deve ser almejada acima de tudo. Havia até mesmo uma recompensa dependendo do número de filhos que uma mulher tivesse.

Na Grã-Bretanha, Canadá e nos Estados Unidos as mulheres não foram excluídas dos esforços de guerra. No primeiro caso, percebemos que a Grã-Bretanha é considerada pioneira, com inovações ainda na Primeira Guerra Mundial, conforme aponta Quétel:

Em 1914, é criado o *Women's emergency corps* (WEC), dentro do qual e longe dos combates as voluntárias realizam, a título civil, tarefas de cozinheiras de cantinas, motoristas, auxiliares em ambulâncias e enfermeiras. Em 1918, para compensar as pesadas perdas da guerra, o *Women's Auxiliary Army Corps* (WAAC) e *Women of the Royal Navy* (WRN) são criados, e contam com 105 mil mulheres no final da guerra (2009, p. 138).

No Canadá, foram criados durante a Segunda Guerra Mundial o *Canadian Women's Auxiliary Air Force* (CWAAF) e o *Women's Royal Canadian Naval Service* (WRCN). As canadenses foram as que mais protestaram contra a determinação de “retornarem ao lar” após o término da guerra.

Nos Estados Unidos, a incorporação da mulher não foi facilmente aceita. Após Pearl Harbor⁵¹, Edith Rogers, que havia servido na Cruz Vermelha na Primeira Guerra Mundial, apresenta um projeto de criação de um corpo militar feminino. No entanto, a ideia não foi bem recebida. Somente após uma longa pesquisa a respeito de mulheres na Grã-Bretanha e no Canadá foi instituído o *Women's Auxiliary Army Corps* (WAAC), em maio de 1942. Embora este corpo fosse ligado ao exército, possuía um estatuto civil “com um comando separado e uma formação em escolas de enquadramento exclusivamente feminino” (Quétel, 2009, p. 143). Em julho de 1943, o general George Marshall faz adotar uma lei que transforma o WAAC num corpo militar: o *Women's Army Corps* (WAC).

⁵¹O ataque dos japoneses a Pearl Harbor, base norte-americana no Havaí, foi o estopim para a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Ocorreu no dia 07 de dezembro de 1941.

No campo civil, era necessário se preocupar com a produção do país, inclusive a bélica, na fabricação de aviões e demais construções navais. As mulheres não foram excluídas desta mobilização, e a propaganda tornou-se o maior aliado do Estado norte-americano para a adesão de mulheres na força de trabalho.

Um dos cartazes mais célebres da época foi de uma jovem mulher usando um turbante vermelho e macacão azul, mostrando seus braços musculosos com a inscrição *We can do it* (Nós podemos fazê-lo). Era um chamado para as mulheres, apelando para sua capacidade física e também psicológica, como se pode interpretar pela expressão da mulher em questão.

Em maio de 1943 o ilustrador Norman Rockwell faz a capa do *Saturday Evening Post*, estampando o que se tornaria o “símbolo da mulher americana no esforço de guerra” (ibid, p. 87). Era Rosie, a rebitadora (Rosie, the Riveter). De macacão azul, óculos na cabeça e semblante altivo, Rosie parece dizer às mulheres que elas tinham força suficiente para realizar tarefas até então inimagináveis para elas. A força que ela demonstra ter não é somente física, mas é um chamado para a libertação da mulher, para a conquista do espaço público.



Figura 5 - "We can do it!" Howard Miller, 1943.



Figura 6 - “Rosie, a rebitadora”. Norman Rockwell, 1943

Retornando às mulheres que lutaram na Segunda Guerra Mundial, temos o corpo auxiliar finlandês que se tornou célebre em toda a Europa, as Lotta:

Comandadas por Fanny Lukonnen, as Lottas, todas voluntárias, cumprem com perfeita eficácia todas as funções não combatentes do exército, eximindo assim os soldados finlandeses de todas as tarefas da retaguarda: serviços de saúde, administração, intendência, condução de veículos, transmissões, vigilância aérea (Quétel, 2009, p. 150).

Igualmente guerreiras eram as combatentes soviéticas. Sua mobilização foi maciça, tanto no esforço de guerra quanto no combate. Ao contrário dos outros países beligerantes da Segunda Guerra, o *front* não era proibido às mulheres soviéticas. Elas ocuparam praticamente todos os postos de combate dos homens.

Com o fim da Segunda Guerra, novamente o desafio se repete para as mulheres, que haviam conquistado seu espaço tanto no mundo do trabalho como assumindo a posição de chefes de família. Os homens retornam com seu poder de fato (retirando inclusive as mulheres de seus empregos) e a seu poder simbólico, ao “seu devido lugar” – chefe de família, provedor financeiro de autoridade incontestável. Os argumentos clássicos mais uma vez ressurgem, aqueles que afirmam que o melhor papel a ser desempenhado pela mulher era o de mãe e esposa, e seu lugar natural era o lar.

E como ficaram as mulheres neste processo? Mesmo com os argumentos da imprensa e de seus maridos, algo havia mudado, pois havia esperança para a libertação da mulher. Para Quétel:

Nada de mudança social imediata, mas um lento processo de mudança que foi instigado com a guerra e não vai mais se deter. Os milhões de americanas que chegaram logo depois da guerra a seu *home, sweet home* levaram um pouco da Rosie em seu coração (2009, p. 222).

De fato, as mulheres retornaram ao lar⁵², mas a semente já havia sido lançada, pois as filhas dessas mulheres da década de 1950 colheriam os frutos e inaugurariam um novo capítulo na luta pela igualdade da mulher, na década de 1970 (ibid, p. 222).

Quanto às mulheres que lutaram ou atuaram de forma direta na guerra, estas foram em sua maioria esquecidas. Retornam à vida civil sem que seu valor fosse devidamente reconhecido, talvez pela insistência em se afirmar que o terreno da guerra não pertence à mulher, pois ela seria pacífica por natureza. Ora, a história tem nos provado que as mulheres foram e vão para a guerra de forma voluntária, e não se contentam com papéis auxiliares, mas querem (e devem) possuir o protagonismo de combate, simplesmente porque mostraram que são capazes.

2.2.4 Mulheres militares em combate na atualidade

Após o término da Guerra Fria (1991) e como resultado das conquistas feministas, as mulheres foram assumindo lentamente um papel de destaque na sociedade e também nas Forças Armadas, ignorando o discurso que elas não podiam assumir função de combate. Selecionamos dois países que permitem que as mulheres possuam tais funções no contexto atual: Estados Unidos e Israel.

Estados Unidos

O debate no Congresso norte-americano a respeito da incorporação feminina ocorreu após o ataque a *Pearl Harbor*, mas houve forte resistência. Em meio às

⁵²Há exceções, e os Estados Unidos são um exemplo. Nem todas as mulheres retornaram ao lar, pois já tinham emprego antes do início da Guerra.

discussões, um senador de Nova Iorque afirmou: “um exército de mulheres para defender os EUA? Que humilhação! Que fim levou a virilidade americana, se é necessário confiar a nossas mulheres o que sempre tem sido o dever dos homens?” (Quétel, 2009, p. 152).

Certamente, a conquista das mulheres no meio militar e a posterior criação de corpos auxiliares⁵³ não foi uma tarefa fácil. Em 1975 um ato do Congresso permitiu a entrada de mulheres na Academia Militar dos Estados Unidos, em West Point, Nova Iorque. As primeiras mulheres se formaram em 1980. A participação das militares norte-americanas enquanto membros do Exército também ocorreu na Guerra da Coreia (1950-1953), do Vietnã (1959-1975), do Golfo (1990-1991), e em missões humanitárias (década de 1990).

Tendo como referência o ano de 2014⁵⁴, 78% de todas as posições no Exército norte-americano são abertas às mulheres, e elas servem em 95% de todas as atividades do Exército (no serviço ativo e na reserva). Elas representam cerca de 16,3% do efetivo do Exército, 23% na reserva e 16% na Guarda Nacional. Segundo dados oficiais do Exército norte-americano, há um crescimento proporcional de atividades sênior sendo preenchidas por mulheres.

De acordo com o discurso oficial, não há qualquer impedimento para as mulheres servirem em qualquer unidade militar norte-americana. Em 24 de janeiro de 2013 o então secretário de Defesa Leon Panetta rescindiu a regra que restringia mulheres de servirem em unidades de combate. Assim, as funções exercidas pelas mulheres militares atualmente são variadas: são médicas, engenheiras, analistas de inteligência, especialistas em recursos humanos, ou ainda oficiais que cuidam da logística dos batalhões, inteligência, pessoal, entre outras.

O exército expressa o desejo de incluir as mulheres sem qualquer tipo de discriminação, inclusive no combate. Na página inicial das “Mulheres no Exército dos Estados Unidos”, fica bem claro tal visão⁵⁵:

⁵³Dentre os principais corpos auxiliares femininos criados durante a Segunda Guerra estão o já citado *Women's Auxiliary Army Corps* (WAAC), posterior transformado em *Women's Army Corps* (WAC) – auxiliares do Exército; o *Women's accepted for Voluntary Emergency Service* (WAVES) – auxiliares da Marinha – e o *Women's Airforce Service Pilots* (WASP) – auxiliares da Força Aérea. (Quétel, 2009, p. 143)

⁵⁴Dados disponibilizados no site oficial do Exército norte-americano, referentes a setembro de 2014. Disponível em: <http://www.army.mil/women/today.html> Acesso em agosto de 2015.

⁵⁵Tradução livre. Versão original: From the American Revolutionary War to the present recent overseas contingency operations, women have served a vital role in the U.S. Army. Ever since Mary Ludwig Hays McCauley ("Molly Pitcher") replaced her husband when he collapsed at his cannon,

Da Guerra Revolucionária Americana às operações recentes além-mar, as mulheres tiveram um papel vital no Exército dos Estados Unidos. Desde que Mary Ludwig Hays McCauley ("Molly Pitcher") substituiu seu marido quando ele caiu de seu canhão, as mulheres continuamente têm provado que o restrito estereótipo, limitando suas escolhas de profissão, estava errado. Quando as mulheres foram se expandindo em diferentes funções no Exército americanos, era claro que o coração de um guerreiro não era limitado a um gênero.

Apesar do discurso oficial pregar a igualdade entre homens e mulheres militares nos Estados Unidos, é preciso lembrar que as relações de gênero são, acima de tudo, relações de poder, e a manifestação desse poder é perceptível nas Forças Armadas norte-americanas. Recentemente foi lançado um filme/documentário chamado "The invisible war" (A guerra invisível - 2011), que narra os casos de estupro sofridos pelas mulheres militares e sua luta pela justiça e pela visibilidade, uma vez que seus casos não são amplamente conhecidos ou divulgados.

Nos vários casos de estupro relatados, percebemos que há a culpabilização das vítimas, ao ponto de, em algumas situações, haver condenação das mulheres por adultério, mesmo que solteiras e seus agressores, casados. Em outras ocasiões, os casos foram arquivados e os oficiais protegidos por sua patente ou pelo corporativismo presente.

A investigação e a punição pelos crimes de estupro são raras, uma vez que cabe ao comandante de cada unidade iniciar uma sindicância, ou seja, fica a seu critério pessoal. No meio militar norte-americano, é obrigatório passar pela cadeia de comando. Em muitos casos, o próprio comandante é o agressor. O relato de um capitão da Marinha e esposo de uma ex-militar estuprada nos permite analisar a lógica de poder entre os oficiais militares, nos casos destacados no documentário:

esta é uma organização que dá aos comandantes uma quantidade enorme de poder. E eu senti isso como tenente no Iraque. E é assustador. Nomeia a acusação. Nomeia a defesa. Nomeia o investigador. Comanda a força policial. Comanda a comunidade. É dona de tudo: ela é o juiz, o júri e o executor.

women have continually proven that the narrow stereotype, limiting their choice of occupation, was wrong. As women expanded into different roles in the U.S. Army, it was clear that the heart of a warrior was not limited to one gender. Disponível em: www.army.mil/women/ Acesso em julho de 2013.

Assim, uma lógica cruel se instala: as vítimas são culpadas e esquecidas pelas Forças Armadas norte-americanas, sendo praticamente obrigadas a pedirem demissão.

Muitas mulheres trabalham lado a lado dos companheiros masculinos no Iraque e no Afeganistão, em diversos setores, sendo conhecidas como G.I. Janes. De setembro de 2001 a fevereiro de 2013, 299.548 mulheres foram designadas para as operações no Iraque e Afeganistão, dentre as quais 800 foram feridas e 130 mortas (Burrelli, 2013). Na chamada “Guerra contra o terror”, com início em 2001 como resposta ao ataque às Torres Gêmeas em Nova Iorque, há vários casos de assédio e abuso sexual relatados. As vítimas muitas vezes se calam, só denunciando quando saem da instituição ou retornam para a casa. Como expressou a Capitã Margareth White, que sofreu abuso e assédio sexual durante meses no Iraque⁵⁶:

A ideia é que as mulheres que estão no Exército são duronas, não se importam. É algo tipo “posso superar. danem-se os outros. Eu posso cuidar de mim mesma”. (...) Eu ficava na minha, não contei pra ninguém. Chegou a um ponto que eu não me importava de sair com os comboios, nem montar guarda ou sair para uma missão. Eu tinha medo é de sair sozinha a noite. Na época eu agi da forma que achei melhor: fiquei na minha.

Segundo Carreiras (2006), existem dois tipos diferentes de assédio sexuais comumente percebidos no meio militar: o assédio sexual e de gênero. No primeiro caso, ou “assédio de primeira geração”, são ações do tipo piadas, insistentes propostas sexuais, olhares e gestos sugestivos, que acabam constrangendo mulheres que queiram permanecer na instituição. O segundo caso, ou “assédio de segunda geração” ocorre de uma forma mais sutil e não sexual que se desenvolveu principalmente no caso de mulheres que subiram em suas carreiras: inclui resistência à autoridade feminina, isolamento de mulheres, fofocas e rumores ou mesmo sabotagem ao trabalho das militares.

Cada vez mais há a expressão oficial norte-americana de aumentar o número de denúncias e diminuir o número de casos de assédio e abuso sexuais. Diante disso, as Forças Armadas dos Estados Unidos lançaram a campanha “I am strong (Eu sou forte) com as iniciais I A M representando intervir, agir e motivar. A campanha tem o objetivo combater o assédio e abuso sexual na instituição antes

⁵⁶ Depoimento extraído do vídeo “Mulheres na guerra: a violência sexual no exército dos EUA”. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=AX_dA5XmDlc Acesso em agosto de 2015.

que eles ocorram. Apelando para os “valores básicos” da instituição militar e o “*ethos* guerreiro”, o site oficial da campanha afirma que é dever do militar proteger e cuidar mutuamente um dos outros, não importando o tempo, lugar ou circunstância, como uma união de irmãos e irmãs que possuem o “dever pessoal e profissional para intervir e prevenir o assédio e abuso sexuais⁵⁷.” Certamente, os casos denunciados representam como as relações de gênero são relações de poder, uma realidade bem diferente da pretensa igualdade apontada oficialmente.

Israel

O segundo caso é Israel. Ele é o único país do mundo em que o serviço militar é também obrigatório para as mulheres. Elas servem por dois anos e depois são incorporadas à reserva. Segundo o discurso oficial, assim se busca a construção da identidade institucional da Força de Defesa Israelense (FDI), a força militar que engloba a força terrestre, marítima e aérea. Foi criada oficialmente em 31 de maio de 1948, pouco depois da fundação do país.

Com o passar os anos, o Exército israelita procurou promover a integração das mulheres. Em 1985 a Força passou a colocar as mulheres em posições de combate e em 2009 elas estavam servindo na artilharia, forças de resgate, e proteção contra bombardeio.

Em Israel, de acordo com o discurso oficial, busca-se a total equivalência entre homens e mulheres nas Forças Armadas. As mulheres representam 34% de todos os soldados da FDI e preenchem várias funções de combate e liderança, nas três Forças. O índice de oficiais femininas na patente de Coronel cresceu consideravelmente, no total de 4%. O crescimento para tenente-coronel cresceu para 70%, representando 12,5% do total de oficiais nesta patente atualmente⁵⁸. Atualmente, 88% de todas as funções na FDI são abertas às mulheres.

Como destaque da atuação feminina, há o batalhão de combate Caracal. É uma das unidades dentro do corpo de infantaria da Força de Defesa que conta com 1/3 de homens e 2/3 de mulheres, que se encarrega de atividades operacionais no limite com o Egito, incluindo emboscadas, perseguições, observações e segurança das comunidades.

⁵⁷ Site oficial disponível em <http://www.sexualassault.army.mil/Template-lamStrong.cfm?page=what-is.cfm> Acesso em setembro de 2015.

⁵⁸Fonte: Site Mujeres em las FDI (Força de Defesa Israelense) <http://www.idfblog.com/spanish/mujeres-en-las-fdi/> Acesso em julho de 2013.

Dentre as organizações que lutam em benefício da igualdade de gênero em Israel está a Rede de Mulheres Israelenses (*Israel Women's Network*), que advoga pelos direitos das mulheres. É uma organização não partidária fundada em 1984 que, em relação à guerra, propõe o “direito a lutar”, afirmando que a igualdade de condições somente será alcançada quando as mulheres tiverem igual representação em todos os domínios, inclusive o bélico. De acordo com Jacoby (2010, p. 82), mesmo que a regra diga que todas as mulheres em Israel devem ser soldados e que o discurso oficial afirme categoricamente uma igualdade entre homens e mulheres nas Forças de Defesa, elas ainda são excluídas do combate, por isso a campanha “direito a lutar” significa também a luta por igualdade de gênero no país.

É preciso ter em mente que a simples inclusão de mulheres na linha bélica não possibilita igualdade de gênero, mas este é um processo lento que extrapola os muros da caserna e envolve toda a sociedade. Assim, a igualdade de oportunidades para as mulheres militares vai depender de uma série de fatores, que varia de país para país. Os exemplos observados de mulheres reais na guerra em diferentes épocas, países e contextos, nos mostram como não se sustenta a ideia de inferioridade biológica feminina para a guerra, mas é uma questão histórica e social, portanto passível de mudanças.

2.3 Mulheres militares no Brasil

A presença militar oficial feminina no Brasil se deu a partir de 1980, porém, bem antes disso, houve mulheres que participaram de guerras, estando ou não inseridas oficialmente nas Forças Armadas brasileiras. São por esses exemplos que iniciaremos o presente tópico, a fim de demonstrarmos como a mulher brasileira envolveu-se voluntariamente em tempos de guerra.

O principal ícone feminino militar brasileiro é Maria Quitéria de Jesus Medeiros. Os dados biográficos sobre a “heroína da independência” muitas vezes não se cruzam, e não encontramos uma fonte confiável sobre os detalhes de sua infância e adolescência. Porém, o que nos interessa é a imagem construída de Maria Quitéria, como ficou tradicionalmente conhecida na História e qual o efeito desse símbolo na incorporação das mulheres nas Forças Armadas atualmente.

A história conhecida⁵⁹ é a de que Maria Quitéria, órfã aos 10 anos de idade por parte de mãe, desde cedo mostrou destreza com as armas e uma personalidade impetuosa. Quando a Junta Conciliadora de Defesa buscou voluntários para o movimento pró-independência na Bahia, Maria Quitéria não resistiu: pediu ao pai que lhe permitisse lutar. Este, porém, negou-lhe permissão, não deixando alternativa para a jovem a não ser fugir e ingressar na carreira militar como o Soldado Medeiros. De posse do uniforme do cunhado e cabelos presos, a “mulher-soldado” incorporou-se no Corpo de Artilharia e só seria descoberta semanas mais tarde. Seu “batismo de fogo” foi na foz do rio Paraguaçu, ocasião em que teria provado seu heroísmo. Após a descoberta de sua real identidade, à sua farda foi acrescentada um saiote, sendo assim formalmente aceita pela tropa.

No final de 1822, Maria Quitéria incorporou-se ao Batalhão dos Voluntários de D. Pedro I, tornando-se oficialmente a “primeira mulher a assentar praça numa unidade militar, em terras brasileiras”⁶⁰. Ao fim da campanha, embarcou para o Rio de Janeiro para uma audiência exclusiva com o imperador D. Pedro I. Recebeu de suas mãos o soldo de Alferes de linha e a condecoração de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro.

A inglesa Maria Graham em seu diário descritivo sobre sua viagem ao Brasil, assim se refere à Maria Quitéria:

Ela é iletrada, mas inteligente. Sua compreensão é rápida e sua percepção aguda. Penso que, com educação, ela poderia ser uma pessoa notável. Não é particularmente masculina na aparência; seus modos são delicados e alegres. Não contraiu nada de rude ou vulgar na vida do campo e creio que nenhuma imputação se consubstanciou contra sua modéstia. Uma coisa é certa: seu sexo nunca foi sabido até que seu pai requereu a seu oficial comandante que a procurasse (1956, p. 331).

Após a audiência com o imperador, a mulher-soldado retornou à Bahia, casou-se, teve uma filha e faleceu em total anonimato. Um século após sua morte, em 1953, o Ministro da Guerra determinou que em 21 de agosto todos os estabelecimentos e unidades do Exército inaugurassem um retrato da heroína.

⁵⁹Biografia disponível no site da Escola de Formação Complementar do Exército brasileiro, na qual a militar é patrono. Endereço: http://www.esaex.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=103&Itemid=165 Acesso em fevereiro de 2013.

⁶⁰Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/web/ingresso/linha-do-tempo> Acesso em fevereiro de 2013.

Monumentos também foram esculpidos em sua homenagem, como o *Monumento ao 2 de Julho*⁶¹, na *Praça do Campo Grande (Salvador, Bahia)* e a estátua “*Maria Quitéria de Jesus, Soldado Medeiros*”, de José Barreto, inaugurada no centenário de sua morte. A estátua está localizada na Praça da Soledade, no Bairro da Liberdade, em Salvador, Bahia.

Foram muitas as representações a respeito de Maria Quitéria. Na Bahia, estado de seu nascimento, a imagem propagada é a de mulher destemida, segura de si, que ultrapassou as condições sociais da época em prol de um ideal. Mesmo atualmente, quadros, peças de teatro e vários contos são feitos em sua homenagem. Sua mais famosa iconografia é um retrato de Domenico Failutti, pintado em 1920 e que atualmente está no Museu Paulista da USP. Nele, um retrato de corpo inteiro, Maria Quitéria está com o olhar compenetrado, arma nas mãos, calças e saio azul. O baiano Hélio Pólvora, em seu conto “*Maria Quitéria vai à guerra*”, narra em primeira pessoa a vida da militar. Mesmo sendo um conto, a imagem da mulher-soldado é ratificada⁶²:

(...) Uma voz secreta me sopra que também luto por mim. Estou guerreando, sim, para libertar Maria Quitéria de Jesus Medeiros da tirania paterna, dos sofridos afazeres domésticos, da vida insossa. Ah, eu combato, com água no nível dos peitos, pela libertação da Mulher, pela nova Mulher que haverá de surgir. Minha baioneta rasga o ventre de um português que não quer reconhecer a Independência do Brasil gritada, lá no Sul, pelo Imperador D. Pedro.



Figura 7 - Maria Quitéria de Jesus. Pintura de Domenico Failutti, 1920. Museu Paulista da USP.

⁶¹ Data da vitória das forças pró-independência contra os portugueses. Neste dia Maria Quitéria foi recebida como heroína em Salvador, Bahia.

⁶²Crônica retirada do site “*Vidas Lusófonas*”, da Editora Orabem - Portugal. Disponível em http://www.vidaslusofonas.pt/maria_quiteria.htm Acesso em fevereiro de 2013.

Um detalhe sobre a história da mulher-soldado chamou minha atenção. Em algumas versões biográficas, e dentre elas, a do Exército brasileiro⁶³, Maria Quitéria pede a D. Pedro I que escreva uma carta a seu pai lhe pedindo perdão por ter sido uma filha desobediente. Surpreendemo-nos com o fato de que, apesar da atitude audaciosa de se incorporar em um local até então exclusivamente masculino, de ser destemida em campo de batalha, Maria Quitéria ainda precise da aprovação de seu pai, mesmo sendo condecorada pelo próprio imperador. Pela escassez de fontes não sabemos ao certo se o fato narrado realmente ocorreu, mas a interpretação, que expressa a visão patriarcal de mundo, é a de que, mesmo heroína da independência, antes de tudo Maria Quitéria era mulher, e como tal devia obediência a seu pai.

A militar atualmente é patrono do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) do Exército, e é referida como “patrono”, assim no masculino. De acordo com Soriano Neto⁶⁴, patrona difere-se de patrono na semântica castrense porque o último significa defensor, além do aspecto religioso de padroeira e protetora que comumente se relaciona com patrona. Por isso, Maria Quitéria é tratada como patrono, não patrona. Na Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEX), a primeira instituição do Exército a permitir o ingresso, por meio de concurso público, de mulheres em 1992, há um pavilhão e busto com seu nome. O curioso é que Maria Quitéria foi combatente, diferente do quadro complementar do qual ela é patrono. A este respeito, Silva entrevistou oficiais com a seguinte pergunta: qual a associação que o senhor percebe entre o QCO e seu patrono? As respostas corroboram o paradoxo:

- Não vejo nenhuma associação, pois as peculiaridades do quadro são diferentes do seu patrono. Um é meramente combatente e outro técnico. Talvez para valorizar ao ingresso da mulher no quadro.

- Nenhuma associação. Acho que houve uma visão equivocada para a escolha. Acredito, talvez que tenha sido instituída Maria Quitéria para fortalecer a imagem da mulher no exército, que era um apelo da época. (2006, p. 72)

⁶³Revista do Clube Militar, Ano LXXXV, Nº 444. Fevereiro, março e abril de 2012.

⁶⁴ Coronel Reformado, de Infantaria e Estado-Maior. Disponível em http://www.acervosaber.com.br/trabalhos/biografias1/maria_quiteria_de_jesus.php Acesso em outubro de 2015.

Assim, permanece o paradoxo de Maria Quitéria enquanto patrono: uma mulher que rompeu com os padrões da época, tornando-se combatente, mas atualmente uma figura tutelar do quadro complementar e auxiliar do Exército.

Outra personagem histórica que se tornou símbolo de mulher guerreira no Brasil é Anita Garibaldi. Nascida em Laguna, Santa Catarina, em 1821, Ana Maria de Jesus Ribeiro tornou-se exemplo de bravura, sendo conhecida como a “heroína de dois mundos”. De origem humilde, foi obrigada a casar-se aos catorze anos após a morte do pai. Sua vida mudou após conhecer o italiano Giuseppe Garibaldi, revolucionário italiano que veio ao Brasil para auxiliar os rio-grandenses na Revolução Farroupilha (1835-1845). Tornou-se Anita Garibaldi. Participou ativamente de combates, inclusive disparando e carregando canhões. Durante a batalha de Curitibanos, foi capturada pelas forças do Império, grávida do primeiro filho. Conseguiu fugir e, em meio à guerra, teve seu filho, em 1840. Oito anos depois partiu para a Itália com Garibaldi, onde continuou lutando ativamente contra o exército franco-austríaco, com destaque para a batalha de Gianicolo. Fugindo do exército em péssimas condições e grávida de seu quarto filho, é acometida de febre tifóide e morre em 1849. As representações a respeito de Anita sempre enfatizam o fato de que ela teria lutado para acompanhar o marido, como se o amor por ele fosse maior do que seu ideal revolucionário⁶⁵:

Era o início de um romance belo e heróico. Anita se entusiasmou com os ideais democráticos e liberais de Garibaldi, aprendeu a lutar com espadas e usar armas, transformando-se em uma guerreira que o acompanharia em todas as lutas. (...) Em 1848, Anita acompanhou seu marido de volta à Itália, junto com seus filhos.

Percebe-se nesse fragmento que Anita não é exaltada por sua bravura, mas por ter sido quem foi por influência dos ideais de Garibaldi. Além disso, há a ideia dela ter sido uma esposa companheira, que abandona seu próprio país para seguir seu esposo.

As mulheres, não necessariamente militares, também estavam presentes na Guerra do Paraguai (1865-1870), a última guerra em que o Brasil participou com interesses nacionais. Em uma crônica no ano de 1865 o escritor Machado de Assis

⁶⁵Site oficial <http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/elas-fazem-a-diferenca/anita-garibaldi>. Sessão “Mulheres do Brasil: elas fazem diferença”. Acesso em maio de 2013.

criticou a atuação da mulher em campo de combate, afirmando que ela teria outra utilidade na guerra:

Não nascestes para a guerra, isto é, para a guerra da pólvora e da espingarda. Nascestes para outra guerra, em que a mais inábil e menos valente vale por dois Aquiles. Mas, nos momentos supremos da pátria, não sois das últimas. De qualquer modo ajudais os homens. Uma, como a mãe espartana, arma o filho e o manda para a batalha, outras bordam uma bandeira e a entregam aos soldados, outras costuram as fardas dos valentes, outras dilaceram as próprias saias para encher os cartuchos, outras preparam os fios para os hospitais, outras juncam de flores o caminho dos bravos (Machado de Assis, 1957, p. 118).

Machado de Assis expressa o caráter auxiliador feminino, em que a mulher está presente em outra frente de batalha que não necessariamente envolvam a pólvora e a espingarda. Mais uma vez está a noção de que o terreno da guerra não deveria pertencer à mulher, ao menos não em equivalência ao homem.

Um dos destaques femininos na Guerra do Paraguai, apesar de nunca ter lutado de fato, foi Antônia Alves Feitosa, ou Jovita. Natural do Ceará, mas desde jovem no Piauí, Jovita sabia ler, escrever e atirar, tendo o ofício de costureira. Assim como Maria Quitéria, disfarçou-se de homem, cortando seus cabelos, vestindo calças e um chapéu de couro. Foi descoberta rapidamente e surpreendentemente aceita no Exército imperial como 1º sargento, sendo incorporada no 2º corpo de Voluntários da Pátria da Província do Piauí e partindo para o Rio de Janeiro rumo à Guerra.

Com o objetivo de estimular o sentimento patriótico entre os brasileiros, Jovita foi saudada pelos jornais da época, até como uma forma de encorajar o voluntariado masculino (se uma mulher se alista, seria uma vergonha um homem não fazer o mesmo). Assim, criou-se a imagem de uma verdadeira heroína nacional, inclusive trajada com roupas militares adaptadas (o mesmo que ocorrera com Maria Quitéria).

De acordo com Prado e Franco (2012, p. 200), em todos os locais que o navio em que Jovita estava atracava, ela era saudada pela população local e bem recebida, inclusive por autoridades, sendo até mesmo cumprimentada pelo imperador D. Pedro II. Apesar de aceita como 1º sargento, seu alistamento foi considerado ilegal, uma vez que já havia um exército profissional organizado, diferente do que ocorrera com Maria Quitéria, que fizera parte das forças rebeldes contra Portugal (ibid, p. 215). Impedida de seguir com o batalhão, Jovita ficou no Rio de Janeiro e desgostosa por seu destino, morreu pouco tempo depois, aos 19 anos.

Durante a Segunda Guerra Mundial foi formada, juntamente com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), a Organização Feminina Auxiliar de Guerra (OFAG), que abarcava mulheres entre 17 e 50 anos de idade, que prestavam serviços (tradicionalmente considerados femininos) de secretária, telefonista, enfermeira, datiloscopista, datilógrafa, entre outros (WOLFF, 2012, p. 430). Durante o conflito, foram enviadas 73 enfermeiras, 67 delas hospitalares e 6 especialistas em transporte aéreo. É preciso destacar que todas elas foram voluntárias. Após a guerra, ganharam a patente de oficial e foram licenciadas do serviço ativo militar⁶⁶. Porém, muitas enfermeiras não ficaram satisfeitas com a situação de seu retorno ao Brasil, conforme se pode observar pelo depoimento da enfermeira Elza Cansação:

Nós todas ficamos muito aborrecidas com a situação, porque era obrigação do Exército nós termos continuado, e não jogado a gente na rua... Os hospitais (do Exército) necessitavam de nós! (...) Nós já tínhamos um treinamento grande! O nosso treinamento era como o de todas as Escolas de Enfermagem... Não tem uma profissional dessas daqui que tenha conhecimento da metade do que nós tivemos durante a campanha... (Oliveira, 2009, p. 693).



Fonte: Acervo da FEB, Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro, RJ

Figura 1 - Desfile das enfermeiras febianas na Capital da República do Brasil

Figura 8: Corpo de enfermeiras desfilando antes da partida para a Guerra, em 31 de março de 1944.

Fonte: Acervo da FEB – Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro, RJ

Assim como ocorreu em outros países, com o findar da guerra as mulheres retornaram ao espaço privado, deixando o espaço público mais uma vez para o protagonismo masculino. Seria somente a partir de 1980 que as mulheres teriam a

⁶⁶Informações extraídas do site oficial do Exército brasileiro. Disponível em <http://www.eb.mil.br/web/ingresso/mulheres-no-exercito> Acesso em agosto de 2015.

oportunidade de incorporação nas Forças Armadas brasileiras. Na verdade, foi a partir da década de 1970 que a maioria dos países ocidentais passou a modificar um padrão que dava aos homens o protagonismo na guerra e nas Forças Armadas. Porém, neste novo contexto a entrada de mulheres não se deu por meio da guerra, mas em tempos de paz, e essa inserção não foi dada ao acaso, mas foi fruto do aumento das pressões do movimento feminista e mudanças internas no meio militar, que passou a ser cada vez mais especializado e profissional. Desta vez, as mulheres não entrariam somente durante um período específico de guerra, e retornariam ao seu findar, mas estariam incorporadas nas Forças Armadas enquanto carreira profissional.

No caso brasileiro, a incorporação de mulheres nas Forças Armadas ainda é muito recente, se comparada a outros países⁶⁷. Como afirma Giannini (2014, p. 12), estudos sugerem que no Brasil a entrada de mulheres nas Forças Armadas ocorreu a partir de um interesse interno dos próprios militares no contexto da redemocratização com o fim da ditadura que se seguiu ao golpe militar de 1964⁶⁸. A visão de que a entrada de contingentes femininos, por si só, poderia melhorar uma imagem manchada pelos excessos cometidos durante o regime constitui uma evidência das representações de gênero dominantes, em que a mulher é vista através de uma imagem estereotipada, em que predominam características consideradas naturalmente femininas, que amenizariam a imagem de brutalidade deixada pelos sequestros, assassinatos e tortura dos opositores do regime.

No Brasil, a inserção feminina nas Forças Armadas não foi pautada por uma política federal específica e homogênea, mas cada força administrou de uma maneira independente tal entrada, seguindo contextos e momentos particulares. (Giannini, 2014)⁶⁹. A Marinha foi pioneira, com a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva, em 1980; na Aeronáutica, em 1982, através do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica; no Exército, apenas em 1992, na Escola de Administração do Exército (ExAEx), atualmente chamada de Escola de Formação Complementar

⁶⁷ No Chile, por exemplo, a incorporação de mulheres nas Forças Armadas, especificamente como praças na Marinha, se deu a partir de 1937. No caso do México, o Exército permitiu a entrada de mulheres como oficiais e praças em 1938 (Donadio/Tibiletti, 2014, p. 66).

⁶⁸ Como aponta a autora, é possível consultar as análises de Mathias (2005; 2009); D'Araújo (2003); Giannini (2009) a respeito da entrada de mulheres nas Forças Armadas brasileiras.

⁶⁹ O mesmo ocorreu com Portugal, onde houve a aplicação da legislação de forma autônoma e descoordenada em cada ramo das Forças Armadas (Castelão, 1999, p. 115).

(EsFCEEx). Nos dias atuais, uma mulher possui as seguintes opções para se incorporar nas Forças Armadas brasileiras:

| Exército | Marinha | Força Aérea |
|---|--|--|
| Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx) | Corpo de fuzileiros navais (CFN) | Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR) |
| Escola de Saúde do Exército (EsSEEx) | Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) | Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR) |
| Instituto Militar de Engenharia (IME) | Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW) | Academia da Força Aérea (AFA) |
| _____ | _____ | Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) |

Fonte: Elaboração própria compilada dos sites oficiais do Exército, Marinha e Força Aérea.

Para que se entenda melhor tal inserção, é preciso diferenciar corpo auxiliar e de combate. No primeiro caso, militares, homens ou mulheres, cursaram graduação no mundo civil e somente depois foram incorporados, podendo ser militares de carreira ou temporários. É o caso de médicos, dentistas, veterinários, enfermeiros, psicólogos ou professores, dentre outras profissões. Para atuar na linha de combate é necessário ser formado nas Academias Militares – no caso do Exército, na Academia Militar das Agulhas Negras; no caso da Marinha, na Escola Naval; na Aeronáutica, na Academia da Força Aérea. No Brasil somente há militares femininas de carreira em postos de combate na Academia de Força Aérea, localizada em Pirassununga, São Paulo.

Pode-se comparar a incorporação da mulher na força de combate no Brasil com outros países no quadro abaixo:

| | Força Terrestre | | Força Naval | | Força Aérea | |
|------------------|------------------------|--------|--------------------|--------|--------------------|--------|
| | Oficiais | Praças | Oficiais | Praças | Oficiais | Praças |
| Argentina | 1997 | 1996 | 2002 | 1980 | 2001 | 1998 |
| Brasil | -- | --- | -- | -- | 1996 | 2002 |
| Chile | 1995 | 1998 | 2007 | 2009 | 2000 | 2009 |
| Paraguai | 2003 | --- | 2003 | -- | 2003 | -- |
| Uruguai | 1998 | 1972 | 2000 | 1992 | 1997 | 1997 |

Fonte: Donadio y Mazzota, 2009, p. 187.

Como se pode perceber, o Brasil é o que tem menos mulheres em serviço de combate militar. Em contraposição à situação do país destacam-se o Paraguai e o Uruguai: nesses países é permitido à mulher o acesso a todas as armas, serviços e especialidades, abrangendo as três forças (ao menos enquanto oficiais, como é o caso do Paraguai). De fato:

em todos os países do Cone Sul foi permitido o ingresso da mulher nas armas e nos serviços de combate, mesmo que em alguns casos ocorram restrições. O caso do Brasil se destaca como aquele com maiores limitações⁷⁰ (Donadio Y Mazzota, 2009, p. 188, tradução livre).

Mesmo no Chile e na Argentina, que possuem restrições em relação ao acesso de mulheres nas armas de combate, há uma política institucional, por meio do Ministério de Defesa, respaldando uma crescente incorporação das mulheres.

Como se pode observar, a Força Aérea Brasileira foi a primeira instituição militar brasileira a aceitar mulheres combatentes: em 2006, formou a primeira turma de aviadoras militares. Atualmente, o posto mais alto atingido por uma mulher na instituição no campo auxiliar é a da Coronel Médica Carla Martins, que inclusive comanda uma unidade militar, sendo sua expectativa de carreira (como de todas as mulheres) alcançar a patente de Tenente-Brigadeiro-do-Ar⁷¹.

Em relação à Marinha e ao Exército, há indícios de mudança: em agosto de 2012 as leis que estabelecem os requisitos para o ingresso de militares de carreira em suas respectivas academias foram alteradas⁷². No caso do Exército, a presidente da República Dilma Rousseff estabeleceu um prazo de cinco anos para o ingresso de mulheres militares na linha bélica. Conforme observado no capítulo anterior, primeiro ingresso de mulheres na AMAN se dará em 2018.

A Marinha foi pioneira na inserção de mulheres em dois momentos. Foi a primeira a aceitar mulheres em seus quadros (em 1980) e em novembro de 2012 uma médica anestesista foi promovida a contra-almirante. Dalva Maria Carvalho Mendes fez parte da primeira turma do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da

⁷⁰ Texto original: todos los países del Cono Sur han permitido el ingreso de la mujer a las armas y servicios de combate, aunque en algunos casos se presentan restricciones. El caso de Brasil se destaca como aquél con mayores limitaciones.

⁷¹ Fonte: Site da Força Aérea Brasileira. Disponível em: <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/21673/DIA-DAS-MULHERES---For%C3%A7a-A%C3%A9rea-tamb%C3%A9m-%C3%A9-lugar-de-mulher> Acesso em outubro de 2015.

⁷² Em relação à Marinha do Brasil, a Lei é a 12.704, de 08/08/2012; do Exército é a 12.705, de 08/08/2012.

Marinha, em 1981, e foi a primeira mulher a atingir o posto de generalato no Brasil. Afirmou em uma entrevista que é preciso “um estudo muito aprofundado” antes de inserir mulheres na linha bélica. Ainda acrescentou⁷³:

A gravidez é um problema. Já entrou num navio de guerra? Aquele cheiro de óleo é um problema. Já pensou para quem está grávida? É incompatível. Mulher não vai suportar aquilo. E quando estiver amamentando? Não é simplesmente colocar a mulher no navio.

Pelo depoimento podemos perceber que é comum observar a associação quase automática da mulher à maternidade. Apesar de atualmente a maternidade ser uma escolha, e não uma imposição, ainda é perceptível que as representações de gênero acabam por justificar o impedimento de mulheres em postos semelhantes aos homens por uma suposta condição natural feminina como mãe.

Cumprindo a legislação, em 2014, a Marinha abriu concurso oferecendo doze vagas para mulheres e 41 para homens, constituindo a primeira turma de mulheres na Escola Naval. Para receber as doze alunas, a Escola passou por modificações estruturais, como obras na enfermaria, no alojamento e nos banheiros. Além disso, três oficiais do sexo feminino foram incluídas no Comando do Corpo de Aspirantes, com a função de acompanhar a formação das alunas⁷⁴. Porém, é preciso ressaltar que às mulheres não são oferecidas as mesmas oportunidades que aos homens, pois elas somente podem ingressar na área de Intendência, ou seja, no setor administrativo. Aos homens são ofertadas as áreas de Intendência, Armada e Fuzileiros Navais.

Podemos observar o contingente feminino nas Forças Armadas brasileiras da seguinte maneira, tendo como ano-base 2014:

| Instituições | Efetivo total | Mulheres | % |
|---------------------|----------------------|-----------------|----------|
| Exército | 186.722 | 6.009 | 3,2% |
| Marinha | 68.604 | 6.922 | 10,08% |
| Aeronáutica | 67.614 | 9.322 | 13,78% |

Fonte: Ministério da Defesa, 2014.

⁷³ Reportagem “Primeira general diz que é preciso cautela com mulher militar”. Disponível em <http://vindospampas.blogspot.com.br/2012/12/primeira-general-diz-que-e-preciso.html> Acesso em dezembro de 2012.

⁷⁴ Informações disponíveis em <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/02/primeira-turma-de-aspirantes-mulheres-ingressa-em-escola-militar> Acesso em novembro de 2014.

O percentual total feminino nas forças armadas brasileiras é de 7,4%, correspondente a um efetivo total de 22.253 mulheres. Em comparação com outros países, temos:

| Países | Total de mulheres | % |
|----------------|-------------------|------|
| Israel | 58.245 | 33% |
| Estados Unidos | 294.780 | 20% |
| Canadá | 8.372 | 13% |
| Reino Unido | 17.900 | 9,1% |

Fonte: Dados OTAN de 2010 disponíveis em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/8511010.stm>

Mesmo considerando representativos os números aqui expostos, não se deve ter uma visão meramente quantitativa a respeito da incorporação feminina. Simplesmente incluir mulheres não é suficiente nem satisfatório para se concluir que elas estão em situação de igualdade com os homens. É preciso investigar e refletir sobre os postos que essas mulheres ocupam, se há liderança feminina, se há casos de assédio moral e/ou sexual e se possuem as mesmas perspectivas de carreira que seus pares masculinos.

Em abril de 2014 o Ministério da Defesa do Brasil criou sua Comissão de Gênero, tendo como finalidade primeira “estudar e propor ações visando à atuação do Ministério da Defesa na efetivação dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero, observando as peculiaridades das Forças Armadas”. De caráter consultivo, a Comissão busca ser um local de discussão sobre igualdade de gênero no âmbito institucional. Mas, apesar da existência dessa comissão e dos números animadores relativos à entrada feminina nas Forças Armadas, ainda existem muitos obstáculos para o estabelecimento de uma efetiva igualdade de gênero nas Forças Armadas. As representações de gênero predominantes nas instituições militares constituem um deles.

2.3.1 A presença da mulher no exército brasileiro

Passemos agora para o nosso caso específico, o Exército brasileiro. De acordo com fontes oficiais da própria instituição, assim temos distribuídas as mulheres na instituição:

| POSTO | Masculino | Feminino | Soma |
|-------------------------|-----------|----------|--------------|
| GENERAIS | 187 | 0 | 187 |
| CORONÉIS | 1084 | 0 | 1084 |
| TENENTES CORONÉIS | 1928 | 32 | 1960 |
| MAJORES | 3199 | 282 | 3481 |
| CAPITÃES | 4598 | 532 | 5130 |
| 1º TENENTE | 7145 | 415 | 7560 |
| 2º TENENTE E ASPIRANTES | 5836 | 3034 | 8870 |
| SOMA PARCIAL | 23977 | 4295 | 28272 |

| GRADUAÇÃO | Masculino | Feminino | Soma |
|---------------------------|-----------|----------|---------------|
| SUBTENENTE | 6464 | 0 | 6464 |
| 1º SARGENTO | 7420 | 0 | 7420 |
| 2º SARGENTO | 10596 | 0 | 10596 |
| 3º SARGENTO | 14081 | 1714 | 15795 |
| QUADRO ESPECIAL SARGENTOS | 10675 | 0 | 10675 |
| CABOS | 23912 | 0 | 23912 |
| TAIFERO | 157 | 0 | 157 |
| SOLDADOS | 94876 | 0 | 94876 |
| SOMA PARCIAL | 168181 | 1714 | 169895 |

| | Masculino | Feminino | Soma |
|---------------------------------------|---------------|-------------|---------------|
| EFETIVO DO EXÉRCITO BRASILEIRO | 192158 | 6009 | 198167 |

Fonte: Exército brasileiro, ano de 2014.

A Escola de Formação Complementar do Exército – EsFCEEx – foi o primeiro local que mulheres foram incorporadas por meio de concurso público, em 1992. Os depoimentos das mulheres que lá trabalham ou fazem curso certamente são fontes essenciais para o presente trabalho, e investigar o que pensam tais militares a respeito da inserção feminina em um local historicamente masculino é imprescindível para uma melhor compreensão da relação entre homens e mulheres militares.

Após entrar em contato com a Comunicação Social da Escola e o envio de ofício com aval de minha orientadora, fui autorizada a visitar e aplicar questionários com as militares que lá trabalham. No fim de maio de 2015, cheguei à Escola com

32 questionários⁷⁵ a serem respondidos. Fui recebida pela Major Nadja, responsável pelas Relações Públicas, em uma terça-feira. A Major propôs que eu deixasse os questionários e retornasse à escola na sexta-feira pela manhã, e caso houvesse disponibilidade, eu poderia entrevistar algumas oficiais de carreira com perguntas abertas. Nesse ínterim, fui convidada para participar de um Simpósio em comemoração aos 70 anos da Força Expedicionária Brasileira, a FEB, ao que prontamente aceitei, pois sabia que quanto mais militares eu conhecesse, melhor a pesquisa poderia fluir.

Na sexta-feira pela manhã, conforme combinado, retornei à Escola e recebi os questionários já preenchidos. Consegui entrevistar pessoalmente duas Majores de carreira, e como havia conhecido no dia anterior o capitão instrutor da Escola, me foi autorizado conversar com 25 alunas oficiais em seu intervalo de 10 minutos, que estavam na escola havia dois meses para seu curso de formação. Certamente não é uma tarefa fácil conversar com 25 mulheres ao mesmo tempo em um curto intervalo de 10 minutos, porém, eu sabia que não tinha opções. Os horários da Escola são pré-estabelecidos e há uma rotina prevista, portanto, fazer um trabalho de campo em uma instituição com esses moldes é ainda mais complicado. Neste caso, eu precisava aproveitar cada chance e oportunidade que poderiam surgir, ou do contrário, minha pesquisa ficaria limitada aos questionários.

Ao entrar no auditório, vi que as militares estavam lanchando e os homens foram ordenados a sair do recinto. Porém, o capitão que me disponibilizou as entrevistas permaneceu no local, no fundo, observando e escutando tudo que seria falado. Eu não me mostrei incomodada com sua presença, continuei agindo normalmente com algumas perguntas que tinha e depois de cinco minutos ele se aproximou e disse que a pesquisa era muito extensa para apenas dez minutos, e me perguntou se eu queria voltar a tarde. Eu prontamente aceitei, mas as próprias militares lembraram ao capitão que na parte da tarde elas já teriam outras obrigações a cumprir, logo não seria possível. Ele então afirmou que se não houvesse o exercício pré-estabelecido e inclusive compartilhado com homens, minhas entrevistas seriam prontamente autorizadas.

Esse episódio do capitão distante e depois se aproximando de mim me fez recordar um texto de Celso Castro (2009). Para o antropólogo, é crucial para o

⁷⁵ Os questionários foram inspirados no trabalho de Carreiras (1997) em sua pesquisa com as militares portuguesas.

pesquisador ser identificado como “amigo” do Exército para o bom andamento da pesquisa, pois ainda há certo receio no meio militar que o civil porventura possa divulgar algo prejudicial à imagem da instituição, imagem essa manchada após os anos de ditadura civil-militar (1964-1985). Assim, creio que o capitão me observava de longe, escutando com atenção minhas perguntas às mulheres e ao perceber que eu não ofereceria “nenhuma ameaça”, se aproximou e me ofereceu mais tempo. Infelizmente, não foi possível posterior contato com as militares, e minha visita na EsFCEx se restringiu à aplicação dos questionários e duas entrevistas qualitativas, além, claro, do breve contato com as alunas no auditório.

Em todo o momento estava ciente das limitações que um questionário possui, principalmente porque não permite aprofundar determinadas questões, como numa entrevista. Porém, mesmo assim optei por este instrumento de pesquisa para conseguir ouvir o maior número de militares possível. Na aplicação do questionário, procurei contemplar diferentes categorias: dos 32 questionários, 8 foram preenchidos por sargentos temporárias, 10 por alunas oficiais, 4 por militares oficiais temporárias e 10 por militares oficiais de carreira. As perguntas foram divididas em duas partes: a primeira preocupava-se em identificar as mulheres, a segunda visava investigar as relações interpessoais e questões relativas à integração de mulheres nas Forças Armadas.

As informações recolhidas possibilitam o esclarecimento de algumas questões importantes, servindo como indicativo para compreender o processo de incorporação feminina nas Forças Armadas na visão das militares brasileiras. Como a identificação era opcional, muitas mulheres não informaram seus dados pessoais, como idade e estado civil, o que me deixou impossibilitada de traçar um perfil mais completo de cada uma. Tive consciência de que ao propor às militares uma identificação opcional seria impedida de realizar uma análise mais aprofundada de seus perfis, inclusive ao comparar as categorias, porém, ao não se identificarem, as mulheres puderam discorrer mais livremente sobre os temas propostos, sem a preocupação de que suas opiniões fossem conhecidas, o que é compreensível considerando-se a disciplina militar. Nos questionários, a opção “outras razões”, permitia que emitissem opiniões fora do previsto para as respostas.

É preciso diferenciar as duas categorias do universo pesquisado: as militares temporárias e de carreira. Para ambos os sexos, o militar temporário, tanto como oficial ou sargento, ingressa no Exército após realizar uma seleção conduzida

especificamente pelas Regiões militares (são 12 espalhadas pelo território brasileiro). O serviço militar temporário possui a duração de 12 meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, caso haja interesse de ambas as partes, mas o prazo não pode exceder oito anos de serviços efetivos, sejam contínuos ou não. Para a seleção de candidatos, as regiões militares publicam o “Aviso de convocação⁷⁶”, e no caso da formação do militar temporário oficial, inicialmente há um estágio de adaptação e serviço (EAS) – de caráter obrigatório ou voluntário dependendo das características dos candidatos, como por exemplo serem concluintes de seus cursos de graduação e o fato de não terem prestado serviço militar obrigatório anteriormente. Em um segundo momento, o candidato a oficial temporário deverá passar pelo Estágio de Serviço Técnico (EST), desta vez uma obrigatoriedade para todos os integrantes das categorias profissionais de nível superior.

No caso de sargentos temporários, a seleção passa pelo Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST), destinado àqueles que possuam diploma de nível médio técnico em área de formação de interesse do Exército, sendo dividido em duas etapas: a instrução técnico-militar e, após quarenta e cinco dias, a instrução técnico-profissional.

A outra categoria é a de militares de carreira. Especificamente no caso feminino, há quatro instituições do Exército que aceitam mulheres em seus quadros por meio de concursos públicos: a Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx), Escola de Saúde do Exército (EsSEEx), Instituto militar de Engenharia (IME) e Escola de Sargentos de Logística (EsSLog). As mulheres podem então ingressar como integrantes do Quadro de Engenheiros Militares (QEM), Quadro Complementar de Oficiais (QCO) e no Serviço de Saúde. Neste caso, as opções de transferência para as mulheres são mais limitadas que as dos homens, uma vez que já ingressam na carreira escolhendo o local de trabalho, além de já possuírem graduação no meio civil. O processo é bem diferente de um oficial recém-formado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), pois a ideia é que conheçam o território brasileiro e não estejam alocados em um só Estado por um longo período de tempo.

⁷⁶ Para consulta, o aviso de convocação de 2015 está disponível em http://www.1rm.eb.mil.br/documentos/sammed/convocacao2015-16/OTT/Ac_Convoc_002_EST.pdf Acesso em outubro de 2015.

As alunas oficiais da EsFCEEx, outra categoria presente na pesquisa, passam por um processo de formação que dura nove meses, visando “doutrinar o aluno à realidade do Exército, construindo uma base sólida para auxiliar o novo militar a desempenhar as atividades de suas especialidades nos quartéis⁷⁷”. O curso é dividido em duas etapas: instruções militares (estudo de armamentos, tiros, regulamentos oficiais internos) e disciplinas das áreas que condizem com a formação das alunas, que abarcam as graduações de Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Direito, Economia, Enfermagem, Estatística, Informática, Magistério, Psicologia, Pedagogia e Veterinária. Após o término do curso, as alunas são promovidas ao posto de primeiro-tenente de carreira, sendo designadas para ocupar cargos em uma das organizações militares espalhadas pelo Brasil, fazendo assim parte do Quadro Complementar de Oficiais (QCO). O posto hierárquico máximo que um militar do QCO poderá atingir, homem ou mulher, é o de tenente-coronel.

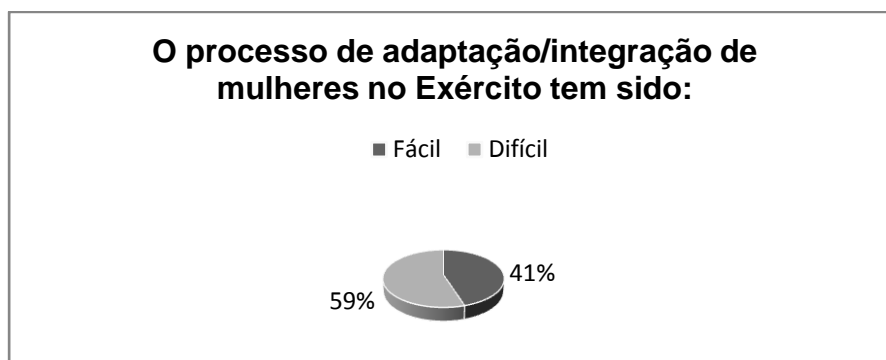
O Quadro Complementar de Oficiais foi criado em outubro de 1989, pela Lei 7.831⁷⁸, “destinado a suprir as necessidades de suas Organizações Militares - OM com pessoal de nível superior para o desempenho de atividades complementares”. Em 1992 a primeira turma de oficiais de ambos os sexos homenageou Maria Quitéria, personagem que já abordamos anteriormente, inclusive enquanto patrono no Quadro de oficiais.

Os resultados dos questionários respondidos pelas militares da EsFCEEx foram assim apresentados: inicialmente, aparecem as respostas de todas as categorias tomadas em conjunto (oficiais alunas, sargentos temporárias, militar oficial temporária e militar oficial de carreira). Após o resultado geral, são apresentados os dados por categoria. Unindo todas as categorias, as respostas sobre a questão se o processo de adaptação ou integração de mulheres no Exército tem sido fácil ou difícil, as militares, responderam⁷⁹:

⁷⁷ Informações retiradas do site <http://www.rumoaesfcex.com.br/a-esfcex/> Acesso em outubro de 2015.

⁷⁸ Para consulta, a lei está disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L7831.htm Acesso em outubro de 2015.

⁷⁹ As porcentagens agregam as modalidades muito fácil e muito difícil.



Dentre os motivos pelos quais a inserção feminina foi considerada fácil pelas militares, temos:

| | |
|---|-----|
| a) Os militares brasileiros aceitarem bem a presença de mulheres nas Forças Armadas | 7% |
| b) As mulheres darem provas de boa capacidade de desempenho das tarefas militares | 57% |
| c) A sociedade brasileira acolher favoravelmente a inserção de mulheres nas Forças Armadas | 10% |
| d) Existência de igualdade de oportunidades e tratamento entre militares masculinos e femininos | 10% |
| e) Existência de espírito de camaradagem e ajuda entre homens e mulheres. | 16% |

Dentre os motivos pelos quais a inserção feminina foi considerada difícil pelas militares, temos:

| | |
|--|-----|
| a) Os militares brasileiros ainda não estão preparados para aceitar a presença de mulheres nas Forças Armadas | 52% |
| b) As mulheres ainda não estão preparadas para desempenhar tarefas militares | 3% |
| c) A sociedade brasileira não está preparada para ver com bons olhos as mulheres que queiram integrar-se nas Forças Armadas. | 7% |
| d) Concorrência pouco leal entre homens e mulheres | 12% |
| e) Inexistência de um verdadeiro espírito de camaradagem entre homens e mulheres. | 26% |

Interessante notar que a resposta de menor porcentagem daquelas que acham fácil a integração feminina foi a de que os militares brasileiros aceitam bem a presença de mulheres nas Forças Armadas (7%), justamente a maior porcentagem daquelas que acham difícil a inserção (52%): “os militares brasileiros ainda não estão preparados para aceitar a presença de mulheres nas Forças Armadas”. Ou seja, apesar de opiniões diferentes (fácil ou difícil), em sua maioria, as militares

acabaram evidenciando a visão de que os militares masculinos ainda não estão preparados para a entrada de mulheres em seu local de trabalho.

Ainda pedimos às militares, unindo todas as categorias, que assinalassem o grau de concordância⁸⁰ com as seguintes afirmações:

| | Concordo | Discordo |
|--|-----------------|-----------------|
| 1. A presença de mulheres favorece a instituição militar | 100% | |
| 2. As mulheres militares têm que se esforçar por provar que são capazes de fazer o que os homens fazem. | 44,7% | 55,3% |
| 3. Nas Forças Armadas, as mulheres têm que adaptar-se aos valores militares e alterar sua maneira de ser. | 55,1% | 44,9% |
| 4. Nas Forças Armadas as mulheres são muito protegidas. | 3,4% | 96,6% |
| 5. Nas Forças Armadas as mulheres militares são pouco levadas a sério. | 41,3% | 58,7% |
| 6. Nas Forças Armadas, o fato de ser homem ou mulher não interfere na avaliação das capacidades e desempenhos de cada militar. | 48,4% | 51,6% |
| 7. As mulheres militares são muito mais controladas nas suas atividades. | 69,1% | 30,9% |
| 8. Nas Forças Armadas as mulheres são antes vistas como mulheres e só depois como militares. | 41,2% | 58,8% |

O que nos chamou atenção nestes dados foi a unanimidade em se considerar que a presença de mulheres favorece a instituição militar. A pergunta que permanece e que não foi possível responder pela impossibilidade de entrevistá-las pessoalmente é: Como acham que a presença de mulheres favorece a instituição? No sentido da imagem institucional? Em relação à sociedade? Por objetivos estratégicos do Estado? A própria unanimidade da resposta aponta para a necessidade de posterior investigação.

⁸⁰ As porcentagens agregam as modalidades concordo totalmente e tendo a concordar e por outro lado tendo a discordar e discordo totalmente.

Merece destaque a opinião a respeito da afirmação “nas Forças Armadas as mulheres são muito protegidas”. Apesar de 96,6% afirmarem que discordam que sejam protegidas, pelos depoimentos ouvidos, como no exemplo que veremos a seguir, algumas militares responderam que há certa “discriminação positiva” em relação a elas, pelo fato de serem mulheres. Uma tenente, na ocasião de meu encontro com as 25 alunas no auditório da EsFCEEx, afirmou:

Além da diferença física, eu digo que é diferente. A “mijada*” que o homem leva é muito maior que a “mijada” que a mulher leva. Exemplo: o comandante dava uma ordem. Se eu digo que não entendi, ele repete, mas se for um homem ele pergunta: como não entendeu? Então tem um pouco mais de paciência.

*Mijada: sermão de um superior

A análise dos dados por categorias é importante para que se perceba como as diferentes posições na instituição incidem sobre as respostas. Se há, por exemplo, diferenciação entre as militares oficiais de carreiras ou temporárias; ou mesmo entre oficiais e praças. Iniciemos pelas oficiais alunas da EsFCEEx, que haviam começado o curso em março de 2015 (minha visita ocorreu em maio de 2015). Ao perguntar se o processo de adaptação ou integração de mulheres no Exército tem sido fácil ou difícil, as alunas (10 no total) responderam de forma equilibrada, uma vez que cinco responderam que acham a incorporação fácil e cinco afirmaram que consideram difícil. As que responderam fácil, afirmaram que se deve ao fato de que:

| | |
|---|---|
| a) Os militares brasileiros aceitem bem a presença de mulheres nas Forças Armadas | |
| b) As mulheres darem provas de boa capacidade de desempenho das tarefas militares | 6 |
| c) A sociedade brasileira acolher favoravelmente a inserção de mulheres nas Forças Armadas | |
| d) Existência de igualdade de oportunidades e tratamento entre militares masculinos e femininos | 1 |
| e) Existência de espírito de camaradagem e ajuda entre homens e mulheres. | 3 |

As que responderam difícil, afirmaram que:

| | |
|---|---|
| a) Os militares brasileiros ainda não estão preparados para aceitar a presença de mulheres nas Forças Armadas | 7 |
| b) As mulheres ainda não estão preparadas para desempenhar tarefas militares | 2 |

| | |
|--|---|
| c) A sociedade brasileira não está preparada para ver com bons olhos as mulheres que queiram integrar-se nas Forças Armadas. | 1 |
| d) Concorrência pouco leal entre homens e mulheres | |
| e) Inexistência de um verdadeiro espírito de camaradagem entre homens e mulheres. | |

Apesar do equilíbrio das respostas a respeito da incorporação feminina nas Forças Armadas ser fácil ou difícil, percebe-se como, ao mesmo tempo, a maioria das alunas acredita que ainda que as militares brasileiras já tivessem provado sua capacidade e desempenho nas tarefas, os militares brasileiros ainda não estão preparados para tal inserção. Ou seja, não é uma questão de incapacidade, mas de aceitação por meio de seus pares. Uma tenente-aluna de 30 anos assinalou a opção “outras razões” referentes às questões acima (dentre aquelas que achavam a incorporação difícil) e escreveu: “a exigência das mulheres por parte do Exército, em diversas atividades, é elevada. A cobrança tem como base o desempenho dos homens”, ou seja, mais uma vez o referencial é masculino. As alunas também expressaram suas opiniões de acordo com as afirmativas abaixo:

| | Concordo | Discordo |
|--|-----------------|-----------------|
| 1. A presença de mulheres favorece a instituição militar | 10 | |
| 2. As mulheres militares têm que se esforçar por provar que são capazes de fazer o que os homens fazem. | 7 | 3 |
| 3. Nas Forças Armadas, as mulheres têm que adaptar-se aos valores militares e alterar sua maneira de ser. | 4 | 6 |
| 4. Nas Forças Armadas as mulheres são muito protegidas. | | 10 |
| 5. Nas Forças Armadas as mulheres militares são pouco levadas a sério. | 1 | 9 |
| 6. Nas Forças Armadas, o fato de ser homem ou mulher não interfere na avaliação das capacidades e desempenhos de cada militar. | 7 | 3 |
| 7. As mulheres militares são muito mais controladas nas suas atividades. | 7 | 3 |
| 8. Nas Forças Armadas as mulheres são antes vistas como mulheres e só depois como militares. | 3 | 7 |

Também nesse caso, infelizmente, não foi possível apurar em que sentido consideravam que as mulheres favoreciam as instituições militares.

A segunda categoria é a das mulheres que são sargentos temporários, oito no total. Neste caso, foi a única categoria em que houve unanimidade a respeito da incorporação feminina nas Forças Armadas, uma vez que todas afirmaram que consideram a incorporação feminina difícil: E, segundo elas, isto se deve ao fato de:

| | |
|--|---|
| a) Os militares brasileiros ainda não estão preparados para aceitar a presença de mulheres nas Forças Armadas | 3 |
| b) As mulheres ainda não estão preparadas para desempenhar tarefas militares | |
| c) A sociedade brasileira não está preparada para ver com bons olhos as mulheres que queiram integrar-se nas Forças Armadas. | |
| d) Concorrência pouco leal entre homens e mulheres | 2 |
| e) Inexistência de um verdadeiro espírito de camaradagem entre homens e mulheres. | 3 |

Há, portanto, unanimidade entre aquelas que acreditam que a incorporação feminina tem sido difícil, e são respostas que confluem: tanto os militares ainda não estão preparados para aceitar tal incorporação quanto não haveria um espírito de camaradagem entre homens e mulheres. A seguir, as opiniões das sargentos sobre as afirmativas abaixo:

| | Concordam | Discordam |
|--|-----------|-----------|
| 1. A presença de mulheres favorece a instituição militar | 8 | |
| 2. As mulheres militares têm que se esforçar por provar que são capazes de fazer o que os homens fazem. | | 8 |
| 3. Nas Forças Armadas, as mulheres têm que adaptar-se aos valores militares e alterar sua maneira de ser. | 8 | |
| 4. Nas Forças Armadas as mulheres são muito protegidas. | | 8 |
| 5. Nas Forças Armadas as mulheres militares são pouco levadas a sério. | 8 | |
| 6. Nas Forças Armadas, o fato de ser homem ou mulher não interfere na avaliação das capacidades e desempenhos de cada militar. | 7 | 1 |
| 7. As mulheres militares são muito mais controladas nas suas atividades. | 8 | |
| 8. Nas Forças Armadas as mulheres são antes vistas como mulheres e só depois como militares. | | 8 |

Como se pode perceber, as mulheres sargentos—responderam de forma unânime a todas as questões, com exceção de uma delas. Ao contrário das alunas oficiais, afirmam que as mulheres não têm que se esforçar para provarem que são capazes de fazer o que os homens fazem. Por outro lado, se a maioria das alunas,

tomadas em seu conjunto, afirmou que as mulheres não têm que se adaptar aos valores militares, as que são sargentos por unanimidade afirmaram que sim, que é preciso toda uma internacionalização do *ethos* militar. E consideram que, mesmo assim, isto é, com a suposta incorporação dos “valores militares”, afirmam que as mulheres são pouco levadas a sério na instituição. Ao mesmo tempo, elas discordam que nas Forças Armadas as mulheres são antes vistas como mulheres e só depois como militares, talvez por acreditarem que elas conseguem se adaptar aos valores específicos da instituição.

As duas últimas categorias serão analisadas de forma comparativa, pois diferem as militares oficiais temporárias das de carreira. No primeiro caso, quatro responderam ao questionário sobre o fato da incorporação feminina ser fácil e quatro responderam ser difícil. As que responderam fácil ou muito fácil, pensam que isso será devido a:

| | |
|---|---|
| a) Os militares brasileiros aceitarem bem a presença de mulheres nas Forças Armadas | |
| b) As mulheres darem provas de boa capacidade de desempenho das tarefas militares | 2 |
| c) A sociedade brasileira acolher favoravelmente a inserção de mulheres nas Forças Armadas | 2 |
| d) Existência de igualdade de oportunidades e tratamento entre militares masculinos e femininos | |
| e) Existência de espírito de camaradagem e ajuda entre homens e mulheres. | |

As que responderam difícil ou muito difícil, pensam que isso será devido a:

| | |
|--|---|
| a) Os militares brasileiros ainda não estão preparados para aceitar a presença de mulheres nas Forças Armadas | 2 |
| b) As mulheres ainda não estão preparadas para desempenhar tarefas militares | |
| c) A sociedade brasileira não está preparada para ver com bons olhos as mulheres que queiram integrar-se nas Forças Armadas. | 2 |
| d) Concorrência pouco leal entre homens e mulheres | |
| e) Inexistência de um verdadeiro espírito de camaradagem entre homens e mulheres. | |

Interessante observar como as respostas acima representam o oposto. As que pensam ser fácil a incorporação feminina nas Forças Armadas, acreditam que isto se deve ao fato de que tanto as militares já deram prova de sua capacidade quanto a recepção da sociedade brasileira é benéfica à entrada feminina. As que acreditam ser difícil, afirmaram que tanto os militares não estão preparados para receber tais mulheres quanto a sociedade brasileira também não está preparada para “ver com bons olhos as mulheres que queiram integrar-se nas Forças

Armadas”. As visões a respeito da sociedade brasileira são, portanto, conflitantes. Quanto às afirmativas abaixo, as militares temporárias afirmaram:

| | Concordo | Discordo |
|--|-----------------|-----------------|
| 1. A presença de mulheres favorece a instituição militar | 4 | |
| 2. As mulheres militares têm que se esforçar por provar que são capazes de fazer o que os homens fazem. | 2 | 2 |
| 3. Nas Forças Armadas, as mulheres têm que adaptar-se aos valores militares e alterar sua maneira de ser. | 2 | 2 |
| 4. Nas Forças Armadas as mulheres são muito protegidas. | | 4 |
| 5. Nas Forças Armadas as mulheres militares são pouco levadas a sério. | 2 | 2 |
| 6. Nas Forças Armadas, o fato de ser homem ou mulher não interfere na avaliação das capacidades e desempenhos de cada militar. | 3 | 1 |
| 7. As mulheres militares são muito mais controladas nas suas atividades. | 2 | 2 |
| 8. Nas Forças Armadas as mulheres são antes vistas como mulheres e só depois como militares. | 3 | 1 |

Duas respostas nos chamaram a atenção: se as militares não são protegidas na instituição, então a lógica não seria que elas não deveriam ser vistas antes como mulheres e só depois como militares, exatamente o contrário do que afirmaram as entrevistadas? Se não houvesse uma suposta “proteção”, elas não deveriam ser tratadas com a chamada “discriminação positiva”.

Passemos agora para a última categoria, a de militares oficiais de carreira, dez no total. Para seis mulheres, a incorporação feminina nas Forças Armadas tem sido fácil e quatro difícil. Dentre aquelas que acreditam ser fácil tal inserção, a maioria afirmou que as mulheres já deram prova de boa capacidade de desempenho:

| | |
|---|---|
| a) Os militares brasileiros aceitem bem a presença de mulheres nas Forças Armadas | 1 |
| b) As mulheres darem provas de boa capacidade de desempenho das tarefas militares | 6 |
| c) A sociedade brasileira acolher favoravelmente a inserção de mulheres nas Forças Armadas | 1 |
| d) Existência de igualdade de oportunidades e tratamento entre militares masculinos e femininos | 1 |
| e) Existência de espírito de camaradagem e ajuda entre homens e mulheres. | 1 |

Dentre as que acham difícil, as respostas apontadas foram:

| | |
|--|---|
| a) Os militares brasileiros ainda não estão preparados para aceitar a presença de mulheres nas Forças Armadas | 5 |
| b) As mulheres ainda não estão preparadas para desempenhar tarefas militares | 1 |
| c) A sociedade brasileira não está preparada para ver com bons olhos as mulheres que queiram integrar-se nas Forças Armadas. | 1 |
| d) Concorrência pouco leal entre homens e mulheres | 2 |
| e) Inexistência de um verdadeiro espírito de camaradagem entre homens e mulheres. | 1 |

As respostas mais destacadas se complementam no sentido de afirma que, apesar da capacidade das mulheres para a vida militar já ter sido suficientemente demonstrada, os homens ainda não estão preparados para aceitá-las. Essa afirmação remete, necessariamente, para as representações de gênero, que desqualificam a mulher para as atividades consideradas masculinas. Essas representações resistem ainda quando a realidade as desmente. E as mulheres demonstram ter consciência disso.

A consciência desse problema aparece também nas respostas dadas na opção “outras razões”, que aparecia abaixo das alternativas acima explicitadas. Algumas oficiais de carreira complementaram suas respostas. No primeiro caso, uma major, que havia selecionado a opção “difícil” para caracterizar a inserção feminina nas Forças Armadas, afirmou:

Apesar de concordar com a alternativa b, que diz que as mulheres dão prova de boa capacidade de desempenho das tarefas militares, considero a integração das mulheres difícil, não por causa delas, mas por causa do machismo, da resistência da instituição Exército a mudanças de modo geral, por mais que as mulheres dêem provas de capacidade profissional elevada.

Outra major que selecionou a mesma opção afirmou:

O Exército foi a última das Forças Armadas a incluir as mulheres. Isso me sugere alguma resistência à “novidade”, mas não foi possível se manter nessa posição. A chegada das mulheres era inevitável e teve que ser “engolida” por alguns.

Sobre as afirmativas abaixo, as oficiais de carreira responderam:

| | Concordo | Discordo |
|--|----------|----------|
| 1. A presença de mulheres favorece a instituição militar | 10 | |
| 2. As mulheres militares têm que se esforçar por provar que são capazes de fazer o que os homens fazem. | 8 | 2 |
| 3. Nas Forças Armadas, as mulheres têm que adaptar-se aos valores militares e alterar sua maneira de ser. | 6 | 4 |
| 4. Nas Forças Armadas as mulheres são muito protegidas. | 2 | 8 |
| 5. Nas Forças Armadas as mulheres militares são pouco levadas a sério. | 4 | 6 |
| 6. Nas Forças Armadas, o fato de ser homem ou mulher não interfere na avaliação das capacidades e desempenhos de cada militar. | 2 | 8 |
| 7. As mulheres militares são muito mais controladas nas suas atividades. | 5 | 5 |
| 8. Nas Forças Armadas as mulheres são antes vistas como mulheres e só depois como militares. | 8 | 2 |

Percebe-se como as respostas às vezes são discordantes das respostas das oficiais temporárias. A maioria respondeu que as mulheres têm que se esforçar para provar que são capazes, que não são protegidas e são levadas a sério na instituição. No entanto, segundo as militares, as mulheres são antes vistas como mulheres e só depois como militares. Ou seja, há, segundo elas, uma diferenciação entre homens e mulheres, que coloca a sua condição de mulher como determinante dentro da instituição.

A entrada de mulheres no Exército não apresentou desafios somente em seu início, na década de 1990. Ainda atualmente eles persistem, e isto é mais visível sempre que uma militar ousa realizar o que antes ainda não havia sido feito por uma mulher. Como exemplo, temos a trajetória de duas mulheres pioneiras do curso básico de pára-quedista do Exército, no ano de 2006⁸¹, as tenentes temporárias Paula Raquel e Ivi Santos. A tenente Paula Raquel conclamou as mulheres militares na reportagem oficial afirmando: “venham acreditando que é possível. Agora será mais fácil, pois nós abrimos o caminho”. Essa frase ratifica a opinião das militares reunidas naquele auditório na EsFCEEx, em maio de 2015. Na ocasião, as militares ressaltaram que a representação é muito importante, pois ter mulheres que atingiram patamares não antes alcançados faz toda diferença em suas carreiras.

⁸¹ Fonte: Revista Verde Oliva, número 187. Reportagem “A mulher verde-oliva no céu do Brasil”.

O curso pára-queda, de duração de seis semanas, até então era composto apenas por homens. Quando os instrutores perguntaram para a turma mista da Brigada de Infantaria Pára-Quedista quem gostaria de se voluntariar, três tenentes mulheres levantaram o braço. De acordo com a Tenente Ivi Santos, neste momento⁸²:

Os instrutores e monitores riam e não entendíamos. Depois ficamos sabendo que não aceitavam mulheres e que havia sim certo preconceito ou quem sabe preocupação por parte deles de que as mulheres pudessem quebrar a mística pára-queda. Eles estavam brincando com a gente quando faziam a pergunta e não imaginavam que uma mulher conseguisse superar todas as dificuldades.

Mesmo com essa recepção inicial, as tenentes Paula Raquel e Ivi Santos entraram no curso, uma vez que “qualquer um poderia se voluntariar”, passaram pela preparação física e conseguiram se formar. A tenente Ivi afirmou que elas eram mais cobradas e colocadas mais à prova, inclusive com um aluno do curso as chamando de pára-raio, “pois os alunos ao nosso redor eram esquecidos, o foco ficava em nós”. Mais uma vez percebe-se que o argumento de incapacidade feminina é uma falácia reproduzida por aqueles que acreditam que o meio militar deve permanecer inalterado, idealizado por uma lógica viril masculina.

Nas duas oportunidades que tive de entrevistar pessoalmente as militares, a fala de uma major de carreira da EsFCEX merece destaque. Na ocasião perguntei se faria diferença o fato dela ser mulher no Exército, ao que ela⁸³ afirmou:

Faz. Assim, a adaptação no Exército pra mim foi difícil. A mim ao Exército não, mas do Exército para as mulheres, sim. Eu convivi com pessoas muito mais antigas, e os homens tinham aquela coisa do não saber. E nesse não saber muita gente entende como benefício, e eu nunca considerei benefício. Eu sempre fiz questão de um tratamento igualitário. Então tinha assim: se tivesse eu e um colega meu, um tenente, e tem uma missão que é uma marcha, meu chefe automaticamente iria chamar o tenente, por quê? Porque ele é homem. Hoje isso ainda existe? Existe, essa coisa do olhar. Outra coisa: está eu e um colega meu (no Exército ninguém é igual a ninguém, existe a questão da hierarquia), então tem eu e o “Major João”, o Major João pode ter saído Major ontem, se chegar alguém aqui sempre vai achar que ele é o mais antigo. Isso aconteceu sempre. Toda vez que eu trabalhei com um homem de posto igual ele vai ser referência por que ele é homem.

⁸² Revista Verde Oliva, ano XXXII, número 187, jan/fev/mar 2006, p. 44.

⁸³ A identidade das entrevistadas será mantida em sigilo.

Para além das diferenças biológicas entre homens e mulheres, que são vistas como naturais e, portanto, imutáveis, essas mulheres sentem um tratamento diferenciado baseado em seu sexo, havendo uma homogeneização do ser mulher, já que o fato de terem vagina as coloca em uma categoria diferenciada. Elas são “o outro”, pois a referência sempre será o masculino, mesmo que hierarquicamente possuam a mesma patente. Mais do que mapearmos as diferenças percebidas pelas militares em suas carreiras, cabe-nos elucidar como a justificativa biológica acaba por construir uma diferenciação interna que perpetua a ideia dos papéis previamente definidos para cada sexo. A construção de uma identidade passa por um duplo processo, tanto externo quanto interno. De acordo com Pinto (1991, p. 218), o processo de identificação passa pela ideia de pertença ou referência, enquanto que o processo de identização refere-se à autonomia de se diferenciar socialmente, fixando em relação a outros, distâncias e fronteiras. No caso militar, como vimos anteriormente, há uma imersão em um *ethos* específico nas academias, que acaba por referenciar os papéis sexuais pré-estabelecidos, e este *ethos* acaba por excluir as mulheres de seu referencial. A questão se apresenta é como haver um processo de identificação militar feminina sem a necessidade de se masculinizar ou transformar-se em um ser frágil, puro e indefeso. Certamente esta não é uma questão com uma resposta pronta, mas é um processo em construção que deve envolver tanto homens quanto mulheres, e nesta interação poderá surgir uma identificação da mulher militar sem a necessidade dela se transformar em algo que ela supostamente deveria ser: alguém com comportamentos tidos como masculinos.

É um grande desafio não passar por esse esquema dual, que coloca mulheres frágeis e indefesas de um lado e masculinizadas (portanto capazes para a guerra) de outro. A própria instituição militar acaba reforçando estereótipos do ser mulher. Por exemplo, no dia internacional da mulher, dia 08 de março de 2015, o Ministério da Defesa postou um vídeo em seu perfil oficial do *facebook* “em homenagem às mulheres militares e civis do Ministério da Defesa”⁸⁴. De fundo musical sexy, com a trilha sonora de Nina Simone “*Feeling good*”, o vídeo mostra mulheres passando rímel, mesas com detalhes rosa, porta caneta em forma de salto alto, enfim, passando uma imagem ideal de feminilidade. Os depoimentos mostram a complexidade das relações entre o que consideram características e obrigações

⁸⁴ Acesso em abril de 2015. Vídeo disponível em <https://www.facebook.com/video.php?v=785952034831165&fref=nf>

femininas, incluindo aí os cuidados com a casa e a família, e a sua vida profissional em um *lócus* definido como masculino⁸⁵.

Quando a gente entra na instituição militar a gente aprende que nós não temos por definição o sexo, ou um lugar, então nós aprendemos que nós vamos aderir à identidade militar e ocupar um lugar como oficial ou como praça de acordo com a nossa graduação. (...) Ao longo da carreira ocupei locais que não seriam aparentemente femininos, mas dentro da instituição militar isso é um valor e é algo que considero altamente positivo para as mulheres.

Capitão-de-corveta Ana Paula – Psicóloga – Hospital das Forças Armadas

É uma tripla jornada, porque nós não trabalhamos em horário comercial, são três turnos – de manhã, a tarde e madrugada. Às vezes eu chego em casa de madrugada e fico com minha neném, e assim a gente vai na rotina”.

Sargento Isabel – Controladora de voo.

Acordo, levo a filha na escola, aí depois vou pra casa, venho pra cá, e depois que termino o expediente vou buscar minha filha, aí chego em casa, preparo a janta, dar uma olhada na mochila, se tem roupa pra lavar, se tem comida pra amanhã, deixar o almoço pronto pra ela. Enfim, tem coisas que eu realmente gosto de fazer então não me atrapalha muito.

Major Cristina, Adjunta de Mídias Sociais do Exército.

O militar dá mais valor pra gente do que o próprio civil. (...) A mulher tem que cuidar de casa, tem que cuidar dos filhos, tem que cuidar de marido e ainda mais o trabalho, quando ela trabalha fora. Mas a mulher ela concilia tudo, ela tem um jeitinho, Deus fez a mulher já pronta pra isso.

Maria das Graças Araújo, servidora civil do Ministério da Defesa.

O discurso dessas mulheres mostra como as representações tradicionais de gênero persistem, reproduzindo uma visão de mundo em que a mulher ainda pertence ao lar e reiterando seus compromissos com o cuidado com filhos e o marido. Mesmo mulheres que optaram por entrar em uma carreira considerada tipicamente masculina, não conseguem se desvencilhar desses estereótipos. A presença feminina no espaço público se defronta, assim, com os limites constituídos pelas obrigações assumidas no espaço privado, consideradas naturalmente femininas. O vídeo parece uma tentativa de provar que as mulheres permanecem femininas na instituição militar, reforçando a ideia de que elas não precisam abdicar de seu “lugar natural” para prosseguirem com sua carreira profissional.

⁸⁵ Os nomes das depoentes são referenciados no vídeo.

Na página oficial do Exército no *facebook* em outubro de 2015 a seguinte publicação causou discussões entre os civis que comentaram a foto:



Figura 9: Iconografia do Exército brasileiro sobre a entrada feminina na instituição, em sua página oficial do *Facebook*.

Seleciono aqui alguns comentários a respeito da publicação, todos vindos de homens⁸⁶:

Menininha tem vontade de se alistar porque o Brasil é pacífico e não rola guerra, queria ver se fosse pra guerra, primeira emboscada que tivesse os cara ia logo meter o estupro, ai queria ver mulher querer se alistar.

Os homens não tão dando conta recado imagina mulher: O país está entregue as baratas, vejam o exemplo da Presidência.

Se elas forem machonas o suficiente pra botarem a cara na linha de tiro numa batalha aí sim.....se não forem então fiquem em casa fazendo crochê...uma coisa é servir a pátria sem fazer nada a outra é defender o pais no campo de guerra...usar um uniforme só pra bate foto e posta em rede social e muito fácil...fica a dica.

Nos comentários expostos percebe-se claramente uma suposta incapacidade feminina para as funções militares, incompatíveis para “meninhas”. No primeiro comentário, a violência sexual é utilizada como justificativa para a não incorporação feminina, pois se subentende que as mulheres, se capturadas, serão estupradas. São os estereótipos da presença feminina nas instituições militares: a mulher como objeto sexual, como troféu de caça ou como um ser a ser protegido (Carreiras, 1997).

⁸⁶ Os comentários, assim como a foto, estão disponíveis em <https://www.facebook.com/exercito/photos/a.178017462225190.49004.167817063245230/1232275710132688/?type=3> Acesso em outubro de 2015.

Interessante notar como há um aspecto dual no terceiro comentário: a mulher pode ir para uma batalha caso se masculinize. Do contrário, é melhor que permaneça em casa realizando atividades tipicamente femininas, como o crochê. Juan Rial (2009, p. 43) afirma que os preconceitos contra a participação das mulheres nas Forças Armadas se expressam em dois esquemas polares: de um lado, afirmam que se as mulheres são combatentes temíveis e dificilmente controláveis, por outro lado, contraditoriamente, dizem que elas não possuem a capacidade para suportar as duras tarefas que a profissão militar impõe. Assim, para ser militar ela deveria ser “menos mulher”. Mais uma vez percebe-se que o *ethos* militar é configurado a partir da masculinidade.

Durante todo o presente capítulo procurou-se relacionar o *ethos* militar à masculinidade, e como este fato impede muitas vezes que mulheres sejam consideradas “verdadeiras militares”. Por outro lado, se agem seguindo um padrão de feminilidade, como fragilidade, doçura, cuidado e passividade, acabam por efetivar uma representação tradicional do que é considerado “ser mulher”, encaixando-se assim em um perfil imagético e ideal. A Organização das Nações Unidas (ONU), em seus documentos oficiais, estimula a presença militar feminina em zonas de conflito afirmando que tal presença inspira mulheres e meninas a lutar por seus direitos em contextos que a violência contra mulheres impera. Ao contrário da masculinidade, a ONU reforça o papel auxiliador feminino, dando a entender que as mulheres, simplesmente por serem mulheres, estariam mais aptas para lidar nessas situações. Em nossa próxima seção, abordaremos como as representações tradicionais de gênero são perceptíveis nas militares brasileiras que foram para a zona de conflito, especificamente, a Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti, a MINUSTAH.

Capítulo III

A presença militar brasileira feminina na MINUSTAH

3.1 A ONU e as missões de paz

O século XX, considerado por Hobsbawm como o “mais mortífero de toda a história documentada” (2008, p. 21), foi palco de guerras, catástrofes e redefinições nas relações internacionais. Ainda de acordo com o autor (Ibid, p. 22), cronologicamente o século pode ser dividido em três períodos: a era da guerra mundial, centrada na Alemanha (1914-1945), a era da confrontação entre as duas superpotências (1945-1989) e a era posterior ao fim do sistema clássico de poder internacional, e neste ponto destacam-se a supremacia norte-americana no cenário internacional e a chamada “Guerra contra o terror”, no contexto pós-11 de setembro de 2001.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) causou grande impacto no cenário internacional, pois além do saldo de aproximadamente 54 milhões de mortes, entre civis e militares, o período subsequente à Guerra representou, entre outros fatores, incertezas quanto ao papel do Estado na nova realidade. De acordo com Hobsbawm (2003, p. 177), a vida humana foi visivelmente transformada pela era que começou sob as nuvens das bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos no Japão, em 1945. Após a Segunda Guerra, iniciou-se a chamada Guerra Fria (1945-1991), um conflito sobretudo ideológico e bipolar entre Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Como aponta o autor, apesar da “retórica apocalíptica” entre os países protagonistas, a Guerra Fria pautou-se pela “distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência” (Ibid, p. 224).

Após os efeitos da Segunda Guerra, com saldo de mortos e feridos, países devastados e o horror do Holocausto, os países vencedores buscaram uma forma de assegurar a paz e segurança internacionais de uma forma mais efetiva, de acordo com o que acreditavam que seriam ameaças à sua própria sobrevivência. Surgiu assim a Organização das Nações Unidas, ainda em 1945.

Os objetivos principais da ONU, tal como definidos em seu site oficial, são⁸⁷ a manutenção da paz e segurança internacionais; fomentar relações de amizade entre as nações; ajudar às nações a trabalharem unidas pela melhora da vida dos pobres, vencer a fome, as enfermidades e o analfabetismo, fomentar o respeito aos direitos e liberdade dos demais; e por fim servir de centro que harmonize os esforços das nações para alcançar estes objetivos comuns. Assim sendo, ressalta-se o caráter transnacional da ONU, uma vez que lhe é facultado tomar decisões que muitas vezes podem ferir a soberania de um país.

A certidão de nascimento da ONU é sua Carta⁸⁸, assinada em São Francisco (EUA) em 1945. Nela são definidos os propósitos e princípios da instituição, seus aspectos organizativos internos (membros, assembleia geral, conselho de segurança, órgãos, secretaria) e questões externas, como solução pacífica de controvérsias e ação em caso de ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão. De acordo com Wight (2002, p. 223), a presunção existente por trás da Carta era a de “poder incontrolável por parte dos estados vencedores e de que uma nova agressão somente deveria ser temida por parte de seus ex-inimigos”.

No capítulo VII do documento são definidas as prerrogativas para a implantação de uma possível intervenção armada em um país em que se observem violações de direitos humanos. Cabe ao Conselho de Segurança⁸⁹ decidir sobre as medidas que deverão ser tomadas inicialmente, sem que as Forças Armadas sejam envolvidas. Somente após as tentativas pacíficas fracassarem, como a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie, e o rompimento das relações diplomáticas, é que efetivamente as medidas de caráter armado poderão ser tomadas.

Durante a vigência da Guerra Fria (1945-1991), as intervenções da ONU em diferentes países se limitavam a reportar à instituição se os direitos humanos

⁸⁷ Objetivos contidos no site oficial da ONU. Tradução livre. Disponível em <http://www.un.org/es/aboutun/> Acesso em novembro de 2014.

⁸⁸ Carta das Nações Unidas. Disponível em <http://www.un.org/es/aboutun/> Para a versão em português, acessar http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm Acesso em dezembro de 2014.

⁸⁹ O Conselho de Segurança da ONU é formado por 15 nações: cinco permanentes e dez não permanentes. Os membros permanentes são a República da China, a França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (atual Rússia), o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América. Os membros não permanentes são eleitos pela Assembleia Geral, levando em conta a contribuição dos Membros das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais (Carta das Nações Unidas, artigo 23-1).

estavam sendo desrespeitados, principalmente por meio de observadores militares. Em comparação com o contexto atual, a ação era limitada, e de acordo com Aron (2002, p. 857), as Nações Unidas não exerceram uma influência predominante sobre as relações internacionais no período supracitado. Com o fim da Guerra Fria, as missões tornaram-se multidimensionais, e passaram a possuir características diversas, como a remoção de minas, auxílio à população local, ajuda nas eleições e manutenção da segurança do local. O “peacekeeping” (manutenção da paz) deu lugar ao “peacebuilding”, a ideia da construção da paz de uma forma ativa.

Para Hobsbawm (2008, p. 15), a intervenção armada de caráter humanitário baseia-se em três premissas: situações intoleráveis, tais como o genocídio; a ausência de alternativas para tratar tais questões e a presunção de que os “ganhos a serem obtidos com a intervenção são claramente superiores aos seus custos”.

As operações de manutenção da paz, simplesmente conhecidas como missões de paz, têm por objetivo manter a paz e segurança internacionais de uma maneira mais efetiva. Elas se regem sob três princípios básicos: consentimento das partes, imparcialidade e não uso da força, exceto em legítima defesa e em defesa do próprio mandato. O órgão responsável por sua execução é o Departamento de Operações de manutenção de paz (DKPO), que reúne contingentes, forças de polícia e contribuições financeiras, a fim de cumprir os mandatos do Conselho de Segurança. O departamento é o vínculo entre as Nações Unidas e as entidades governamentais, oferecendo orientação e apoio em questões “militares, de política, atividades relativas às minas e outros assuntos pertinentes⁹⁰”. Apesar da primeira missão de paz ter ocorrido em 1948, na Índia e no Paquistão, o Departamento somente foi criado em 1992. Atualmente, há 16 missões de paz em curso (e uma missão política especial no Afeganistão), em quatro continentes, assim distribuídas:

⁹⁰ Site oficial da ONU. Disponível em: <http://www.un.org/es/peacekeeping/about/dpko/> Acesso em junho de 2015.



| | |
|---|----------------------------|
| MINURSO, Oeste do Saara | UNFICYP, Chipre |
| MINUSCA, República da África Central | UNIFIL, Líbano |
| MINUSMA, Mali | UNISFA, Abyei, Sudão |
| MINUSTAH, Haiti | UNMIK, Kosovo |
| MONUSCO, República Democrática do Congo | UNMIL, Libéria |
| UNAMA, Afeganistão | UNMISS, Sudão do Sul |
| UNAMID, Darfur, oeste do Sudão | UNMOGIP, Índia e Paquistão |
| UNDOF, Golã, Síria | UNOCI, Costa do Marfim |
| | UNTSO, Oriente Médio |

Fonte: Departamento de Operações de manutenção de paz (DKPO). Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/current.shtml> Acesso em julho de 2014.

De acordo com a ONU, o objetivo das atuais missões de paz não é somente manter a paz e a segurança, mas também⁹¹:

Facilitar processos políticos, proteger civis, ajudar no desarmamento, na desmobilização e a reintegração de ex-combatentes, apoiar a organização de processos eleitorais, proteger e promover os direitos humanos e ajudar a restabelecer o estado de direito.

⁹¹ Site oficial da ONU. Texto original: Los objetivos de las actuales operaciones multidimensionales de mantenimiento de la paz son, no solo mantener la paz y la seguridad, sino también facilitar procesos políticos, proteger a civiles, ayudar en el desarme, la desmovilización y la reintegración de ex combatientes; apoyar la organización de procesos electorales, proteger y promover los derechos humanos y ayudar a restablecer el estado de derecho. Disponível em: <http://www.un.org/es/peacekeeping/operations/peacekeeping.shtml>. Acesso em agosto de 2013.

Existem diversas categorias operacionais realizadas pela ONU nas missões de paz, pois elas não assumem somente uma característica (Fontoura, 2005, p. 33-34):

Categorias operacionais realizadas pela ONU nas missões de paz.

| Diplomacia preventiva (preventive diplomacy) | Promoção da paz (peacemaking) | Manutenção da paz (peacekeeping) | Consolidação da paz (post-conflict peace building) | Imposição da paz (peace-enforcement) |
|---|---|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Prevenir conflitos e evitar que se tornem armados, e se uma vez eclodidos, impedir que se alastrem. | <ul style="list-style-type: none"> • Ações diplomáticas posteriores ao início do conflito, para tentar chegar a um acordo. | <ul style="list-style-type: none"> • Atividades para monitorar a execução de arranjos em relação à solução de conflitos no terreno. | <ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas para a assinatura de um acordo de paz, visando fortalecer reconciliação entre as partes. | <ul style="list-style-type: none"> • Uso da Força Armada para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais |

Fonte: Fontoura, 2005.

Assim, a imposição da paz configura-se como último recurso para a ação efetiva da ONU em locais que considera uma ameaça à paz e segurança internacionais. Uma vez que o Conselho de Segurança da ONU decide pela implantação das missões de paz, instruções específicas são dadas sobre os mandatos, que variam a cada operação. De forma ampla, as resoluções estabelecem tarefas a serem cumpridas pelos encarregados, servindo de guia para a resolução do conflito. Cabe ao Departamento de Manutenção de Operações de Paz (DKPO) dirigir e acompanhar as políticas e os procedimentos relacionados à missão e, para isso, fazer contatos com os países que desejam contribuir com efetivos militares e equipamentos necessários. É nesse momento que se torna essencial a presença do Departamento de Apoio ao Terreno (DFS), pois auxilia administrativa e logisticamente a missão. Dada à característica complexa de cada missão de paz após o fim da Guerra Fria, o binômio DKPO-DFS transformou-se, nos últimos anos, em um instrumento de aperfeiçoamento das missões, pois, com o estabelecimento de ações integradas, o trabalho se torna, ao menos no nível teórico, mais eficiente.

As missões de paz estão diretamente ligadas à ideia de intervenção. De acordo com Wight (2002, p. 193), intervenção significa uma “interferência pela força, que não seja uma declaração de guerra, feita por uma ou mais potências”, e pode ocorrer tanto na política externa de um país quanto em seus assuntos domésticos.

Há uma logística própria para as missões de paz empreendidas pela ONU, e os principais órgãos ligados diretamente às missões são:

Conselho de Segurança

- Órgão responsável pela paz e seguranças internacionais, formado por 15 membros: cinco permanentes (Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha, França e China) e dez membros não permanentes, eleitos pela Assembleia Geral por dois anos. Duas possibilidades de ação: mediação de conflitos e medidas de sanção em caso de fracasso das negociações.

Secretariado

- Responsável por administrar programas e políticas elaboradas pelos órgãos das Nações Unidas. Dentre os órgãos principais do Secretariado, destacam-se dois utilizados nas operações de paz:
 - Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DPKO) - gerenciam as operações de paz em colaboração com os Estados-Membros e o Secretário-Geral;
 - Departamento de Apoio ao Terreno (DFS) - presta apoio logístico às missões, como recursos humanos, finanças, equipamentos e comunicações.

Fonte: elaboração própria a partir do site oficial da ONU

Há também a Comissão de Consolidação da Paz, que recebe auxílio da Oficina de Apoio para a Consolidação da Paz e possui o objetivo de gerenciar países em conflito, provendo acordos de colaboração com agentes externos e reunindo recursos a fim de melhorar a coordenação internacional para que por fim a paz seja consolidada. O sistema internacional deve estar, ao menos no nível teórico, coeso para a estabilização de conflitos.

Guerra, paz e as Nações Unidas.

De acordo com Raymond Aron (2002, p. 153), o sistema internacional seria um “conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral”. Porém, com o fim da Segunda Guerra Mundial a ideia de guerra tradicional entre países teve de ser repensada, pela própria sobrevivência dos Estados e da humanidade. Na visão tradicional, os Estados são os únicos atores com legitimidade para agir no contexto internacional, para declarar e terminar com guerras utilizando seus aparatos militares, porém, como vimos, a ONU nasce com a pretensão de repensar um sistema de poder que ultrapassasse a soberania doméstica das nações e visasse tomar medidas conjuntas, como “um centro destinado a harmonizar a ação das

nações para a consecução desses objetivos comuns” (Carta das Nações Unidas, p. 2). Ou seja, a instituição trouxe consigo novos atores para o sistema internacional, propondo soluções que não se resumissem ao aparato militar somente. A paz torna-se a protagonista do sistema internacional, não mais a guerra.

Para Aron (2002, p. 850), há dois tipos de pacifismo: aquele que se opõe à guerra, condicional ou incondicionalmente, sem uma teoria para assegurar a paz ou, por outro lado, aquele que se fundamenta em uma determinada conduta, pacífica ou belicosa, visando à paz perpétua, numa interpretação teórica da guerra. No caso da ONU, uma organização transnacional que prevê a utilização da força, encaixa-se o segundo tipo. De acordo com Kant (2008, p. 17), a paz não é um estado natural, mas precisa ser instituída por meio de um contrato entre os povos. O filósofo acreditava que a razão ao mesmo tempo condenava a guerra como procedimento de direito e tornava a paz um dever imediato, e esta deveria ser assegurada por meio de federação de tipo especial:

a que se pode dar o nome de federação da paz (*foedus pacificum*), que se distinguiria do pacto de paz (*pactum pacis*), uma vez que este tentaria acabar com uma guerra, ao passo que aquele procuraria pôr fim a todas as guerras e para sempre (Ibid, p. 18).

Vendo pelo prisma teórico, poderíamos relacionar a federação da paz de Kant com a Organização das Nações Unidas, pois esta procura seguir um viés legalista e pacifista entre seus Estados-membros. Atualmente (2016), a ONU conta com 193 membros, sendo 51 os membros fundadores, inclusive o Brasil.

Certamente há um significativo vácuo entre o real e o imagético a respeito da ONU. De acordo com o parágrafo 2 do artigo 3 da Carta das Nações Unidas, “todos os Membros deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais”. Apesar da instrução em 1945, guerras entre países não deixaram de ocorrer durante a Guerra Fria, após e mesmo no contexto atual, pós-11 de setembro. O Estado é aquele que detém o monopólio legítimo da Força, assim como afirmou Weber (1986), e em um determinado momento a ameaça ou a imposição da força foi e é utilizada como afirmação da soberania de um país.

O contexto atual (pós-11 de setembro), marcado pela hegemonia norte-americana no cenário internacional e pela “Guerra contra o terror” empreendida pelo país, possui um caso emblemático em relação à capacidade da ONU em vetar ou

aprovar guerras. Com a justificativa da luta contra o terrorismo, a administração de George W. Bush (2001-2009) alegou que o Iraque governado por Saddam Hussein possuía armas de destruição em massa e representaria uma potencial ameaça para os Estados Unidos e “nações amigas”. Assim, ignorando os artigos 41 e 42 do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas⁹², e mesmo sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU, os Estados Unidos, juntamente com apoio de alguns países, dentre eles a Grã-Bretanha, iniciaram a invasão ao Iraque em março de 2003, dando início à Guerra no Iraque (2003-2011).

Com este exemplo percebemos que mesmo uma Organização com mecanismos legais e anuência de seus países membros não pode garantir a paz e segurança internacionais. O Estado, ao preservar sua soberania doméstica, legal e internacional, permanece enquanto o principal ator nas relações internacionais. Mais do que isso, é preciso observar que a ONU não está verdadeiramente preocupada com o bem estar e a segurança internacionais. Acreditar que a instituição preza pela paz de forma desinteressada e abnegada, além de demonstrar uma infantilidade pueril, é desconsiderar que os locais que recebem as missões de paz são previamente designados e avaliados criticamente.

Em uma leitura institucional, considera-se que as missões de paz representariam, portanto, a presença de um órgão transnacional que teria como meta assegurar não somente a paz, mas a presença da lei em locais previamente selecionados pelo Conselho de Segurança. Porém, vale ressaltar que a escolha por um local em que será implantada uma missão de paz não está livre de interesses muitas vezes obscuros. Não se deve ter uma visão romantizada e salvadora a respeito da Organização das Nações Unidas. Ela não é capaz, apesar da pretensão expressa em sua Carta, de prevenir e solucionar conflitos intra e entre Estados.

No caso do Haiti, por exemplo, percebemos como podem ser conflitantes as versões sobre a implantação de uma missão de paz. Na verdade, há duas vertentes sobre a implantação da MINUSTAH, a missão de paz em andamento no país: uma reitera a visão salvadora da ONU, outra questiona os interesses da instituição no

⁹² O artigo 41 afirma que cabe ao Conselho de Segurança tomar medidas inicialmente sem o emprego das Forças Armadas. Caso tais medidas não sejam suficientes, o Conselho de Segurança poderá levar em efeito a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e segurança internacionais (artigo 42).

país⁹³. Sofrendo intervenções desde o início do século XX, o Haiti necessita resgatar a soberania perdida no contexto atual.

3.2 A ONU e a “perspectiva de gênero”: a inserção da mulher nas missões de paz.

Desde sua concepção, em 1945, a ONU já enfatizava a não discriminação baseada em quaisquer preceitos, inclusive sexo, conforme um de seus propósitos básicos demonstrado em sua carta constitutiva:

Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (Carta das Nações Unidas, p. 1).

Apesar de não se referir à palavra gênero em sua carta, a ONU leva para o debate internacional a igualdade de direitos entre homens e mulheres, o que antes era tratado na esfera privada de cada país. De maneira responsiva ao movimento feminista em diversos países, principalmente a partir da década de 1970, a Assembleia Geral declarou o ano de 1975 como o Ano Internacional das Mulheres e organizou a primeira década da mulher, de 1976 a 1985. Em 1979 o Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW – que entrou em vigor em 1981, afirma em seu primeiro artigo que a discriminação contra a mulher é definida como⁹⁴:

(...) toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

A “Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres”, proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 1993, define a violência contra as mulheres como⁹⁵:

⁹³ Ver: Tardin, 2015.

⁹⁴ Disponível em <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/committee.htm> Acesso em junho de 2014.

⁹⁵ Disponível em http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm Acesso em dezembro de 2014.

qualquer ato de violência baseado no gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada.

É interessante observar como a ONU caracteriza a violência contra a mulher porque suas ações vão se pautar a partir desta definição. Uma vez que a instituição a define, propõe ações e medidas a serem tomadas em diferentes instâncias: nacional, regional e transnacional. Ainda no mesmo documento, em seu artigo 4º, a ONU afirma que a obrigação da luta contra este tipo de violência deve ser dos Estados, e ela não deve ser justificada por costumes, tradições ou considerações religiosas. Ou seja, não há justificativa aceitável para a violência contra a mulher, mesmo que em certas sociedades ela esteja naturalizada e legitimada por meio da cultura.

É interessante notar igualmente a diferença dos termos “sexo” e “gênero” nos documentos acima selecionados. Somente no texto de 1993 é perceptível a inserção do termo “gênero” pela ONU, representando assim uma tentativa de corresponder com as reivindicações feministas da Europa e dos Estados Unidos, o que não quer dizer que a instituição problematizou tal conceito.

As ações realizadas pela ONU e suas resoluções tiveram repercussões no Brasil. Em 1975, definido como o Ano Internacional das Mulheres, foi realizado no Rio de Janeiro o congresso “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”. De acordo com Lima (2007, p. 5), o evento conseguiu “tamanho repercussão que algumas narrativas o consideram como marco do ressurgimento do feminismo no Brasil”. Um dos resultados de tal evento foi a criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), que, apesar de ter durado até 1979, foi importante para a conscientização das mulheres, como aponta Lima (2007). Certamente o respaldo internacional não pode ser ignorado ao mapearmos tais conquistas.

No campo da segurança internacional e já no contexto pós-Guerra Fria, a ONU expressou sua preocupação com a incorporação feminina em zonas de conflito por meio da resolução do conselho de segurança número 1325, de 2000⁹⁶. Ela reivindica a inclusão de uma perspectiva de gênero nas missões de paz e em todos os processos da consolidação da paz, enfatizando a necessidade de aumentar a

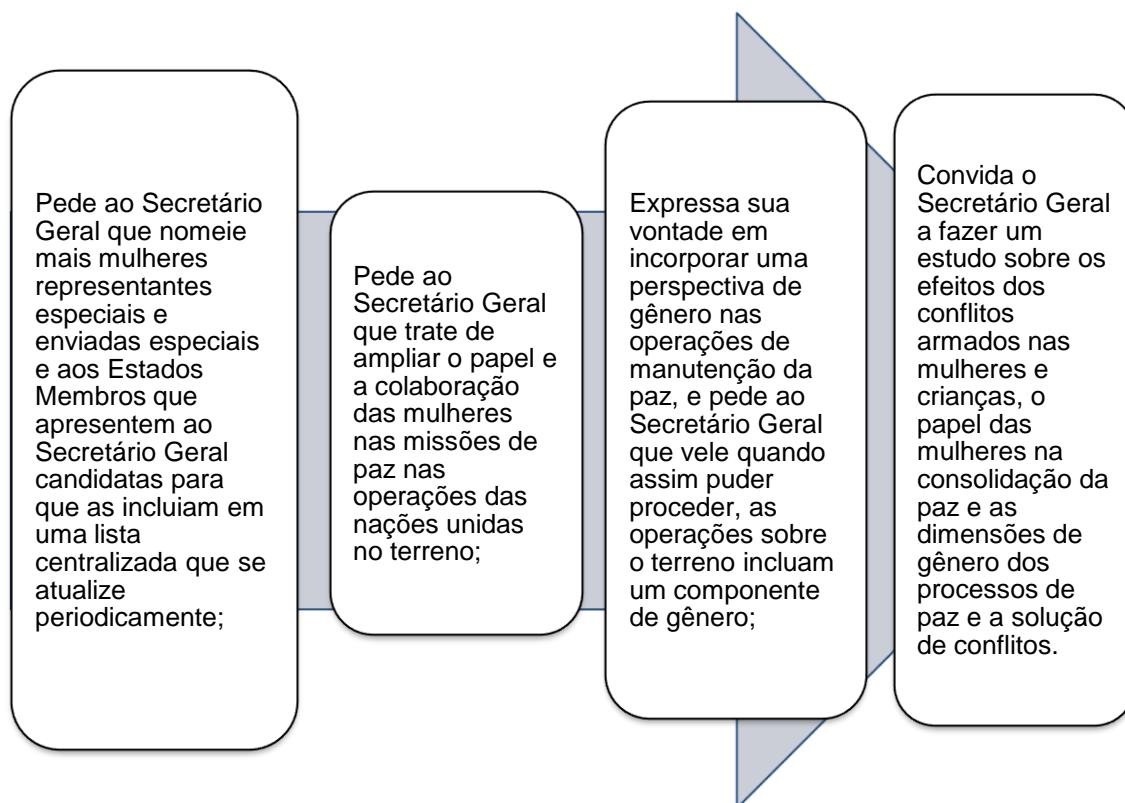
⁹⁶ Disponível em <http://www.un.org/womenwatch/ods/S-RES-1325%282000%29-S.pdf> Acesso em novembro de 2014.

participação feminina nos “processos de adoção de decisões em matéria de prevenção e solução de conflitos”⁹⁷.

A resolução busca ser um instrumento prático e de fato aplicável, e se preocupa com a ação em três níveis – internacional, regional e nacional. No nível internacional, a ONU estabelece planos de ação que devem ser cumpridos por suas próprias agências; no nível regional são consideradas as organizações internacionais como a União Europeia e a *Organização do Tratado do Atlântico Norte*, a OTAN. No nível nacional os países são convidados a criarem seus próprios planos nacionais de ação, levando em consideração suas dificuldades. A distância entre teoria e prática varia de país a país, dependendo de uma série de fatores.

As exortações do Conselho de Segurança a respeito da inserção feminina em zonas de conflito podem assim ser destacadas:

Destaques da resolução 1325, de 2000.



Fonte: Resolução 1325, 2000. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/ods/S-RES-1325%282000%29-S.pdf> Tradução livre. Acesso em novembro de 2014.

⁹⁷ Texto original: Procesos de adopción de decisiones en materia de prevención y solución de conflictos. Página 1, tradução livre.

Outra resolução que envolve a temática e sugere o aumento de contingentes femininos (apesar de também não tratar exclusivamente de mulheres) é a 1820, de 2008⁹⁸. O documento reafirma a ideia da resolução 1325 e ainda acrescenta:

os civis constituem a grande maioria das pessoas afetadas negativamente nos conflitos armados, e as mulheres e as meninas são especialmente objeto de atos de violência sexual, inclusive como tática de guerra destinada a humilhar, dominar, atemorizar, dispersar ou obrigar pela força membros civis de uma comunidade ou grupo étnico (p. 2 – tradução livre).

As resoluções 1325 e 1820 colocam a questão da segurança atrelada ao aumento do contingente feminino em zonas de conflito. A resolução 1820/2008 foi a primeira que reconhece a violência sexual como tática de guerra, portanto, exorta os países a aplicar tolerância zero nestas questões e garantir medidas para que se extermine a violência sexual.

Especificamente a respeito da exploração sexual, evidencio alguns aspectos das Resoluções 1325 e 1820. A resolução 1325 pede ao secretário geral que execute um plano estratégico para o aumento da participação da mulher nos níveis de adoção de decisões nas soluções de conflito e nos processos de paz. Sobre a violência sexual especificamente neste documento, temos:

Pede a todas as partes em um conflito armado que adotem medidas especiais para proteger as mulheres e as meninas da violência por causa do gênero, particularmente a violação e outras formas de abusos sexuais, e todas as demais formas de violência em situações de conflito armado (p. 3, grifo meu).

A resolução 1820 é clara: a ONU está “profundamente preocupada” com os:

obstáculos e desafios persistentes que dificultam a participação e plena intervenção da mulher na prevenção e resolução de conflitos como resultado da violência, intimidação e discriminação, que menosprezam a capacidade e a legitimidade da mulher para participar da vida pública depois dos conflitos (p. 2 – tradução livre).

⁹⁸ Texto original: “los civiles constituyen la gran mayoría de las personas afectadas negativamente por los conflictos armados, que las mujeres y las niñas son especialmente objeto de actos de violencia sexual, incluso como táctica de guerra destinada a humillar, dominar, atemorizar, dispersar o reasentar por la fuerza a miembros civiles de una comunidad o grupo étnico”. Texto disponível em <http://portal.uclm.es/portal/page/portal/IDP/Codigo%20Europeo%20e%20Internacional/Resoluci%F3n%201820%20del%20Consejo%20de%20Seguridad%20de%20las%20Naciones.pdf> Acesso em dezembro de 2012.

De acordo com Pratt e Leah (2004, p. 6), a violência sexual pode assumir diferentes formas: violações individuais, abuso sexual, violações em grupo, mutilação genital, esterilização ou prostituição forçada. Assim, não há somente um caso de prevenção à violência sexual em zonas de conflito, mas deve haver múltiplos focos de ação.

Por fim, destaco a resolução 1889, de 2009⁹⁹. Sua característica principal talvez seja a preocupação da falta de mulheres no setor de segurança e no processo pós-conflito, de construção da paz:

...apesar do progresso, os obstáculos para fortalecer a participação das mulheres na prevenção e solução de conflitos e na consolidação da paz permanecem, expressando preocupação, porque a capacidade da mulher para participar na adoção de decisões públicas e na recuperação econômica não recebe, com frequência, o reconhecimento nem o financiamento adequados nas situações posteriores ao conflito.

O documento expressa a persistente exclusão das mulheres nos processos de reconstrução da paz e reconhece o estereótipo de vítimas das mesmas, propondo a superação deste estigma e o estímulo do empoderamento feminino.

No documento da ONU que analisa os dez anos de implementação da resolução de 1325¹⁰⁰, em 2010, concluiu-se que a participação feminina ainda é muito pequena nas negociações e acordos de paz, mas houve avanço no que diz respeito à participação de mulheres na política, tanto como votantes quanto candidatas. Mesmo assim, ao publicar essas normas, a ONU acaba por enfatizar a mulher ora enquanto vítima a ser protegida, ora como um ser naturalmente auxiliador.

Percebe-se que, pelas exortações destacadas (principalmente na resolução 1325), que a palavra gênero é utilizada no lugar de mulheres ou sexo, como era anteriormente. Resta-nos indagar o que a ONU concebe enquanto perspectiva de gênero e como é a ação das mulheres militares em zonas de conflito.

De acordo com a portaria oficial da ONU sobre as missões de paz, as mulheres estão em todas as áreas – policial, militar e civil – e conseguiram obter um “positivo impacto no ambiente da manutenção da paz, tanto no apoio ao papel das

⁹⁹ Disponível em [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1889\(2009\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1889(2009)) Acesso em dezembro de 2014.

¹⁰⁰ Disponível em http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/10year_impact_study_1325.pdf

mulheres na construção da paz e quanto na proteção dos direitos das mulheres”¹⁰¹. Apesar da instituição afirmar que as mulheres provaram que podem realizar os mesmos papéis que os homens, observa-se que para a ONU, gênero é sinônimo de mulheres, e o principal papel delas é conduzir à paz e gerir um ambiente de segurança para as mulheres civis e crianças, identificadas como as maiores vítimas em zonas de conflito. Ou seja, apesar do ambiente de guerra, as mulheres militares assumem o papel de pacificadoras e auxiliares, verdadeiras guerreiras da paz.

Em 2010, o Comitê sobre a eliminação da discriminação contra as mulheres (órgão estabelecido em 1982 pela própria ONU) aprovou uma recomendação geral sobre mulheres nas zonas de conflito e também pós-conflito. A recomendação visa guiar os Estados membros a tomar medidas a fim de que haja eliminação de qualquer tipo de discriminação contra as mulheres, seja no âmbito político, legislativo ou policial. A convenção define a discriminação contra as mulheres como¹⁰²:

...qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo que tenha o efeito ou propósito de causar a desigualdade ou anular o reconhecimento, bem estar ou exercício pelas mulheres, independentemente de seu estado civil, na base da qualidade de homens e mulheres, direitos humanos e liberdades fundamentais no campo político, econômico, social cultural civil ou qualquer outro.

Em julho de 2010, a Assembleia Geral da ONU criou um órgão exclusivo para a promoção da igualdade de gênero, a ONU Mulheres, que reúne quatro agências e escritórios da Organização: o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), a Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW), o Escritório de Assessoria Especial em Questões de Gênero e o Instituto Internacional de Treinamento e Pesquisa para a Promoção da Mulher (INSTRAW).

¹⁰¹ Texto original: Women are deployed in all areas – police, military and civilian – and have made a positive impact on peacekeeping environments, both in supporting the role of women in building peace and protecting women's rights. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/issues/women/womeninpk.shtml> Acesso em novembro de 2014.

¹⁰² Site oficial da CEDAW. Tradução livre. Texto original: "...any distinction, exclusion or restriction made on the basis of sex which has the effect or purpose of impairing or nullifying the recognition, enjoyment or exercise by women, irrespective of their marital status, on a basis of equality of men and women, of human rights and fundamental freedoms in the political, economic, social, cultural, civil or any other field. Disponível em <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/cedaw.htm> Acesso em dezembro de 2014.

A ONU Mulheres no Brasil, com sede em Brasília e chamada de “Casa da ONU – Complexo Sérgio Vieira de Mello”, defende a participação equitativa das mulheres em todos os aspectos da vida e enfoca cinco áreas prioritárias¹⁰³:

-
- Aumentar a liderança e a participação das mulheres;
 - Eliminar a violência contra as mulheres e meninas;
 - Engajar as mulheres em todos os aspectos dos processos de paz e segurança;
 - Aprimorar o empoderamento econômico das mulheres;
 - Colocar a igualdade de gênero no centro do planejamento e dos orçamentos de desenvolvimento nacional.
-

A fim de investigar o que os representantes da própria instituição “ONU Mulheres no Brasil” pensam a respeito da presença militar feminina em zonas de conflito, entrei em contato com seu escritório por correio eletrônico e prontamente obtivemos retorno. Assim, enviamos cinco perguntas envolvendo a temática e assim fomos respondidos¹⁰⁴.

1. De que forma a presença militar feminina em zonas de conflito colabora a construção da paz?

Resposta: Para além de incentivar que mulheres se vejam em e ocupem lugares de poder e lugares tradicionalmente ocupados por homens, a presença de mulheres em zonas de conflito pode facilitar o contato com mulheres locais e a compreensão e priorização de suas necessidades e perspectivas. Além de desconstruir a ideia de que forças armadas seja um lugar fundamentalmente masculino.

A presença de mulheres nas forças armadas também permite o questionamento o modo vigente de operacionalização de ações de terreno, que ainda considera o atributo de força física mais importante em operações de paz, quando na prática existem uma série de atividades também fundamentais, que não dependem exclusivamente de força física.

2. Você acredita que a mulher possui um diferencial em relação ao homem na reconstrução de zonas de conflito? Se sim, qual seria esse diferencial?

¹⁰³ Disponível em <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/onu-mulheres/> Acesso em 04/11/2014.

¹⁰⁴ As respostas não sofreram qualquer tipo de alteração pela autora, estão exatamente como enviadas por correio eletrônico.

Resposta: A mulher deveria ter seu direito de participação reconhecido e respeitado, tendo ou não qualquer diferencial a oferecer. Em teoria, uma mulher pode ter maior facilidade em compreender o que significa ser mulher no contexto local e quais as vulnerabilidades às quais as mulheres locais estão submetidas em função dos papéis de gênero que socialmente lhe foram conferidos. Nada impede, entretanto, que homens disponham dessa sensibilidade e bom senso. Acredita-se que a presença de mulheres em missões de paz facilita o contato com a população feminina local, principalmente quando há grande prevalência de mulheres que foram abusadas sexualmente.

3. As mulheres nas Forças Armadas devem ter acesso a todas as armas disponíveis, inclusive as de combate, ou devem se restringir às funções assistencialistas?

Resposta: As mulheres pertencentes às forças armadas que tenham recebido treinamento adequado para o manejo de armas deveriam ter acesso às mesmas. Ao passo em que a compra de equipamentos de proteção e armamentos deveria considerar as especificidades do corpo feminino de forma que sejam ergonomicamente adequadas e permitam segurança, eficiência e otimização em sua utilização.

4. Em sua opinião, as resoluções e recomendações da ONU são eficazes para a construção de uma perspectiva de gênero em zonas de conflito?

Resposta: As resoluções da ONU com foco na temática do gênero, paz e segurança visam orientar a trazer a atenção de atores nacionais e internacionais para a importância de se considerar as especificidades de meninas, meninos, homens e mulheres em situações de conflito, de forma a incluir estes atores no processo de construção da paz, garantindo que suas vozes sejam ouvidas. O tema da eficácia perpassa questões de vontade política e priorização por parte dos atores que estão envolvidos na implementação de políticas e programas nestas regiões.

5. Em relação à liderança e participação política, empoderamento econômico e a luta pelo fim da violência contra as mulheres, qual deve ser o papel dos homens?

Resposta: Ao passo que homens podem se beneficiar de desigualdades de gênero em diversos aspectos, também podem ser prejudicados por outros aspectos destas desigualdades. Sua participação é fundamental para que se garanta a mudança cultural e de comportamento necessária para que nossa sociedade seja mais igualitária. Entendemos como responsabilidade dos homens a participação na desconstrução da cultura de violência contra as mulheres.

Promover esta mudança de valores é um dos principais prioridades da ONU e faz parte do mandato do atual Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, que reiterou seu comprometimento ao lançar a Campanha do Secretário Geral da ONU “UNA-SE pelo Fim da Violência contra Mulheres”. Esta campanha traz o diferencial de trabalhar com novos públicos como homens, mídia, setor privado e juventude, por considerar que o fim de violência contra as mulheres é uma responsabilidade de toda a sociedade.

As respostas do escritório “ONU Mulheres no Brasil” demonstram congruência com as resoluções oficiais da ONU, o que não poderia ser diferente, principalmente em relação do contato com mulheres locais vítimas em zonas de conflito. Porém, o que me chamou a atenção foi o fato de que as respostas não excluíram a perspectiva relacional das relações entre gêneros, ou seja, não houve exclusão da possibilidade de que militares masculinos nas missões de paz possam ter “sensibilidade e bom senso” no tocante à violência contra a mulher. Outro ponto interessante foi a resposta número 1, ao ressaltarem que as mulheres militares desconstruem a ideia de que as forças armadas sejam um lugar fundamentalmente masculino. O primeiro passo para a inserção da perspectiva de gênero em zonas de conflito é exatamente repensar os papéis pré-estabelecidos para homens e mulheres, e não somente inserir quantitativamente as militares em campo. A mudança ainda é incipiente, pois de uma forma geral, em suas resoluções, a ONU continua a relacionar gênero a mulheres, demonstrando um conhecimento insuficiente sobre tão importante questão.

A ONU reforça visões estereotipadas da mulher enquanto civil (vítima) e militar (ao enfatizar papéis assistencialistas) e ignora o aspecto relacional entre homens e mulheres, sejam militares ou civis. No caso das respostas supracitadas, há margem para a desnaturalização dos papéis designados para homens e mulheres militares, ainda que na prática ainda seja um longo caminho a ser

percorrido, que vai desde os casos específicos nacionais até a instituição transnacional (ONU).

De uma forma mais objetiva, podemos observar as principais organizações oficiais da ONU do que a instituição acredita ser uma “perspectiva de gênero”:

Principais organizações que trabalham sobre mulher, paz e segurança:

| Organizações | Entidades do Sistema das Nações Unidas |
|---|---|
| PeaceWomen | Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) |
| WomenWarPeace.org | Instituto de Investigações e Capacitação das Nações Unidas para a Promoção da Mulher. (INSTRAW) |
| WomenWatch | Escritório do Conselheiro Especial sobre Assunto de Gênero e avanço da mulher. (OSAGI) |
| Women in International Security International Alert | Agency Network on Women and Gender Equality (IANWGE) |
| Forum For Women and Development (FOKUS) | Departamento de Operações para a manutenção da paz (DPKO) |

Fonte: Donadio y Mazzotta, 2009. (Tradução livre, somente optamos por preservar o nome oficial em inglês).

As fotos oficiais da ONU reafirmam os estereótipos femininos de auxiliadoras e pacificadoras, conforme podemos ver a seguir:



Figura 10: Tradução: "O que eu vivenciei é quando mulheres locais veem que você é uma mulher, seus rostos se iluminam. É como se elas se conectassem. Elas se relacionam". Policial da Missão de Paz da ONU em Darfur. Disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/issues/women/womeninpk.shtml> Acesso em dezembro de 2014.



Figura 11: Militar do Nepal consolando criança na MINUSTAH, 2014. Disponível em <https://www.flickr.com/photos/minustah/8119836551/in/set-72157631844932587> Acesso em dezembro de 2014.



Figura 12: Militar brasileira em ação social na MINUSTAH. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/minustah/8119841368/in/set-72157631844932587> Acesso em dezembro de 2014.

Como vimos no primeiro capítulo, ao falarmos de gênero nos deparamos com as relações e práticas sociais, seja entre pessoas do mesmo sexo ou do oposto. Logo, não é uma relação natural baseada no determinismo biológico. A ONU busca o empoderamento das mulheres nas zonas de conflito, com sua inserção na vida política, econômica e social. Há várias outras resoluções¹⁰⁵ que possuem o objetivo de inserir uma perspectiva de gênero na questão da segurança, mas o que ocorre na prática é uma inserção somente numérica e quantitativa de mulheres em zonas de conflito, reforçando os estereótipos de vítima civil e mulher militar assistencialista. Assim, pensar em perspectiva de gênero não implica em aumentar o contingente

¹⁰⁵ Temos como exemplos, além da resolução 1325 que inaugurou esta perspectiva, as de número 1820 (2008), 1889 (2009), 1888 (2009), 1960 (2010), 2106 (2013) e 2122 (2013).

feminino. Isso não basta. Ao contrário, a perspectiva de gênero implica em pensar em uma efetiva mudança qualitativa nas zonas de conflito, inserindo mulheres em posições de liderança e em ações que visem de fato o empoderamento feminino, com a conquista de autonomia e cidadania das mulheres locais. Não haverá mudanças substantivas e efetivas para a situação da mulher se somente houver a reprodução de conceitos e práticas tradicionais de gênero, conforme ocorre nas missões de paz no contexto atual.

O futuro não parece promissor, pois mesmo quantitativamente, as mulheres militares nas missões de paz atuais (2000-2010) representam apenas 3,33% de todo efetivo¹⁰⁶. Portanto, é um duplo desafio.

3.3 Militares brasileiras do século XXI e sua atuação na MINUSTAH

A criação da MINUSTAH e o cotidiano de suas ações

A MINUSTAH, sigla em francês para Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, tem por marco inicial a resolução de número 1542 da ONU, de 30 de abril de 2004¹⁰⁷. No documento, o Conselho de Segurança reafirma o “forte compromisso com a soberania, independência, integridade territorial e unidade do Haiti”¹⁰⁸ e o objetivo de auxiliar o governo transitório; monitorar, reestruturar e reformar a política haitiana, assim como a polícia; restaurar e manter a lei e a ordem pública; defender os direitos mais básicos dos haitianos, reportando aos órgãos responsáveis uma provável violação dos direitos humanos, entre outros objetivos. Inicialmente, a Missão foi autorizada a ter até 6.700 militares, 1.622 policiais, 550 funcionários civis internacionais, 150 voluntários das Nações Unidas e cerca de 1.000 funcionários civis locais. Desde então, o mandato da MINUSTAH tem sido alterado pelo Conselho de Segurança em várias ocasiões, a fim de que se possa se adaptar às novas circunstâncias encontradas no país.

¹⁰⁶ Estatística oficial da ONU referente ao ano 2010. Referência: http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/gender_sces1325_chart.pdf Acesso em novembro de 2014.

¹⁰⁷ Disponível no site da ONU: [www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542\(2004\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542(2004)) Acesso em janeiro de 2011.

¹⁰⁸ Página 1, tradução livre.

Muito se discute a respeito de qual seria a característica principal da MINUSTAH, se ela teria somente a característica de *peacekeeping* e em qual capítulo da Carta das Nações Unidas ela se basearia. Na verdade, os capítulos VI e VII demonstram uma preocupação com a manutenção da paz, mas somente o VII admite a utilização das Forças Armadas como a última alternativa de solução pacífica, e a nosso ver, a MINUSTAH se baseia no VII capítulo. Portanto, devemos pensar a MINUSTAH como uma missão complexa, na qual a segurança militar não deve ser a única preocupação das tropas da ONU.

As ações e diversas características que envolvem a MINUSTAH devem ser analisadas para além das fontes oficiais. Assim, buscando maiores informações sobre a missão, entrevistei o ex-comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro e coordenador de Segurança Humana da ONG “Viva Rio”, coronel Ubiratan Ângelo, que esteve no Haiti em vários momentos. Em 2004, ano de início da missão, o Viva Rio foi convidado por um setor específico da MINUSTAH para ajudar na administração de conflitos na capital haitiana. A ONG desenvolve ações no país até os dias atuais (2016).

A importância dessa entrevista está em dois fatores principais: o primeiro é que a percepção do coronel sobre o povo haitiano, seu convívio diário com as lideranças comunitárias, o fato de ter aprendido a ler e escrever em *creóle* (língua oficial haitiana) por si só já o tornariam uma testemunha privilegiada para a pesquisa. Mas, além disso, o coronel possui um olhar militar sobre as relações e realidades vividas no cotidiano da missão, que nos interessa particularmente. O que mais me impressionou no início da entrevista foi o seu apreço pelo Haiti. Aos poucos, um Haiti completamente diferente daquele estereotipado pela comunidade internacional foi se descortinando bem frente aos meus olhos. O coronel falou sobre as belas praias que o país possui, a amabilidade do povo haitiano no trato social, o fato de ter sido rota de Jazz e outros motivos pelos quais o país foi denominado “Pérola das Antilhas” no período colonial. O país é muito mais complexo e diverso em suas contradições e múltiplas realidades do que é comumente divulgado. A visão, muitas vezes preconceituosa, da comunidade internacional sobre o Haiti não é surpresa, uma vez que o país foi um péssimo exemplo para outros países da América ao ser o segundo país americano independente e o primeiro a libertar os escravos. Ao comparar a visão do coronel com os textos da ONU a impressão que temos é que se trata de dois países completamente diferentes. Não que o coronel

possua uma visão romântica sobre o Haiti, ele somente conseguiu enxergar que o país é muito mais do que caos, violência e insegurança, conforme enfatizado pela ONU.

Do ponto de vista da segurança, o entrevistado pontuou que a MINUSTAH possui três componentes: o componente militar (formado pelos contingentes das Forças Armadas de diferentes países); e dois componentes policiais, a UNPOL (polícia das Nações Unidas composta por polícias de diferentes países) e a PNH (a polícia nacional haitiana). Desde o início da missão os mandatos têm por fim devolver aos haitianos a autonomia no controle das ações de segurança, ou seja, à PNH. No processo de estabilização, logo no início da missão, houve o mandato DDR: desarmamento, desestabilização, reestruturação. Foi por este mandato que o Viva Rio foi acionado, com o objetivo de auxiliar na mediação de conflitos nas comunidades da cidade de Porto Príncipe. De acordo com o coronel, ao contrário do que está expresso nas resoluções oficiais da ONU, as lideranças comunitárias não se denominam e nem são chamadas de gangues, mas são as “*baz*”, ou seja, bases comunitárias que possuem diversas características: musicais, religiosas ou mesmo armadas. Porém, nem mesmo as bases armadas são denominadas de gangues, embora a ONU assim as caracterize. Na verdade, as relações das diferentes “*baz*” e delas com a população são mais complexas do que os documentos da ONU deixam transparecer. As lideranças comunitárias interagem entre si, tornando a mediação mais complexa e necessariamente mais cuidadosa, pois não é o caso de grupos rivais que planejam a destruição do outro, mas há uma ampla e delicada rede de relação entre as diversas lideranças, sendo insuficiente a denominação que recebem de gangues. Denominar *baz* com diferentes características e atuações simplesmente como gangues acaba por justificar a imagem de um país dependente e inseguro, incapaz de se auto-administrar.

O treinamento de militares do Exército brasileiro que vão para a MINUSTAH é realizado no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), no Rio de Janeiro. A criação deste centro em 2005 está diretamente ligada à participação e protagonismo brasileiro na missão no Haiti, mas seu campo de ação ampliou-se e, em sua configuração atual (2016), o Centro prepara militares, policiais e civis brasileiros e estrangeiros não somente para a MINUSTAH, mas para outras missões de paz em andamento. Porém, o contexto era outro em 2004. Os militares do Exército não haviam sido treinados para o combate urbano, conforme ocorreria no

Haiti. Além disso, não é missão constitucional das Forças Armadas mediar conflitos urbanos, exceto quando chamados pelo Poder Executivo para a garantia da lei e da ordem. Logo, não havia uma tradição nem experiência de campo necessários para o Exército brasileiro patrulhar terrenos urbanos no Haiti. Por este motivo, inicialmente, o treinamento dos militares ficou sob responsabilidade da Polícia Militar, que além da experiência em conflitos urbanos, tinha o projeto GPAE - Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais, que antecedeu as atuais UPPs – Unidades de Polícia Pacificadora. A aproximação com a comunidade, o conhecimento necessário do terreno e as técnicas utilizadas no GPAE foram cruciais para o treinamento do Exército brasileiro que iria para o Haiti. Esse panorama e treinamento foi acompanhado de perto pelo coronel Ubiratan, que na época do treinamento comandava o GPAE.

Em relação à presença militar feminina brasileira, o coronel afirmou que a maioria pertence ao corpo de saúde do Exército e atende aos próprios militares, e não à população, exceto em ações cívico-sociais previamente agendadas. Ele observou que o componente feminino da polícia haitiana estava muito mais integrado ao componente feminino da polícia da ONU, pois participavam de atividades similares. As militares brasileiras, por fazerem parte do corpo administrativo e auxiliar do Exército, não podem acompanhar os soldados nas ações de segurança. Por estarem em funções administrativas, o seu trânsito nas ruas é bastante limitado. Destacou, ainda o fato de que, no atual mandato da missão, as funções exercidas pelos militares são de reestruturação de locais, com destaque para a engenharia brasileira. Portanto, as fotos oficiais das militares brasileiras em contato com crianças, mulheres e a população haitiana em geral na verdade são exceção ao trabalho que foram designadas a fazer, uma vez que não atuam diretamente com a população como fazem as policiais da ONU e da polícia haitiana.

Pelas observações do entrevistado percebemos como as resoluções da ONU muitas vezes não expressam a realidade vivida na missão. É insuficiente olhar o Haiti somente através dos olhos institucionais. Seja por meio da denominação de gangues ao se referirem às comunidades locais, pela visão estereotipada do Haiti ou pela imagem propagada da mulher militar na missão, constrói-se um discurso oficial que acaba ao mesmo tempo ignorando a história e a voz dos haitianos assim como reforçam o papel salvador da comunidade internacional a respeito do país.

Militares brasileiras em atuação na MINUSTAH

As militares brasileiras que vão para a MINUSTAH, mesmo enquanto auxiliares, também recebem treinamento específico no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), no Rio de Janeiro. Objetivando uma maior padronização para as missões de paz, a Assembleia Geral das Nações Unidas – ASNU – publicou a resolução 44\49, de 08 de dezembro de 1989 sob o título de “Revisão Abrangente da Questão das Operações de Paz em Todos os seus Aspectos”. Esta resolução encorajou os Estados-Membros a se organizarem no estabelecimento de programas de treinamento tanto para militares como para civis, como se pode perceber por seu texto:¹⁰⁹

Encoraja também aos Estados-membros que estabeleçam programas nacionais de adestramento em operações de manutenção de paz para pessoal militar e civil, e, nesse sentido, solicita ao Secretário-Geral para preparar manuais de treinamento para os Estados-Membros para usar como diretrizes em seus programas de formação nacionais ou regionais.

Durante os anos subsequentes houve a criação de Centros especializados em países da América Latina, começando pelo Uruguai em 1998 e sendo o último criado em 2007, pela Bolívia. No quadro abaixo podemos explicitar melhor a comparação temporal entre os países:

| País | Nome do Centro | Data de criação |
|-----------|--|-------------------------|
| Argentina | Centro Argentino de treinamento Conjunto para Operações de Paz (CAECOPAZ) | 27 de junho de 1995 |
| Bolívia | Centro de Operações de Manutenção de Paz do Exército de Bolívia (COMPEBOL) | 23 de janeiro de 2007 |
| Brasil | Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB)* | 23 de fevereiro de 2005 |
| Chile | Centro Conjunto para Operações de Paz do Chile (CECOPAC) | 15 de Julho de 2002 |

¹⁰⁹ Texto original: Alienta también a los Estados miembros a que establezcan programas nacionales de adiestramiento en operaciones de mantenimiento de la paz para personal militar y civil, y a este respecto, pide al Secretario General que prepare manuales de adiestramiento para que los Estados Miembros puedan utilizar como directrices en sus programas nacionales o regionales de adiestramiento. Documento oficial da ONU disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/555/31/IMG/NR055531.pdf?OpenElement> Acesso em janeiro de 2015.

| | | |
|------------------|---|------------------------|
| Equador | Unidade-Escola de Missões de Paz "Equador" (UEMPE) | 10 de novembro de 2003 |
| Guatemala (sede) | Centro Regional de treinamento de Operações de Manutenção de Paz (CREOMPAZ) (Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua) | 8 de junho de 2005 |
| Paraguai | Centro de treinamento Conjunto de Operações de Paz (CECOPAZ) | 8 de outubro de 2001 |
| Peru | Centro de treinamento Conjunto de Operações de Paz (CECOPAZ) | 11 de novembro de 2003 |
| Uruguai | Escola de Operações de Paz do Exército "Major Juan Sosa Machado" (EOPE) | 22 de dezembro de 1998 |

Fonte: Atlas comparativo de Defesa, edição 2008.

*Nome mudado em 15 de junho de 2010, sendo antes chamado Centro de Instrução de Operação de Paz (CI Op Paz).

A principal característica do CCOPAB é a tentativa de padronização dos militares brasileiros segundo a ONU. Por meio de estágios e cursos o militar aprende a ser um "capacete azul", torna-se um membro integrado à missão da ONU. São eles:

Cursos e estágios disponíveis a civis e militares no CCOPAB:

| |
|--|
| Estágio de Tradutores e Intérpretes Militares |
| Estágio de Cooperação Civil-Militar |
| Curso de Coordenação Civil-Militar |
| Estágio de Preparação para Missões de Paz |
| Exercício Avançado de Operações de Paz |
| Estágio de Desminagem Humanitária |
| Estágio Preparatório para Comandantes de Sub Unidade e Pelotão |
| Estágio de Preparação para Jornalistas em Áreas de Conflito |
| Estágio de Logística e Reembolso em Operações de Paz |
| Estágio de Preparação de Comandantes e Estado Maior |

Fonte: site oficial da CCOPAB

O Centro iniciou suas atividades com a incumbência de conduzir o preparo da então Brigada Haiti, (3º Contingente) e o destino principal dos treinamentos ainda

permanece sendo a MINUSTAH. Sua criação não pode ser encarada como um fato isolado, mas representa toda uma agenda estratégica brasileira de inserção no cenário internacional\regional, assim como uma preocupação em discutir questões internas das Forças Armadas.

A seleção das militares que participarão da MINUSTAH é feita através de um sistema *on line* que cadastra voluntários para determinadas funções específicas, como médicos, dentistas e intérpretes. Após o cadastramento, a escolha de quem seguirá com o contingente designado é feita através do Gabinete do Comandante do Exército.

Após ser escolhido, o militar recebe treinamento no CCOPAB. O adestramento da tropa que seguirá para a MINUSTAH é diferente em relação aos cargos assistencialistas como médicos, intérpretes e dentistas. No primeiro caso, há uma preparação de seis meses; no segundo, o treinamento dura três semanas, com simulações de situações de risco em terreno similar ao do Haiti.

Tanto a mídia brasileira quanto órgãos oficiais, como o Ministério da Defesa, fazem uma propaganda a respeito das ações desempenhadas pelas militares quando estão no Haiti. Mesmo que a ação das militares seja limitada por possuírem funções auxiliares e administrativas, é recorrente observar nas reportagens fotos das militares cercadas de crianças, na maioria dos casos com um sorriso no rosto. Nesses casos, conforme vimos anteriormente, são ações cívico-sociais previamente agendadas. Observemos:





Figura 13: Militares brasileiras em ação na MINUSTAH. **Fonte:** Órgão oficial Brasil.gov Reportagem: Militares brasileiras exaltam experiência de atuar em missão no Haiti. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2013/10/militares-brasileiras-exaltam-experiencia-de-atuar-em-missao-no-haiti> Acesso em fevereiro de 2016.



Figura 14: Militares brasileiras em ação na MINUSTAH **Fonte:** Revista Marie Claire. Reportagem Elas levam a paz. Disponível em <http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI275201-17737-1,00-ELAS+LEVAM+A+PAZ.html> Acesso em fevereiro de 2015.

Na descrição da reportagem da Revista Marie Claire “Elas levam a paz” há a seguinte afirmação: “Realizam esse trabalho para amenizar a dor e o sofrimento das crianças e das mulheres de um dos países mais pobres do mundo”. Ou seja, antes de serem vistas como militares, são vistas como mulheres, e como tal, estariam cumprindo o que estaria de acordo com seu sexo. Ainda na referida reportagem, há uma curiosa abordagem¹¹⁰:

Por ter escolhido viver no país mais pobre das Américas e um dos mais pobres do mundo durante esse tempo, a pediatra Daniela perdeu o namorado. Ele também é militar e os dois decidiram juntos se candidatar à missão depois do terremoto, quando a assistência médica se tornou ainda mais urgente no país. “Fiquei sensibilizada e achei que poderia ser uma experiência pessoal e profissional importante”, diz Daniela. A convocação dela saiu antes da dele. “Fiquei dividida, mas era uma oportunidade única”. O namorado se sentiu preterido. Ficou enciumado e terminou a relação. Daniela também acredita que o parceiro tem de vibrar com o seu sucesso profissional. “Realizei um sonho. No Haiti, a escassez é tão grande que um atendimento médico simples faz muita diferença na vida das pessoas.”

Um fator que me chamou a atenção pelo depoimento foi o destaque dado ao relacionamento da pediatra. Em todas as reportagens já lidas por mim em vários jornais e revistas, jamais observei um relacionamento ser matéria de preocupação em relação ao militar masculino, pois a profissão sempre é destacada em detrimento às relações pessoais. Assim como no caso de Anita Garibaldi, que é retratada oficialmente enquanto companheira de um grande guerreiro, perdendo assim seu protagonismo devido, o relacionamento da pediatra Daniela é destaque, como se o custo de ser uma militar que vai para o Haiti fosse muito alto. Dá a impressão que a mulher abdica muito mais do que seu tempo e conforto ao ir para a MINUSTAH, ela abdica da chance de ter um relacionamento, algo que em tese todas as mulheres almejavam.

Igualmente é curioso observar que a referida militar não teve sua patente divulgada. Aliás, em nenhum dos casos relatados foi possível saber a patente das mulheres militares, o que nos dá a impressão de que elas primeiro são caracterizadas como mulheres e somente sua função as define. São médicas, dentistas e tradutoras, não profissionais militares com expectativas de carreira. Bem diferente do que ocorre com os militares masculinos.

¹¹⁰ Referência: <http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI275201-17737,00-ELAS+LEVAM+A+PAZ.html> Acesso em fevereiro de 2016.

Em outra reportagem, com o título de “Minoria na missão brasileira, mulheres atuam na retaguarda da crise no Haiti”, disponível no site UOL¹¹¹, mais uma vez o relacionamento amoroso, a família e a maternidade foram centrais para se pensar a presença das militares na MINUSTAH, conforme se pode observar pela passagem abaixo:

A capitã Rosiméri da Costa Aguiar, 41, também era professora, mas de inglês. Foi selecionada para a missão no Haiti e hoje trabalha em uma função chave. Ela é intérprete durante as reuniões do alto comando da MINUSTAH, que envolve militares de diferentes continentes. Boa parte das informações mais sigilosas da missão passam por ela. “Nunca pensei que como professora eu poderia participar de um trabalho como esse. Minha família está com muito orgulho de mim”, conta Rosiméri.

E por falar em família, Maria Cristina conta que, apesar de sua ausência, não deixou de ter responsabilidades domésticas em sua casa, que ficou a mais de cinco mil quilômetros. “Como falo com meu marido todos os dias, eu acabo avisando para pagar o condomínio, ver como está a reforma do edifício em que moramos. Um dia desses, pedi para ele tirar foto da obra e me mandar via internet para eu ver. Isso não me incomoda”, afirma a major.

Rosiméri, por sua vez, usa a internet para matar a saudade da filha, de sete anos de idade, que ficou com o pai no Brasil. “A gente se fala sempre. Não fosse o Skype (programa de vídeo-conferência), seria muito difícil”, afirma.

É uma mensagem muito clara: a capitã é um exemplo feminino para as mulheres das Forças Armadas brasileiras, pois ao mesmo tempo em que está a milhares de quilômetros de casa, não deixa de cumprir com suas “obrigações naturais”, ou seja, não deixa de ter o cuidado natural que uma mulher deveria ter para com seu lar. Relatos como esse e outros já citados anteriormente neste trabalho acabam por reafirmar a tese de que para uma mulher ser genuinamente militar, deverá ser menos mulher. Do contrário, seu lugar não é em zonas de guerra, mas na segurança e paz do lar. Por isso, a simples presença quantitativa de mulheres nas Forças Armadas não representa uma perspectiva de gênero nem tampouco avanços sociais. Apenas cumpre com diretrizes oficiais e numéricas, impedindo assim que verdadeiramente avancemos na igualdade de gênero.

O efetivo das militares brasileiras que participa da MINUSTAH é ainda muito pequeno. A cada envio de tropa, cuja renovação ocorre de seis em seis meses, uma média de dezesseis voluntárias são escolhidas, e elas acabam por se destacar em

¹¹¹ Disponível em <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2010/12/15/militares-brasileiras-revelam.htm> Acesso em março de 2016.

meio à maioria masculina. Na referida reportagem “Elas levam a paz”, a dentista Ana (não sabemos sua patente) afirmou que por serem poucas, as militares eram “evidência o tempo todo”, e acrescenta: “Não podíamos conversar por muito tempo com um homem que o subcomandante achava que estávamos tendo alguma coisa”. Tal exemplo nos mostra que a presença feminina acaba por ferir o *ethos* militar, masculino por excelência e que tem a pretensão de ser coeso, excluindo assim as mulheres, que acabam não sendo vistas como de fato militares. Percebemos por meio da reportagem supracitada que não é só a instituição que acaba por excluir simbolicamente as mulheres das Forças Armadas, mas também a sociedade assim o faz ao naturalizar funções femininas e masculinas e definir papéis designados para cada gênero.

A missão é uma das nove missões empreendidas pela ONU que possui um assessor sênior de gênero e um escritório civil que se preocupa exclusivamente com tais questões, “com a incumbência de promover a transversalização de gênero em todas as suas ações” (Giannini, 2014, p.69). Ainda de acordo com a autora, o terremoto de 2010 foi crucial para que se pudesse implantar uma via de ação contra a violência de gênero naquele país, pois o desastre evidenciou quão vulnerável era a mulher naquela sociedade hierarquizada e machista.

Para se ter uma ideia, as leis haitianas corroboraram historicamente o *status* inferior da mulher. Até 1979, as mulheres casadas obrigatoriamente eram mantidas sob tutela de seus maridos, e aquelas que se casassem com estrangeiros perdiam sua cidadania e os direitos de propriedade (Bell, 2001, p. 21). É comum ainda que no caso da mulher ficar viúva e sem filhos, as propriedades do casal sejam direcionadas para a família do marido, e não à própria viúva.

Os casos de violência baseada em gênero passaram a ser noticiados com mais frequência em relatórios na década de 1990 no Haiti, quando já não havia a ditadura de Jean-Claude Duvalier (1971-1986). A partir de então, as mulheres haitianas se organizaram em diversos protestos na referida década, inclusive com uma marcha que reuniu mais de 30 mil mulheres, desmistificando assim a ideia de passividade da mulher haitiana frente à violência que sofre (Fuller, 1999). Houve ainda a fundação de importantes organizações em funcionamento até os dias atuais, como a Fanm D’Ayiti (Mulheres Haitianas), Comité Feminin (Comitê Feminino), Solidarité Fanm Ayisyen (SOFA – Solidariedade das Mulheres Haitianas) e Kay Famn (Lar de Mulheres). Porém, como aponta Giannini (2014, p. 72), após a

deposição do presidente Aristide em 2004 a violência contra a mulher voltou a crescer, tendo agora destaque as ações implantadas pela MINUSTAH com apoio de diversas ONG's, inclusive a brasileira Viva Rio¹¹².

A presença militar feminina brasileira na MINUSTAH não pode ser dissociada do que a ONU pressupõe ser o papel das mulheres militares em zonas de conflito. Mesmo que muitas vezes as militares estejam em funções administrativas e não tenham contato com a população local, o comando brasileiro no Haiti prioriza as mulheres militares em determinados locais e funções, exatamente por acreditar que a simples presença feminina uniformizada irá produzir um efeito positivo nas haitianas, como se uma mulher não apresentasse ameaça a outra, mas somente oferecesse segurança e cuidado.

Assim, já em terreno, na MINUSTAH, as militares brasileiras seguem uma rotina pré-estabelecida, como era de se esperar: acordam às 06 h da manhã, fazem exercícios militares e seu expediente vai das 08 às 18 h de segunda a sexta e aos sábados até às 14 h. Em gráfico apresentado pelo Ministério da Defesa em 2014, assim ficam distribuídas as militares não só brasileiras na MINUSTAH:



Figura 15: Presença feminina na MINUSTAH. **Fonte:** Ministério da Defesa, 2014.

¹¹² Em 2004, o Viva Rio foi convidado por setores da MINUSTAH para implementar a paz no Haiti e ajudar na promoção da inclusão social no país caribenho. A ação da organização nasceu em *Bel Air*, um bairro de Porto Príncipe, com a realização de projetos na área de esporte, arte e educação no centro comunitário Kay Nou (nossa casa em haitiano). Fonte: Site oficial ONG Viva Rio. Disponível em <http://vivario.org.br/viva-rio-no-haiti/>. Acesso em março de 2016.

As funções exercidas, como se pode observar, são de cunho assistencial, e não poderia ser diferente, uma vez que não há mulheres no corpo de combate no Exército brasileiro. Não há militares brasileiras em locais ainda não controlados, elas fazem contato direto com a população local oferecendo principalmente serviços médicos e odontológicos. As tradutoras são preferíveis aos tradutores para facilitar o contato com mulheres e crianças locais, inclusive na tradução de palestras (ministradas por mulheres) sobre gravidez, amamentação, uso de preservativos, direito das mulheres e violência contra a mulher. De acordo com Giannini, “estas atividades representam importantes ações de conscientização e empoderamento da mulher haitiana, com consequência direta sobre sua própria proteção e sobre a prevenção da violência” (2014, p.16). Mesmo que seja uma ação útil em terrenos conflituosos, esta presença feminina militar não deixa de ser estereotipada.

3.4 Práticas e representações de gênero das brasileiras militares que atuaram na MINUSTAH

Ter acesso às militares brasileiras que foram para a MINUSTAH não foi fácil. Inicialmente acreditei que iria conseguir algumas entrevistas na EsFCEx, local que realizei a pesquisa de campo e apliquei os questionários em Salvador. Porém, para minha surpresa, não havia nenhuma mulher que havia ido pra missão de paz no Haiti no local. No entanto, aprendi com os anos estudando as Forças Armadas que é muito importante que o pesquisador tenha algo crucial: contatos. Somente assim pude conseguir encontrar as entrevistadas, pois não há uma lista oficial que me permitisse localizá-las. Fiz também uma busca pelas reportagens de revistas que abordavam o tema, enviei e-mail para órgãos oficiais, mas não obtive resposta.

Assim, por meio de contatos militares consegui seis entrevistas. O fato de eu já ter pesquisado a MINUSTAH em minha dissertação pesou positivamente, uma vez que eu não seria uma “aventureira” curiosa que poderia prejudicar a imagem da instituição. No contexto atual, em que as Forças Armadas são subordinadas ao poder civil e não mais seguem o padrão moderador¹¹³ (Stepan, 1975), busca-se uma

¹¹³ De acordo com Alfred Stepan (1975), o termo “poder moderador” tem sentido específico para o Brasil, e se refere a situações em que os militares são menos profissionais e mais politizados, e são chamados para agir como verdadeiros moderadores do processo civil. Porém, era considerada ilegítima a tomada de poder, pois se deveria buscar manutenção conservadora do sistema vigente: deposição de um chefe executivo e entrega em seguida a outro civil.

aproximação entre a instituição e os civis, mas essa aproximação ainda é cautelosa. Durante o mestrado fiz pesquisa de campo no Centro conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e fui prontamente atendida pela comunicação oficial do Exército em Brasília, mas a todo o momento eu me sentia avaliada. O fato de eu ser mulher fazia com que se sobressaísse certo “cavalheirismo” travestido de machismo em relação aos militares a mim – era como se eu fosse pura e inocente demais para falar mal da instituição. Assim, identificada desde o mestrado como “amiga do Exército”, consegui as entrevistas.

Desde o princípio minha intenção era entrevistar as mulheres pessoalmente, mas há que se levar em conta que em vários momentos da pesquisa não houve opção da minha parte. O diálogo não é uma característica intrínseca das Forças Armadas. Suas bases são a hierarquia e a disciplina, logo, não se pede; ordena; não se dialoga; obedece; não se reflete; decide. É uma instituição muito objetiva e direta. “Do que especificamente você precisa?”, já me perguntaram algumas vezes nesses anos. É um processo bem objetivo para a instituição: uma vez que o comandante autoriza a pesquisa, designa-se um oficial de ligação para ser o guia e a partir de então define-se quem será disponibilizado para responder as perguntas. Como não há a ideia de voluntários no Exército, a decisão de quem irá ser entrevistado não parte dos próprios militares, mas do comando. Assim, penso que não ter entrevistado as militares pessoalmente em seus locais de trabalho tem seu lado muito positivo, pois se as entrevistas ocorressem em seus ambientes laborais comigo, provavelmente o oficial de ligação estaria por perto, assim como aconteceu durante o mestrado e em minha pesquisa em Salvador. No conforto de seus lares, com a opção de se identificarem ou não, acredito que as militares se sentiram mais à vontade.

Das seis mulheres que responderam ao questionário e às questões, somente duas optaram pela não identificação. Mesmo assim, opto pela confidencialidade de todas elas. São militares de carreira, 5 oficiais e uma praça. O questionário aplicado na EsFCEX foi utilizado com as seis militares que foram para a MINUSTAH, com a diferença de que neste último caso acrescentei algumas tabelas e perguntas abertas, referentes às suas expectativas de carreira e suas experiências na MINUSTAH.

Na tabela a seguir, meu interesse era investigar os motivos pelos quais as mulheres optaram pela carreira militar, e qual o grau de importância das seguintes afirmativas para tal escolha:

Militares brasileiras que foram para a MINUSTAH. Total: 6

| | Muita ou alguma importância | Pouca ou nenhuma importância |
|--|------------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Influência de militares na família ou entre conhecidos. | 3 | 3 |
| 2. Falta de alternativa em termos de emprego | 1 | 5 |
| 3. Vontade de servir o país | 5 | 1 |
| 4. Possibilidade de fazer algo diferente anteriormente vedado às mulheres | 4 | 2 |
| 5. Possibilidade de melhores oportunidades profissionais que na vida civil | 4 | 2 |
| 6. Fugir à rotina e levar uma vida dinâmica | 5 | 1 |
| 7. Possibilidade de desenvolver uma atividade de prestígio | 5 | 1 |
| 8. Acesso a uma boa preparação cívica | 3 | 3 |
| 9. Possibilidade de viajar e conhecer outros lugares | 4 | 2 |
| 10. Possibilidade de ter um emprego seguro. | 6 | |

Estudos sobre a família militar demonstram que a influência paterna está ligada à escolha da futura profissão¹¹⁴ de seus filhos, assim como há certa tendência de filhas de oficiais se casarem com membros das Forças Armadas. No caso de nossas entrevistadas, 4 possuem militares na família, e três mulheres acreditam que tal fato tenha influenciado sua escolha. No caso de nossa tabela, as respostas ficaram equilibradas.

Pelas respostas acima, podemos perceber algumas correlações interessantes. 5 das entrevistadas afirmaram que a falta de alternativa em termo de emprego teve pouca ou nenhuma importância na escolha de suas carreiras, e a partir daí destacam-se algumas peculiaridades que a profissão militar traria, e em todas as afirmativas as militares demonstraram ter muita ou alguma importância. Foi

¹¹⁴ Dentre os estudos, destaco o de Silva (2013).

o caso de 5 delas afirmarem ter vontade de servir o país; 4 ter a possibilidade de fazer algo diferente anteriormente vedado às mulheres; 5 terem a possibilidade de desenvolver uma atividade de prestígio e 5 afirmarem que fugir da rotina e levar uma vida dinâmica. Todas essas maiorias demonstram certa identificação com a profissão militar, uma diferenciação do “mundo de fora” e “mundo de dentro”, ou seja, uma possível identificação com a profissão armada além do que qualquer profissão civil. Certamente o fato de entrarem por meio de concurso público e terem estabilidade possui muita importância para essas mulheres, como ficou expresso na concordância de todas elas, mas ainda assim fica claro que a carreira militar foi uma escolha, não uma simples convenção.

Em relação à família das militares, inicialmente perguntei como seus familiares reagiram à decisão de entrarem no Exército brasileiro, ao que responderam:

| | a) Mãe | b) Pai | c) Companheiro |
|---|--------|--------|----------------|
| (1) Aceitou bem a ideia | 6 | 6 | 6 |
| (2) Inicialmente fez oposição, mas depois aceitou | | | |
| (3) Não aceitou bem a ideia | | | |
| (4) Manifestou indiferença | | | |

Ainda sobre a temática familiar, perguntamos:

| | Concordo e tendo a concordar totalmente | Discordo e tendo a discordar |
|---|---|------------------------------|
| 1. Os militares devem cumprir os seus deveres independentemente das consequências pessoais e familiares. | 6 | |
| 2. O que um militar faz fora do serviço deve ser apenas da sua conta. | | 6 |
| 3. Nas Forças Armadas de hoje são necessários os mesmos rituais e tradições que no passado. | 3 | 3 |
| 4. A colocação nas unidades e tipo de funções a desempenhar deveriam ter em conta as diferentes situações familiares dos militares. | 4 | 2 |

Mais uma vez os dados revelam que as entrevistadas se mostram profissionais como qualquer outro militar, vide a total concordância com a afirmação

“os militares devem cumprir os seus deveres independentemente das consequências pessoais e familiares”. Essa afirmativa contraria as representações tradicionais de gênero, que coloca a esposa e mãe acima de qualquer outro patamar, inclusive o profissional. Mesmo assim, as militares não excluem em sua maioria (4) a importância da alocação durante suas carreiras relacionada às suas famílias. Tais dados nos mostram como a família não deixa de ser importante (aliás, não exclusivamente para homens ou mulheres), mas sim como ela não está acima da própria mulher profissional.

Em relação à integração da mulher nas Forças Armadas brasileiras, três responderam que a incorporação feminina tem sido fácil e três difícil. As que responderam fácil, afirmaram que se deve ao fato de que:

| | |
|---|---|
| a) Os militares brasileiros aceitem bem a presença de mulheres nas Forças Armadas | |
| b) As mulheres darem provas de boa capacidade de desempenho das tarefas militares | 6 |
| c) A sociedade brasileira acolher favoravelmente a inserção de mulheres nas Forças Armadas | 4 |
| d) Existência de igualdade de oportunidades e tratamento entre militares masculinos e femininos | 4 |
| e) Existência de espírito de camaradagem e ajuda entre homens e mulheres. | 4 |

As que responderam difícil, afirmaram que:

| | |
|--|---|
| a) Os militares brasileiros ainda não estão preparados para aceitar a presença de mulheres nas Forças Armadas | 6 |
| b) As mulheres ainda não estão preparadas para desempenhar tarefas militares | 2 |
| c) A sociedade brasileira não está preparada para ver com bons olhos as mulheres que queiram integrar-se nas Forças Armadas. | 2 |
| d) Concorrência pouco leal entre homens e mulheres | 2 |
| e) Inexistência de um verdadeiro espírito de camaradagem entre homens e mulheres. | 2 |

Apesar do equilíbrio das respostas, percebemos como as militares que tanto responderam como fácil ou difícil a incorporação feminina nas Forças Armadas concordam com o fato de que os militares brasileiros ainda não estão preparados para aceitar a presença de mulheres nas Forças Armadas, seja pela concordância

em 100% (difícil) e pela não referência à afirmação “os militares brasileiros aceitarem bem a presença de mulheres nas Forças Armadas”. Percebemos assim como o silêncio também é uma resposta.

No questionário havia a opção “outras razões” para aquelas que respondessem se a incorporação feminina nas Forças Armadas era difícil ou fácil. Uma capitã que está há 11 anos na instituição complementou sua resposta (selecionou a opção difícil) afirmando:

A cultura brasileira, de um modo geral, ainda é machista e até misógina em alguns casos. Meninos e meninas ainda são criados, por ambos os pais, a assimilarem certas responsabilidades atribuídas especificamente a meninos ou meninas (exemplo: ajudar com os afazeres domésticos é coisa de menina; brincar de bola é coisa de menino). Isso, a longo prazo, gera resistência por parte dos homens em aceitar mulheres em papéis anteriormente desempenhados somente por homens; e também gera nas mulheres a ideia de que devam ter alguns privilégios pelo fato de serem mulheres, o “sexo frágil”. Com isso, as reações de alguns homens tendem aos extremos: ou cobram demasiado, para gerar desconforto e provocar arrependimento nas mulheres por quererem exercer uma atividade que eles julgam não ser apropriada para elas; ou não as tratam como pares, mas como um ser frágil que precisa de sua proteção. Atualmente, com as mulheres já chegando a postos mais altos (tenente-coronel), alguns homens demonstram dificuldades em acatar ordens, ainda que de forma velada, fazendo comentários pejorativos, e depreciando a capacidade de decisão e discernimento para determinados assuntos.

Pelo depoimento da capitã, percebemos que ela está ciente do aspecto relacional entre os gêneros, demonstrando conhecimento de que a incorporação feminina nas Forças Armadas vai além de abrir vagas em um concurso – envolve questões sociais e culturais muito mais profundas. Se desde criança o menino aprende que lugar de menina é na cozinha e que seu papel é somente obedecer e ajudar, como aceitará receber ordens de uma mulher ao crescer? Afinal, naturalizou-se o papel passivo feminino. Foi recorrente nos depoimentos das militares entrevistadas a afirmação de que elas precisam provar que são capazes de desempenhar funções que foram previamente designadas (vide tabela abaixo), assim como houve total concordância da parte das entrevistadas que as mulheres dão provas de boa capacidade de desempenho das tarefas militares (vide tabela acima).

Continuando nosso questionário, uma série de afirmativas foi feita para que as militares assinalassem seu grau de concordância, como podemos observar:

| | Concordo e tendo a concordar | Discordo e tendo a discordar |
|---|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 9. A presença de mulheres favorece a instituição militar | 6 | |
| 10. As mulheres militares têm que se esforçar por provar que são capazes de fazer o que os homens fazem. | 6 | |
| 11. Nas Forças Armadas, as mulheres têm que adaptar-se aos valores militares e alterar sua maneira de ser. | 5 | 1 |
| 12. Nas Forças Armadas as mulheres são muito protegidas. | 2 | 4 |
| 13. Nas Forças Armadas as mulheres militares são pouco levadas a sério. | 3 | 3 |
| 14. Nas Forças Armadas, o fato de ser homem ou mulher não interfere na avaliação das capacidades e desempenhos de cada militar. | 3 | 3 |
| 15. As mulheres militares são muito mais controladas nas suas atividades. | 4 | 2 |
| 16. Nas Forças Armadas as mulheres são antes vistas como mulheres e só depois como militares. | 4 | 2 |

As unanimidades merecem ser destacadas. Aliás, a unanimidade total de toda a pesquisa está na afirmação “a presença de mulheres favorece a instituição militar”. Todas as categorias – alunas oficiais, militares temporárias, oficiais de carreira, praças de carreira – ou seja, todas que responderam ao questionário concordaram com tal afirmação. Ainda não se pode negar que a imagem do Exército é uma preocupação institucional, mesmo que de uma forma geral a população brasileira investigada pelo Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS): Defesa Nacional, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano-base 2012, afirme que as Forças Armadas têm um alto grau de importância, como se pode observar¹¹⁵:

¹¹⁵ Dados oficiais disponíveis no site do IPEA em www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120125_sips_defesanacional_2_apresentacao.pdf Acesso em maio de 2014.

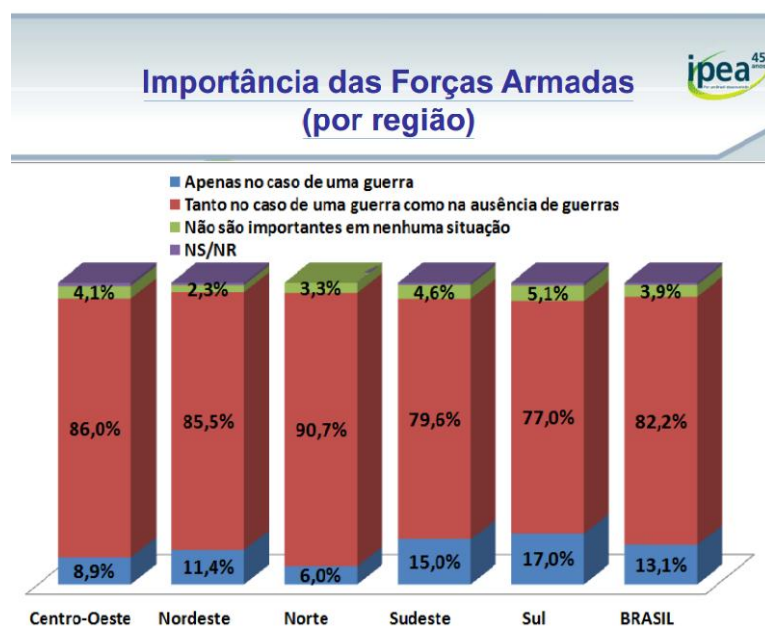


Figura 16: Pesquisa IPEA sobre a importância das Forças Armadas. **Fonte:** SIPS/IPEA, 2012.

A presença feminina, portanto, traria à instituição militar e ao Exército em particular maior identificação com a sociedade civil, como se houvesse igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. De acordo com o general Leônidas Pires Gonçalves¹¹⁶ em 2012, duas foram as principais razões para a incorporação feminina no Exército: “realizar justiça social e democrática merecidas pela mulher brasileira; depois, pragmaticamente, valer-se de uma mão de obra capaz, disponível”¹¹⁷. É exatamente esta imagem que o Exército quer ressaltar. Cabe destacar que mesmo que tenham concordado que a presença feminina favorece a instituição militar, é perceptível que 83% das entrevistadas tenham afirmado que nas Forças Armadas, as mulheres têm que adaptar-se aos valores militares e alterar sua maneira de ser. Mesmo que favorecessem a instituição, as militares primeiro são vistas como mulheres e somente depois como profissionais pelo Exército, assim como concordam 66% das entrevistadas.

Passemos para a segunda parte das respostas. Nesta seção, somente as mulheres que foram para a MINUSTAH responderam, totalizando seis no total. Uma das perguntas foi exatamente se elas acreditavam se a incorporação de mulheres

¹¹⁶ O general foi ministro do Exército durante o governo Sarney (1985-1990). Professor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), era um ferrenho defensor da ditadura civil-militar no Brasil, que expressava durante entrevistas polêmicas.

¹¹⁷ Revista do Clube Militar, ano LXXXV nº 444 fevereiro, março e abril de 2012.

favorece a instituição militar em relação à sociedade. Algumas respostas me chamaram a atenção:

Sim, acredito que temos mais credibilidade para tratar com mulheres e crianças.

(28 anos, casada, sem filhos, militar praça de carreira – 3º sargento, área da saúde, no Exército há quatro anos).

Favorece em muito. As Forças Armadas tornam-se mais flexíveis, não quanto a valores, mas com relação a aceitar outras formas de resolver problemas que não sejam apenas as baseadas na tradição. (37 anos, solteira, sem filhos, militar oficial de carreira – Tenente, área de comunicação social, no Exército há três anos).

Não sei, não posso responder, eu acho que o efetivo é ainda muito pequeno. Quem aproxima o exército da sociedade está nas funções de comando. As mulheres não possuem funções de comando. Seria uma questão de representação. Exemplo, Major Maria ta aqui, Major Francisca está na sala de aula... a sociedade não sabe disso. Mas se aqui tivesse uma Coronel Maria no comando da escola a sociedade saberia mais. Se isso fosse uma coisa comum. Se você chegasse aqui e quisesse falar com o comandante e chegasse uma comandante seria diferente. (43 anos, casada, sem filhos, militar oficial de carreira, major, área de comunicação social no Exército há 18 anos)

A primeira resposta parece ter saído diretamente das resoluções oficiais da ONU. Reforça o estereótipo de uma mulher dócil e cuidadora, incapaz de fazer mal a outro ser humano, especialmente se for outra mulher ou uma criança. Naturalizando a maternidade, a passividade e o zelo, representações como essas reforçam ainda mais a divisão entre os papéis designados para cada gênero, impossibilitando assim que haja igualdade de oportunidade de condições para homens e mulheres militares, pois se cristaliza um tipo ideal feminino, inquebrantável.

A resposta da tenente expressa como as Forças Armadas não podem ser encaradas como uma instituição alheia às mudanças sociais, estagnadas em suas tradições e restritas à caserna. As mudanças histórico-sociais, assim como pressões do movimento feminista abriram caminho para que as mulheres fossem incorporadas à instituição, portanto, há espaço para modificações.

A Major trouxe à tona o que se discutiu no primeiro capítulo – o conceito de representação. O paradoxo da representação está no binômio presença/ausência – o ausente está presente exatamente por sua ausência, ou seja, o representado justifica sua ausência pela presença do representante. De acordo com Pitkin (1967,

p. 153), ser representado significa ser feito presente em algum sentido, enquanto não estando presente literalmente ou plenamente de fato. Portanto, como ressaltou a Major, se não há mulheres em funções de comando, as militares não serão devidamente representadas, e apenas reforçarão o estereótipo de auxiliadoras e cuidadoras.

Outra questão que muito me intrigava era saber das militares se elas concordavam que as mulheres pudessem ser combatentes e ter acesso às mesmas armas que os homens. Conforme exposto no capítulo 2, na Marinha do Brasil e no Exército brasileiro as armas de combate são vedadas às mulheres. Mesmo cumprindo à legislação que impõe inserir mulheres na linha. Então, fiz duas perguntas que na verdade se complementam: as mulheres devem ter acesso a todas as armas que os homens têm? Pensa que as mulheres devem ter a possibilidade de participar, como os homens, em ações na zona da frente de combate? Algumas respostas merecem destaque:

Acho que as mulheres devem ter oportunidade de serem o que quiserem ser. Portanto, deveriam poder ser de qualquer arma, quadro ou serviço. Por um lado, os homens não acreditam na capacidade das mulheres em executar certas atividades porque têm como parâmetro as mulheres de seu convívio (mães, irmãs); por outro, nem todas as mulheres têm o perfil para determinadas funções, e elas não devem ser “aliviadas” por conta disso. (41 anos, casada, com filhos, militar oficial de carreira, capitão, professora de inglês, no Exército há 11 anos)

Honestamente, no nosso exército hoje, que é um exército de paz, sim. Mas considerando, por exemplo, o exército americano que sempre está em combate, não. Eu acho que pra todas as armas não. Não tem como colocar uma mulher na frente de combate pra desempenhar determinadas missões. Se bem que isso é muito discutido. Até hoje não fiz nenhuma... até porque não temos experiência como um exército americano ou israelense tem. Exemplo, pergunta para um capitão das Forças Especiais, que é a elite de combate do Exército, é o 007. Pergunta pra ele qual foi a última vez que ele esteve em uma missão real, ao longo da carreira. E daqui pra frente isso vai ser cada vez mais difícil, ele vai cada vez mais se burocratizar. É normal, é da carreira. Porque quem está na frente é o tenente, então não tem missão pra todo mundo. (43 anos, casada, sem filhos, militar oficial de carreira, major, no Exército há 18 anos)

Não sei. Essa é a pergunta mais difícil e que está em voga. Existem vários aspectos que devem ser levados em conta. Ouvimos histórias, sabemos de situações. Conheço homens que tão pouco têm capacidades físicas ou intelectuais e são de determinadas armas. O

Exército de Israel possuía mulheres em suas linhas de frente, mas já começam a mudar de ideia. Com tanto tempo com mulheres nas linhas de frente e agora mudando de ideia..., será que aí não tem algumas situações que foram levadas em consideração? Ou seja, Israel teve a experiência. Seria leviano de minha parte garantir que no Brasil as mulheres deveriam ir para a arma de Infantaria, por exemplo. Mas, se fosse para levar em consideração situações que nosso país passa em relação a situações militares, acho que as mulheres seriam capazes de estar em qualquer arma. Mas também gostaria que houvesse igualdade de acesso, se a mulher for capaz e passar nas provas e no que for exigido, por que não? (44 anos, solteira, sem filhos, militar oficial de carreira, capitão, tradutora, no Exército há 15 anos)

De uma forma geral, as opiniões das entrevistadas ficaram divididas. Não davam muita certeza se apoiariam a adesão a todas as armas, especialmente infantaria e artilharia. No entanto, como ressaltou a Major acima, a tradição do nosso Exército é de paz, uma vez que a última guerra que enviamos tropa foi a II Guerra Mundial, com a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Assim sendo, se ainda não criamos uma tradição em relação à participação feminina nas Forças Armadas, é ainda mais hipotético imaginar o acesso a todas as armas.

A última parte das perguntas refere-se à experiência das militares na MINUSTAH especificamente. Eis algumas respostas destacadas às perguntas: Gostaria que a senhora comentasse sua experiência na ocasião em que esteve no Haiti. O que mais lhe chamou a atenção nessa experiência? Quais eram as condições de trabalho e em que consistiam as tarefas que desempenhou?¹¹⁸

Vou começar pelas minhas condições de trabalho. A primeira vez em que fui em 2009, a estrutura onde os militares brasileiros trabalham já estava bem estabilizada e com uma infraestrutura muito boa. Todas as salas são montadas em containers (chamados CORIMECs por ser o nome de uma marca italiana), com ar condicionado, material de escritório completo, etc. Posso dizer que em termos de infraestrutura sempre trabalhamos nas melhores condições dentro da base.

No entanto, quando precisamos atuar como intérpretes e sair à rua com algum militar que necessite desse serviço, é que enfrentamos algumas situações mais difíceis. O Haiti é muito quente e com poucas condições boas de higiene. Nos lugares mais pobres, as necessidades básicas são realizadas em qualquer lugar. O cheiro é ruim, tudo é muito sujo, a poeira que levanta tem cheiro ruim e é

¹¹⁸ Algumas perguntas foram inspiradas no questionário aplicado pelo Observatorio de la mujer em operaciones de paz, do qual faço parte. Para conhecer melhor o projeto, desenvolvido pela Red de seguridad y defensa de America Latina (RESDAL), acessar <http://www.resdal.org/observatorio-mujer/muj-paz.html>

muito suja... Nesses momentos, realmente, precisamos pensar em coisas boas e enfrentar tudo com certo bom humor, porque além de tudo, o trânsito é caótico. Pense nas pessoas buzinando como loucas, cruzamentos abarrotados pelo número de carro e pela falta de sinalização, os mais impacientes seguindo o trânsito pela calçada, uma verdadeira loucura. E você sai para dirigir uma distância de poucos quilômetros, mas que pode demorar horas... Essas são nossas condições de trabalho quando precisamos sair à rua. O que mais chama nossa atenção quando andamos pelas ruas é a pobreza extrema em alguns lugares, as crianças andando peladas (chamadas de *restaveks* – “escravos”, ou seja, crianças que são “emprestadas” para outras famílias e fazem trabalhos domésticos. Mulheres trabalhando e carregando todo o peso enquanto homens ficam jogando ou fazendo nada. E o fato dos homens sempre usarem camisas, nunca andam com o peito desnudo, pois isso reflete tempos de escravidão, etc. (44 anos, solteira, sem filhos, militar oficial de carreira, capitão, tradutora, no Exército há 15 anos)

Apesar de eu ter chegado no Haiti logo após o terremoto que devastou o país em janeiro de 2010, as condições de trabalho na Base eram excelentes, já que as instalações são mantidas com recursos financeiros da ONU. Como os alojamentos e estações de trabalho funcionavam em *corimecs*, nossas instalações foram pouco afetadas pelo terremoto. Eu era uma das 5 intérpretes do Batalhão, que – entre outras coisas - traduzia documentos remetidos e recebidos da ONU. Eu quase não me ausentava da Base, mas as poucas missões que tive fora me fizeram lastimar a situação em que se encontra aquela população, sistematicamente devastada por catástrofes (terremotos ou tornados). Percebi que não temos problemas no Brasil; que aqui sempre temos o Estado, ainda que de forma precária, a nos atender. No Haiti, eles não têm energia elétrica (usam carvão, e alguns poucos abastados, gerador de energia), quase não têm hospitais, o trânsito é caótico, o transporte público é de péssima qualidade, mas as crianças se vestiam impecáveis para irem à escola, e muitos se aglomeravam na porta das Bases desde as 3:00 da manhã para, talvez, conseguir um trabalho de um dia e ganhar uma cesta básica como pagamento. Eles têm muita facilidade em aprender outros idiomas (muitos adolescentes falam português e inglês fluentes, além do creole, idioma local), são pacíficos (apesar de ainda haver gangues em algumas localidades), são trabalhadores e otimistas. (41 anos, casada, com filhos, militar oficial de carreira, capitão, professora de inglês, no Exército há 11 anos).

O que mais me impressionou na missão de país foi o povo haitiano. Com uma cultura totalmente diferente da nossa. A situação da mulher haitiana é complicada, com a crise do país quem mais sofre são os mais vulneráveis, mulheres e crianças. Existe uma célula da ONU voltada para a situação da mulher, essa célula tem sua atenção voltada tanto para as haitianas quanto para as militares. Existe encontro regulares onde as militares podem trocar suas experiências e compartilhar como é o papel da mulher em seu país. Eu desempenho a função de chefe da seção técnica da BRAENGCOY e as condições de trabalho são boas. Devido a minha função consigo ter um contato maior com o público externo. Porém houve uma certa resistência para que as mulheres desempenhassem as mesmas

tarefas que os homens inicialmente. Desenvolvemos trabalhos junto com instituições que fazem trabalho humanitário no Haiti. Tive um contato mais intenso com o Instituto Sagrado Coração que realiza um trabalho fantástico no Haiti. Lá freiras e freis atendem crianças e mulheres. Possuem uma escola e uma clínica, na qual realizam o acompanhamento de 200 grávidas quinzenalmente. Segundo as freiras, é fácil notar que existe o espancamento e abuso por parte dos parceiros. (29 anos, solteira, sem filhos, militar oficial de carreira, tenente, engenheira, no Exército há 10 anos).

Percebe-se pelas respostas uma diferenciação bem clara no trabalho desenvolvido pelas mulheres em campo: por um lado, estão atreladas ao “conforto” do *container*, trabalhando administrativamente, com uma rotina parecida que realizavam no Brasil. Quando saem a campo, enxergam a realidade da sociedade haitiana comparando-a com a do Brasil. Destaco a fala “houve uma certa resistência para que as mulheres desempenhassem as mesmas tarefas que os homens inicialmente”. Tal frase me soou estranha, pois as militares não desempenharam na missão as mesmas tarefas que desempenham usualmente no Brasil? Não tive oportunidade de questionar a entrevistada, mas me parece que a resistência era em relação ao aspecto externo da missão, pois nesse contexto as militares saíam da “zona de conforto” do *container* e tinham acesso à população local.

Procurei entender por que na opinião das militares há poucas mulheres participando das missões de paz. É preciso recordar que o efetivo feminino no Exército é pequeno, correspondente a 3,2%, conforme ressaltado no segundo capítulo. No entanto, gostaria de saber se na visão delas haveria outro motivo para a incorporação ser baixa. Destaco duas respostas:

Primeira há uma grande barreira da tradição militar. Não nos enganemos – a sociedade brasileira é altamente patriarcal, imagina no Exército Brasileiro. As medidas ainda estão distantes, precisamos de mulheres em níveis de decisão. Os homens “decidem” pela gente, o que é “melhor” para a gente... Uma das melhorias que podemos ter é a entrada agora das mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras. Pequeno passo, mas é um começo... ainda vamos demorar a estar em posições de comando. (44 anos, solteira, sem filhos, militar oficial de carreira, capitão, tradutora, no Exército há 15 anos)

Na realidade acho que o Brasil já possui essa preocupação de incluir a participação feminina, talvez isso seja o reflexo da sociedade. Cada vez mais a mulher está procurando sua melhor qualificação, e isso irá refletir a longo prazo. Acho que o Brasil já procura incluir as mulheres no contexto da missão de paz. (29 anos, solteira, sem

filhos, militar oficial de carreira, tenente, engenheira, no Exército há 10 anos).

Achei a primeira resposta bem interessante. Sabemos que se um país avança na luta pela igualdade de gênero, a incorporação da mulher nas Forças Armadas torna-se uma agenda, uma vez que a instituição não pode ser separada das demandas sociais. A reflexão da capitã acima aponta tal entendimento, ainda evidenciando que se a militar brasileira assumisse mais cargos de comando seria mais significativo em relação à representação social da presença feminina na instituição. A segunda resposta também ressaltou o fato da demanda social também ser um fator para incorporação feminina nos quadros das Forças Armadas, demonstrando assim o entendimento que é preciso compreender a relação entre sociedade e forças armadas como uma via de mão dupla, e não pensada isoladamente.

Em relação às vagas disponíveis para se voluntariarem em missão de paz, essas são poucas. Além da questão quantitativa, procurei investigar que razões as mulheres apontariam para a baixa participação de mulheres brasileiras em missões de paz. Eis algumas respostas interessantes:

Alguns comandantes levam mulheres em vagas em que é possível levar mulheres. Há comandantes que sequer querem levar mulheres para missões de paz porque já acham que onde ficam mulheres e homens juntos nas condições em que ficamos nas missões (convivência próxima e 24 horas por dia), problemas vão sempre surgir. Muitas mulheres não são voluntárias, pois não conseguem ficar longe dos filhos ou da família. Por não termos mulheres combatentes, ficamos um pouco limitados também nos tipos de vagas. Não posso também chegar e colocar nessas vagas possíveis somente mulheres, pois também não seria justo com homens competentes que brigam para ir nessas vagas também. É um assunto complexo, que ainda levam muitos aspectos a serem considerados. (44 anos, solteira, sem filhos, militar oficial de carreira, capitã, tradutora, no Exército há 15 anos – grifo meu)

Poucas mulheres participam de missões de paz por conta das funções previstas nos contingentes. Como ainda não são combatentes, o que resta para as mulheres são os cargos de intérprete, médico, enfermeiro e dentista. Além disso, é uma exigência da ONU que todos os integrantes dos contingentes sejam voluntários, e a maioria das mulheres que conheço não o são. No meu contingente, por exemplo, éramos 5 mulheres, sendo 2 intérpretes (dos 5 previstos); 2 médicas (dos 4 previstos, uma da Marinha e outra do Exército) e uma sargento Auxiliar de Enfermagem. Portanto, não era um número tão pequeno se comparado ao número de vagas previstas. Além disso, acredito que a maternidade interfira de alguma forma para que muitas mulheres

não se voluntariam para missões de paz. (41 anos, casada, com filhos, militar oficial de carreira, capitão, professora de inglês, no Exército há 11 anos).

É preciso olhar além do que é numericamente comprovado. Nas duas respostas destacadas, a mulher é vinculada a um padrão construído sobre o que deveria ser sua função social: a maternidade. Mais uma vez percebe-se como a profissão militar é muitas vezes pensada como secundária à vida daquela que a escolhe. Esteja exercendo uma função administrativa no Brasil ou em uma zona de conflito no Haiti, a mulher é vista antes de tudo enquanto mãe, não como militar. Por isso, como última pergunta quis saber que ganhos particulares as mulheres obtiveram ao fazerem parte de uma missão de paz:

A experiência na missão de paz no Haiti me fez perceber que o aspecto cultural de um povo é o fator determinante para o progresso do país. Guardadas as devidas proporções, percebi muita semelhança entre o povo haitiano e o brasileiro. No entanto, somos um país mais antigo, maior, com mais recursos naturais, menos catástrofes, e, portanto, mais possibilidades de progresso. Infelizmente, não é isso o que vem acontecendo em ambos os casos. (41 anos, casada, com filhos, militar oficial de carreira, capitão, professora de inglês, no Exército há 11 anos).

Intercâmbio com outras nações, percepção do profissionalismo e capacidade dos brasileiros. Ouvi muito falar que a gente se destaca por estar no meio de “latinos”. Puro preconceito com os “latinos”, que desempenham seu papel muito bem, e conosco, brasileiros que nos destacamos e merecemos os elogios e a admiração de gente de todo o mundo. Vi major americano encantado com a organização e as capacidades da Engenharia brasileira; ouvi coronel canadense confessar sua “inveja” pela expertise do Exército Brasileiro na perfuração de poços e vi o *staff* da ONU confiar múltiplas e variadas missões aos brasileiros. Sei dos problemas que o Exército tem como instituição, mas agora sei mais das capacidades de realização dele. O confinamento também é uma experiência transformadora que aliada com os problemas vistos corriqueiramente nas ruas mudam em muito a forma de pensar e ver o mundo. Não se pode dizer que o ser humano se torna melhor ou pior, mas ele não é mais o mesmo. (37 anos, solteira, sem filhos, militar oficial de carreira – Tenente, área de comunicação social, no Exército há três anos).

O ganho particular de participar de uma missão de paz é imenso, é uma realização tanto pessoal como profissional. É claro que possuem alguns obstáculos associados ao fato de ser uma mulher, existe o assédio interno e externo, pois os homens em geral não mudaram o seu pensamento em relação a mulher. Porém a experiência que uma participação na missão de paz agrega é algo difícil de descrever. Aqui existem tropas de vários países onde

podemos trocar as experiências. O fato de desenvolver um trabalho de engenharia em um país estrangeiro com o apoio de outros países, traz um crescimento profissional com trocas de ideias. Agradeço ao Exército mais essa oportunidade de desempenhar a minha profissão de uma forma peculiar e ter essa experiência de vida agregada a minha carreira. (29 anos, solteira, sem filhos, militar oficial de carreira, tenente, engenheira, no Exército há 10 anos).

O último depoimento, da tenente engenheira, foi o primeiro que tocou no assunto assédio, mesmo que não tenha se estendido e discorrido mais sobre o assunto. Dentre todas as entrevistas e reportagens que tive acesso, assim como pelas publicações oficiais, sempre se reforça que o assédio não ocorre no Exército brasileiro, como se pode observar pelas denúncias dos Estados Unidos, por exemplo. Certamente o assunto é um tabu, e merece investigação posterior. Lembrando que de acordo com os questionários aplicados por mim na EsFCEx, 96,6% afirmaram que discordam que as militares sejam protegidas, porém, percebemos pelos depoimentos das militares e demais publicações oficiais do Exército que a mulher ainda é vista como um corpo frágil.

Considerações finais

Ao iniciar minha pesquisa há quatro anos acreditava que iria encontrar as respostas necessárias que confirmassem minha hipótese, a de que, apesar da inserção feminina no espaço público apontar para mudanças nas relações de gênero decorrentes da ocupação de profissões classificadas como masculinas por mulheres, o papel atribuído às mulheres militares, em concordância com a ONU, continua sendo definido pelas representações tradicionais de gênero, que têm por referência o modelo patriarcal de família, reiterando assim a dominação masculina e a desigualdade. Como numa equação matemática, eu acreditava que havia “a resposta”.

Porém, conforme observado no decorrer do presente trabalho, não há “a resposta”. Institucionalmente, há sim. Aliás, tanto a mídia, a ONU quanto a instituição militar naturalizam e exaltam uma imagem consolidada e preferivelmente imutável de mulher: aquela que auxilia, cuida e, sobretudo pacifica ambientes marcados pela guerra e por conflitos. É a guerreira da paz.

Procurei demonstrar no decorrer da pesquisa que, apesar de vários exemplos terem nos mostrado que no caso brasileiro “a mulher” é evidenciada antes da profissional militar, muitas militares não concordam com tal assertiva. Conforme uma major por mim entrevistada pessoalmente afirmou: “existem mulheres e mulheres. Existem mulheres capazes e não capazes, não dá pra generalizar. Como existem alguns homens que não têm capacidade. Não é o que você tem no meio das pernas que vai definir alguma coisa. Tem homens que não são capazes, não têm pendor militar. Não é uma questão de gênero”. Assim, nem todas as mulheres, apesar de pertencerem a uma instituição com um *ethos* sobretudo masculino, se sentem menos militares por serem mulheres. Nem todas acreditam que a maior arma da mulher é o batom. Ao adentrarem na instituição militar, fizeram uma escolha profissional voluntária, e não evidenciam a todo o momento que são mulheres unicamente frágeis e pacíficas, simplesmente por não concordarem com a cristalização da imagem da mulher. Certamente há aquelas que naturalizam discursos do dominante, conforme observamos em diversos exemplos, mas isso só prova quão subjetivo e surpreendente o campo se mostrou.

A tarefa mais árdua para mim no decorrer da pesquisa foi desconstruir um ideal de militar e de mulher tão enraizado em nossa cultura. Quando tudo aparenta

ser perfeitamente protocolar e organizado, quando fardas impecáveis são vestidas e supostamente mulheres são tratadas de forma igualitária na instituição, fica difícil enxergar as nuances, os percalços e as desigualdades enfrentadas pelas militares, inclusive pelo impedimento de terem as mesmas oportunidades de carreira que os homens. O machismo velado, apresentado no decorrer da pesquisa como delicadezas ou “discriminação positiva”, demonstra como ainda justificativas biológicas limitam e impedem a igualdade de oportunidades na profissão militar. Enxergar os conflitos, as contradições e desafios é que fazem com que as coisas mudem, e as mudanças, urgentemente necessárias por sinal, só ocorrem a partir de questionamentos da ordem vigente.

Por meio das fontes disponíveis, como os questionários, as entrevistas, dados oficiais, reportagens analisadas, fotos das mulheres militares em terreno, juntamente com o aparato teórico utilizado, percebemos como as representações tradicionais de gênero influem sobre o papel atribuído, pelo Estado brasileiro, às mulheres que são incorporadas nas Forças Armadas, particularmente nas Missões de Paz, e mais especificamente ainda no Exército em sua participação na MINUSTAH. Inicialmente, este era o objetivo inicial da pesquisa, e acreditamos tê-lo cumprido.

Para além das fontes oficiais e perspectiva do Estado brasileiro ou mesmo da ONU, observo como as mulheres militares do Brasil foram essenciais para a pesquisa. Fontes originais, nos mostraram como este campo é amplo e passível de muita investigação posterior. Na verdade, analisar criticamente a inserção feminina nas Forças Armadas brasileiras utilizando a perspectiva de gênero nos faz refletir como a interação entre os sujeitos que estão inseridos em certos contextos acabam por estruturar certas práticas, em uma clara relação de poder. No caso da adesão à instituição militar, percebemos como ela atua e transforma os sujeitos, trazendo um novo significado à realidade social. O universo simbólico que permeia o novo indivíduo é dotado de valores que passam a estruturar e hierarquizar saberes, práticas e ações. Se de acordo com Berger e Luckmann “a realidade é constituída socialmente” (2004, p. 11), é somente através de uma análise sociológica que é possível melhor compreender o cotidiano entre indivíduos em uma instituição ao mesmo tempo fechada e em constante interação com a sociedade que a cerca.

Destaco ainda que pelos depoimentos, vemos que não podemos classificar as militares brasileiras que foram ou não para a MINUSTAH em um esquema lógico de percepção. Não podemos afirmar que toda mulher militar brasileira é submissa à

instituição e que, portanto concorda com tudo que é publicado. Se assim acreditasse, estaria retirando dela toda a autonomia de ser quem escolheu ser. Não existe a mulher militar, cristalizada. Existem mulheres que escolheram a profissão militar e que possuem diversas interpretações sobre o que é ser mulher, militar, brasileira, mãe, hétero ou homossexual, enfim, há muitas mulheres em uma militar, e elas não devem ser encaixadas em nenhum padrão pré-determinado. Durante séculos um esquema perverso limitou mulheres e as definiu monoliticamente. Porém, o exercício crítico e a possibilidade de obtermos novos olhares a respeito da realidade social, tendo como subsídio os conceitos teóricos aqui utilizados, demonstram que há sempre possibilidade de mudanças e novos recomeços.

Pela visão institucional, a presença militar feminina brasileira acaba por reforçar o papel assistencialista da instituição ao mesmo tempo em que reforça o estereótipo feminino de cuidadora. Mais uma vez, nos encontramos com o paradoxo: se ser militar é sobretudo aderir à masculinidade, uma mulher que se masculiniza deixa de ser “a” mulher, ou seja, ao abdicar de sua “natureza feminina”, já é algo indefinível, pois não é nem militar nem mulher. Tais esquemas polares somente nos separam ainda mais do exercício de compreender uma ampla gama de possibilidades de interpretações. Talvez não haja um paradoxo, afinal. Talvez a construção do próprio paradoxo seja mais uma tentativa de definir e delimitar algo que na verdade não pode ser respondido objetivamente. Por este motivo, não houve fonte melhor para desconstruir certezas estáticas do que as próprias militares brasileiras. Ao ouvi-las, percebi que ao contrário de repostas, dúvidas e novos questionamentos surgiram, trazendo assim à tona a possibilidade de repensar e refletir sobre um tema tão complexo. Creio que é o que deve ser o papel da ciência - uma desconstrução constante de afirmativas até então consideradas imutáveis.

Referências bibliográficas:

ACKER, Joan. **Gendered institutions: from sex roles to gendered institutions.** Contemporary Sociology 21, nº5 (1992). p. 565-569.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo.** Coleção primeiros passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARISTÓTELES. **Retórica.** Tradução de Marcelo Silvano Madeira. São Paulo: Rideel, 2007. (Coleção biblioteca clássica)

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as nações.** Imprensa oficial do Estado. Editora Universidade de Brasília: São Paulo, 2002.

AUDI, Robert. **Dicionário de Filosofia de Cambridge.** São Paulo: Paulus, 2006.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **Palavras de homens (1790-1793).** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

BELL, Beverly. **Walking on Fire: Haitian Women's Stories of Survival and Resistance.** Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2001.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade. Tratado de Sociologia do conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 2004.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada.** Nova Versão Internacional. São Paulo: Bíblia Brasil, 2000.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BORGES, Elaine. **A missão de paz no Haiti (MINUSTAH) e a reconstrução da imagem do exército brasileiro pós-redemocratização**. Dissertação de mestrado. UENF, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia nacional de defesa**. Brasília, 2008.

_____. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília, 2012.

BURRELLI, David F. **Women in combat: Issues for Congress**. Congressional Research Service. May 9, 2013.

CAIRE, Raymond. **A mulher militar, das origens aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

CARREIRAS, Helena. **Mulheres nas Forças Armadas portuguesas**. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

_____. **Família, maternidade e profissão Militar**. Revista Estudos feministas. Rio de Janeiro: IFCH/UFRJ, vol. 5, p.69-81, 1997b.

_____. **O olhar dos homens: resistência e cumplicidade nas respostas masculinas à integração de mulheres nas Forças Armadas**. In: MATHIAS, Suzeley Kalil. **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo, UNESP, 2009.

_____. **Gender and the Military. Women in the Armed Forces of Western Democracies**. London: Routledge (Cass Military Studies), 2006, 262 pages.

CASTELÃO, M. P. L. **Homens e mulheres em Armas: duas dinâmicas de identidade?** Nação e Defesa, n. 88, p. 113-1337. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1999.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. **Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total**. Militares e Política. v. 1, p. 1-7, jul./ dez. 2007.

_____. LEIRNER, Piero (orgs). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

CAVILHA, Juliana. **Histórias de Quartel: um estudo de masculinidades com oficiais fora da ativa**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CHARTIER, Roger. **História cultural entre práticas e representações**. Trad. portuguesa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Lisboa: DIFEL, 1990.

CHINELLI, Fernanda. **Mulheres de Militares: família, sociabilidade e controle social**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política**, in: Labrys, estudos feministas. Janeiro/julho/2005 Disponível em: www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm Acesso em agosto de 2015.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas**. *Security and Defense Studies Review*. ISSN:1533-2535, Volume 3 No. 1, 2003. Disponível em: <http://www3.ndu.edu/chds/journal/index.htm> Acesso em janeiro de 2013.

_____. **Mulheres e questões de gênero nas Forças Armadas brasileiras**. In: Seminário sobre investigación y educación en estudios de seguridad y defensa. Santiago del Chile, 2003a. Disponível em:

<http://www.resdal.org/Archivo/d0000216.htm> Site da RESDAL. Acesso em fevereiro de 2013.

_____. **Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil.** In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor;4 KRAAY, Hendryk (Orgs.). Nova história militar brasileira, Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 453-459.

DAMATTA, Roberto. **Funcionalismo (verbetes).** In: SILVA, Benedicto (coord.). **Dicionário de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1987.

DAVIS, David Brion. **He Changed the New World.** *The New York Times Review of Books*, Nova York, v. 54, n. 9, 2007. Disponível em: <http://www.nybooks.com/articles/archives/2007/may/31/he-changed-the-new-world/> Acesso em março de 2011.

DONADIO, Marcela; Mazzotta, Cecilia, **La mujer en las instituciones armadas y policiales :resolución 1325 y operaciones de paz en América Latina.**1a ed. - Buenos Aires : RESDAL, 2009.

_____; TIBILETTI, Maria de la Paz. **Atlas comparativo de la Defensa en America Latina y Caribe.** 1 ed. Buenos Aires: RESDAL, 2014.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder.** Rio de Janeiro, Editora Globo, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História oral: um inventário das diferenças.** In: ENTRE-VISTAS: abordagens e usos da história oral /Marieta de Moraes Ferreira (Coordenação); Alzira Alves de Abreu [et al]. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998. 316 p.

FIGUEIREDO, Luciano. **Mulher e Família na América Portuguesa.** São Paulo: Atual, 2004. – (Coleção Discutindo a História do Brasil)

FERREIRA, Verônica. **Entre emancipadas e quimeras - imagens do feminismo no Brasil**. Cadernos AEL, n. 3/4, 1995/1996.

FONTOURA, Paulo Roberto C. Tarrisse. **O Brasil e as Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 2005.

FOUCAULT, Michel. **L'herméneutique du sujet cours au Collège de France**. 1981 – 1982. Édition publiée sur la direction de François Ewald e autres. Paris. Gallimard, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. São Paulo: Global editora, 51 Ed., 2006.

FULLER, Anne. **“Violence: Haitian Women Unite Women’s Rights and Human Rights”**. Association of Concerned African Scholars, 1999.

GARCIA, Cristiano Hehr. **“O que está faltando aqui é disciplina de formar polícia.” Análise da introdução da disciplina direitos humanos na formação policial militar no Espírito Santo**. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIANNINI, Renata Avelar. **Género, Fuerzas Armadas y policía: la participación del Cono Sur en operaciones de paz**. In: Donadio, Marcela; Mazzotta, Cecilia, **La mujer en las instituciones armadas y policiales : resolución 1325 y operaciones de paz en América Latina**. 1a ed. - Buenos Aires : RESDAL, 2009.

_____; **En la encrucijada: Haití, MINUSTAH y la comunidad internacional**. Reporte final Trabajo de campo en Haití. Buenos Aires: RESDAL, 02/10/2011.

_____; **Promover gênero e consolidar a paz: a experiência brasileira.** Artigo Estratégio 9, Insituto Igarapé, setembro de 2014.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

GRAHAN, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823.** Tradução de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

GRATIUS, Susanne. **Brasil en las Americas: Una potencia regional pacificadora?** Working Paper n 35, FRIDE, 2007. Disponível em <http://www.fride.org/eng/Publications/Publication.aspx?Item=1282> acesso em janeiro de 2011.

GRONDIN, Marcelo. **Haiti: cultura, poder e desenvolvimento.** São Paulo: Brasiliense, 1985 (Coleção Tudo é História, 104).

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos.** São Paulo: Companhia das letras, 2003.

_____; **Globalização, Democracia e Terrorismo.** SP: Companhia das letras, 2008.

_____; Terrence Ranger (org). **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, H. H. O. B. Feminismo em tempos pós-modernos. In: HOLLANDA, H.G.O.B (Org). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 7-19

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado. Teoria e política das Relações entre civis e militares.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

ISKRA, Darlene M. ***Women in the United States armed forces: a guide to the issues***. Santa Barbara, California, Praeger: 2010.

JACOBY, Tami Amanda. ***Women in zones of conflict: power and resistance in Israel***. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2005.

JUNG, C. G. ***O homem e seus símbolos***. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

KANT, Immanuel. ***A paz perpétua. Um projeto filosófico***. Covilhã, LusoSofia press: 2008.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. **Da legitimação à condenação social**. In: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana M. (orgs). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

LIMA, Lana Lage da Gama. ***Delegacias especializadas de atendimento à mulher: obstáculos para a implantação de uma política pública de gênero na área de segurança pública***. XXIV Simpósio Nacional de História. (ANPUH 2007) UNISINOS, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, julho de 2007.

_____; SILVA, S. S; NEVES, P.C; BARBOSA, L.M. ***As Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher no Rio de Janeiro: uma análise de suas práticas de administração de conflitos***. 7º Seminário Fazendo Gênero: Gênero e Preconceitos. Simpósio Temático 39: Gênero, Violência e Segurança Pública. Santa Catarina, setembro de 2006.

_____. **As práticas de administração de conflitos de gênero no cotidiano das Delegacias de Polícia**. Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História. *Dimensões*, vol. 23, pp. 117-139, 2009.

_____; SOUZA, S. A. **Paterfamilias**. (verbete) In: COLLING, A. M; TEDESCHI, L. A. (Orgs). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: UFGD, 2015.

_____. SOUZA, S. A. **Patriarcalismo**. (verbete) In: COLLING, A. M; TEDESCHI, L. A. (Orgs). Dicionário crítico de gênero. Dourados, MS: UFGD, 2015.

LINES, Lisa. **Milicianas: Women in combat in the Spanish Civil War**. United Kingdom, Lexington Books, 2012.

MACHADO DE ASSIS. **Obras completas: crônicas**. Rio de Janeiro, Edições WM Jackson, 1957.

MARLOWE, David H. **The manning of the force and the structure of battle: Part 2: Men and Women**. In: FULLINWIDER, RD, Conscripts and volunteers: military requirements, social justice and the all-volunteer force. New Jersey: Roman & Allanheld, 1983.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **A Resolução 1325/2000 e seus Planos de Ação no Cone Sul: uma aproximação de gênero nas missões de paz**. Buenos Aires: RESDAL, 2009.

_____. **As mulheres chegam aos quartéis**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

MATOS, Maria Izilda S. **Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea**. Cadernos Pagu, n. 11: p. 67-75, 1998.

MEYER, D. E; SCHWENGBER, M.S **Maternidade** (verbete) In: COLLING, A. M; TEDESCHI, L. A. (Orgs). Dicionário crítico de gênero. Dourados, MS: UFGD, 2015.

MILL, J. S. **A sujeição das mulheres**. Coleção Grandes Obras do pensamento universal, vol 39. São Paulo: Escala, 2006.

MORGAN Lewis. **A Sociedade primitiva. Vol I e II**. Coleção Síntese – Lisboa: Editorial Presença, 1980.

MORIN, Tania Machado. **Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa – 1789-1795**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2009.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. Vitória: EDUFES, 2001.

_____. **Paradoxos do progresso. A dialética da relação mulher, casamento e trabalho**. Vitória: Edufes, 2008.

_____; RANGEL, Livia Silveira. **Família**. (verbete) In: COLLING, A. M; TEDESCHI, L. A. (Orgs). Dicionário crítico de gênero. Dourados, MS: UFGD, 2015.

NYE JR, Joseph. **Soft Power**. Foreign Policy, n. 80, Twentieth anniversary, 1990. p. 153-171.

_____. **O futuro do poder**. São Paulo, Benvirá, 2012.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa. **Enfermeiras brasileiras na retaguarda da Segunda Guerra Mundial: repercussões dessa participação**. Texto & Contexto – Enfermagem, vol. 18 n. 4, Florianópolis, Out/Dez, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta da Organização das Nações Unidas**. São Francisco: 26 de junho de 1945.

PAIVA, Wilson Alves. **Emílio: texto e contexto**. Revista portuguesa de pedagogia, Ano 45-2, 2011, p. 5-26. Disponível em: <http://iduc.uc.pt/index.php/rppedagogia/article/view/1339/787> Acesso em setembro de 2014.

PEDRO, Joana Maria. **Corpo, prazer e trabalho**. In: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana M. (orgs). Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

PERROT, Michelle. **Sexuação da história**. In: HIRATA, Helena (org). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo, UNESP, 2009.

PINTO, J.M. **Considerações sobre a produção social de identidade**. Revista Crítica de Ciências Sociais, número 32, junho de 1991.

PITKIN, Hanna. **The concept of representation**. San Francisco: University of California Press, 1967.

POSTER, Mark. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PRADO, Maria Lígia; FRANCO, Stella Scatena. **Participação feminina no debate público brasileiro**. In: Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

PRATT, Marion y WERCHICK, Leah. ***Sexual Terrorism: Rape as a Weapon of War in Eastern Democratic Republic of Congo: An assessment of programmatic responses to sexual violence in North Kivu, South Kivu, Maniema, and Orientale Provinces***. USAID, 18, march, 2004.

PRETO, Alessandra Falcão. ***O Conceito de Diplomacia Presidencial: O Papel da Presidencia da República na Formulação de Política Externa***. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

QUÉTEL, Claude. ***As Mulheres na Guerra (1939-1945)***. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009. 2 volumes.

RIAL, Juan. ***La mujer en las organizaciones militares de América Latina***. In: Donadio, Marcela; Mazzotta, Cecilia. *La mujer en las instituciones armadas y policiales: resolución 1325 y operaciones de paz en América Latina*. 1a ed. - Buenos Aires: RESDAL, 2009.

RIBEIRO, Darcy. ***As Américas e a civilização***, Petrópolis: Vozes, 1979.

ROUSSEAU, J.J. ***Emílio ou Da Educação***. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAINT-PIERRE, Héctor. **Reflexiones sobre la crisis haitiana**. In: Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe: edición 2010 – 1ª ed. – Buenos Aires: RESDAL, 2010.

SCOTT, Ana Silvia. **Família: o caleidoscópio dos arranjos familiares**. In: PINSKY, C. B. PEDRO, Joana Maria. Nova história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2012, p.15- 42.

SCOTT, Joan. **História das mulheres**. In: BURKE, Peter (org). A escrita da História. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Tradução de Christine Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1995.

SEGAL, Mady. **Funções Militares das Mulheres numa Perspectiva Comparada**. Revista Nação e Defesa, v. 88, p. 15-43, 1999.

SILVA, Cristina Rodrigues. **Masculinidades e Feminilidades nas Forças Armadas: uma etnografia do ser militar, sendo mulher**. VII Reunião de Antropologia do Mercosul, no GT Antropologia do Estado, Porto Alegre-RS, julho de 2007. Disponível em: http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Cristina_Rodrigues_da_Silva_13-08-07.pdf Acesso em agosto de 2015.

_____. **A Casa e o Quartel: uma análise antropológica sobre o Exército e a Família na Academia Militar das Agulhas Negras**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2010.

_____. **Famílias de militares: explorando a casa e a caserna no Exército brasileiro**. Florianópolis: Revista de Estudos Militares, 2013.

SILVA, Márcio Rodrigues. **O quadro complementar de oficiais: um estudo de análise institucional em ambiente militar**. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, junho de 2006.

SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. **Nova história militar**. In: CARDOSO, C.F; VAINFAS, R (orgs). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 113-132.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. **A conquista do espaço público**. In: PINSKY, Carla B; PEDRO, Joana M. (orgs). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

STEPAN, Alfred. **Os militares na Política**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

SUANO, Marlene. **Uma guerra entre irmãos**. In: *Coleção História Viva Deuses da mitologia*, volume 5, São Paulo: Duetto Editorial, 2008.

TARDIN, Elaine Borges. **O Exército brasileiro no Haiti: a reconstrução de uma imagem manchada pela ditadura militar**. Curitiba, Appris, 2015.

UNITED NATIONS, Department of Peacekeeping Operations. **Ten-year impact study on implementation of UN Security Council Resolution 1325 (2000) Women, Peace and Security in Peacekeeping**. New York, USA, 2010. Disponível em http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/10year_impact_study_1325.pdf Acesso em julho de 2014.

_____. **Gender Equality in UN Peacekeeping Operations**. November 2006. Disponível em http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/gender_directive2006.pdf Acesso em julho de 2014.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **História das Mentalidades e História Cultural.** In: CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VIA, Sandra. **Gender, militarism, and globalization: soldiers for hire and hegemonic masculinity.** In: Gender, War and militarism. Feminist perspectives. Santa Barbara California, Praeger, 2010.

WEBER, Max. **A política como vocação.** In: Gerth & Mills. *Ensaios de sociologia.* 5. 183d. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1982.

_____. **Economia y sociedad.** Trad. José M. Echevarria et alii. México, D.F. Fondo de Cultura Econômica, 13 ed. 1999.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder.** Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa do Estado de São Paulo, 2002.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras.** In: Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

Apêndice: questionário utilizado com as mulheres militares da ESFCEX, tendo por referência o trabalho de Carreiras (1997) e observatório das mulheres – RESDAL.



PPGSP

Roteiro para entrevista

Pesquisadora: Elaine Borges Tardin – Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

O questionário anexo faz parte de um projeto de investigação sociológica, de iniciativa universitária (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – nível doutorado). Gostaria que colaborasse conosco respondendo a um conjunto de perguntas em que solicitamos sua opinião sobre o tema da participação e incorporação feminina nas Forças Armadas, com a garantia de que se guardará completa confidencialidade das respostas que nos quiser dar.

O questionário destina-se a todas as mulheres que atualmente prestam serviço nas Forças Armadas e é rigorosamente anônimo, incluindo apenas os dados de caracterização pessoal indispensáveis ao tratamento estatístico-sociológico.

Muito obrigada por sua colaboração!

Elaine Borges S. Tardin

Elaine Borges Tardin

Parte I - Dados Pessoais e questões sobre sua carreira no Exército Brasileiro

Identificação (opcional): _____

Idade: _____ E-mail (opcional): _____

Estado Civil: _____ Tem filhos? () sim () não

Em qual situação encontra-se atualmente?

() militar oficial de carreira

() militar oficial temporária

() oficial-aluna

Ano de ingresso na Instituição militar: _____

Quando se candidatou ao Exército, concorreu a outras atividades ou empregos no âmbito civil?

() sim Qual (ais)? _____

() não

Posto/graduação que possui atualmente: _____

Função: _____

Possui militares na família? () sim () não

Se sim, acredita que esse fato tenha influenciado sua escolha? () sim () não

Parte II- Questionário**Indique com um X, para cada uma das alternativas, a importância das seguintes razões para a sua decisão de entrar no Exército:**

| | Muita importância | Alguma importância | Pouca importância | Nenhuma importância |
|---|----------------------|-----------------------|----------------------|------------------------|
| 11. Influência de militares na família ou entre conhecidos. | | | | |
| 12. Falta de alternativa em termos de emprego | | | | |
| 13. Vontade de servir o país | | | | |

| | | | | |
|---|--|--|--|--|
| 14. Possibilidade de fazer algo diferente anteriormente vedado às mulheres | | | | |
| 15. Possibilidade de melhores oportunidades profissionais que na vida civil | | | | |
| 16. Fugir à rotina e levar uma vida dinâmica | | | | |
| 17. Possibilidade de desenvolver uma atividade de prestígio | | | | |
| 18. Acesso a uma boa preparação cívica | | | | |
| 19. Possibilidade de viajar e conhecer outros lugares | | | | |
| 20. Possibilidade de ter um emprego seguro. | | | | |

De uma forma geral, como é que as pessoas reagiram à sua decisão de entrar para o Exército?

| | d) Mãe | e) Pai | f) Companheiro |
|---|--------|--------|----------------|
| (5) Aceitou bem a ideia | | | |
| (6) Inicialmente fez oposição, mas depois aceitou | | | |
| (7) Não aceitou bem a ideia | | | |
| (8) Manifestou indiferença | | | |

Indique seu grau de concordância com as seguintes afirmações:

| | Concordo totalmente | Tendo a concordar | Tendo a discordar | Discordo totalmente |
|--|---------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| 5. Os militares devem cumprir os seus deveres independentemente das consequências pessoais e familiares. | | | | |
| 6. O que um militar faz fora do serviço deve ser apenas da sua conta. | | | | |
| 7. Nas Forças Armadas de hoje são necessários os mesmos rituais e tradições que no passado. | | | | |

| | | | | |
|---|--|--|--|--|
| 8. A colocação nas unidades e tipo de funções a desempenhar deveriam ter em conta as diferentes situações familiares dos militares. | | | | |
|---|--|--|--|--|

Em sua opinião, o processo de adaptação/integração de mulheres no Exército tem sido:

Muito fácil ()

Fácil ()

Difícil ()

Muito difícil ()

Se respondeu fácil ou muito fácil, pensa que isso será devido a:

| | |
|---|--|
| f) Os militares brasileiros aceitarem bem a presença de mulheres nas Forças Armadas | |
| g) As mulheres darem provas de boa capacidade de desempenho das tarefas militares | |
| h) A sociedade brasileira acolher favoravelmente a inserção de mulheres nas Forças Armadas | |
| i) Existência de igualdade de oportunidades e tratamento entre militares masculinos e femininos | |
| j) Existência de espírito de camaradagem e ajuda entre homens e mulheres. | |

k) Outras razões:

Se respondeu difícil ou muito difícil, pensa que isso será devido a:

| | |
|--|--|
| l) Os militares brasileiros ainda não estão preparados para aceitar a presença de mulheres nas Forças Armadas | |
| m) As mulheres ainda não estão preparadas para desempenhar tarefas militares | |
| n) A sociedade brasileira não está preparada para ver com bons olhos as mulheres que queiram integrar-se nas Forças Armadas. | |
| o) Concorrência pouco leal entre homens e mulheres | |
| p) Inexistência de um verdadeiro espírito de camaradagem entre homens e mulheres. | |

q) Outras razões:

Relativamente à integração de mulheres nas Forças Armadas é frequente aparecerem diferentes opiniões. Marque com um X o seu grau de concordância com as seguintes afirmações:

| | Concordo totalmente | Tendo a concordar | Tendo a discordar | Discordo totalmente |
|---|----------------------------|--------------------------|--------------------------|----------------------------|
| 17. A presença de mulheres favorece a instituição militar | | | | |
| 18. As mulheres militares têm que se esforçar por provar que são capazes de fazer o que os homens fazem. | | | | |
| 19. Nas Forças Armadas, as mulheres têm que adaptar-se aos valores militares e alterar sua maneira de ser. | | | | |
| 20. Nas Forças Armadas as mulheres são muito protegidas. | | | | |
| 21. Nas Forças Armadas as mulheres militares são pouco levadas a sério. | | | | |
| 22. Nas Forças Armadas, o fato de ser homem ou mulher não interfere na avaliação das capacidades e desempenhos de cada militar. | | | | |
| 23. As mulheres militares são muito mais controladas nas suas atividades. | | | | |
| 24. Nas Forças Armadas as mulheres são antes vistas como mulheres e só depois como militares. | | | | |

Parte III - Entrevistas

1. Para começar, comente um pouco como decidiu entrar nas Forças Armadas, ou seja, quais foram os fatores motivadores, o significado de ser militar e expectativas para a carreira.
2. Quais foram os desafios ou problemas enfrentados para integrar no Exército?
3. Como se sente sendo mulher no Exército?
4. As mulheres devem ter acesso a todas as armas que os homens têm? Se não, que armas não deveriam ser opção para elas?
5. Pensa que as mulheres devem ter a possibilidade de participar, como os homens, em ações na zona da frente de combate? Se não, qual o motivo?

6. Acredita que a incorporação de mulheres favorece a instituição militar em relação à sociedade?
7. Acredita que a mulher militar rompe com um padrão feminino que não deveria ser mudado?

Parte IV – caso tenha participado da MINUSTAH

1. Por favor, comente um pouco como decidiu participar de uma operação de paz.
2. Como foi o processo seletivo pelo qual teve que passar para participar nesta missão?
3. Gostaria que a senhora comentasse sua experiência na ocasião em que esteve no Haiti. O que mais lhe chamou a atenção nessa experiência? Quais eram as condições de trabalho e em que consistiam as tarefas que desempenhou?
4. A senhora teve alguma dificuldade para desenvolver as tarefas para as quais foi designada ou para integrar-se à equipe da operação de paz?
5. Como sabe, a senhora é uma das poucas militares mulheres do Brasil que participou em uma missão de paz. Por que acha que não existem mais mulheres participando das mesmas? Que medidas podem ser tomadas para mudar essa situação?
6. A senhora tem conhecimento de iniciativas que as Forças Armadas ou o Governo Brasileiro estejam desenvolvendo para facilitar a incorporação de mulheres em operações de paz?
7. Quais as razões que a senhora apontaria para a baixa participação de mulheres brasileiras em missões de paz?
8. Finalmente, quais foram seus ganhos particulares ao fazer parte de uma missão de paz?

Apêndice 2 – Fotos da pesquisa de campo – visita à EsFCEx, maio de 2015.

